



A PRÁTICA SOCIAL
- VIVER NO MUNDO DA RUA -
E SEUS PROCESSOS EDUCATIVOS



Sara Ferreira de Almeida

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A PRÁTICA SOCIAL
- VIVER NO MUNDO DA RUA -
E SEUS PROCESSOS EDUCATIVOS

Autora: Sara Ferreira de Almeida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira

São Carlos
Fevereiro de 2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A447ps Almeida, Sara Ferreira de.
A prática social - viver no mundo da rua - e seus
processos educativos / Sara Ferreira de Almeida. -- São
Carlos : UFSCar, 2014.
156 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Educação popular. 2. Processo educativo. 3. Viver na
rua. 4. População de rua. I. Título.

CDD: 370.193 (20ª)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de Mestrado de

Sara Ferreira de Almeida

São Carlos 27/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Waldenez de Oliveira

Prof^ª. Dr^ª. Maria Stela Santos Graciani

Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Rodrigues de Sousa

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

FR. SOUSA

Dedico esse trabalho às mulheres e
homens que vivem na rua.

Também ofereço a minha família
que acredita na potência do estudo.

Esse trabalho foi elaborado com apoio financeiro da CAPES, tendo como base as discussões e estudos realizados no grupo de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à VIDA,
Por toda tristeza e alegria que me proporciona
Por todas as pessoas que passaram,
Passam...
Pelas que ainda estão por vir

Pela minha cachorrinha
Que vive em meu coração
Pela educação – libertação
Pela esperança, por resistir

Pela utopia que projeta
Um mundo diferente
Menos muros, mais ruas
Mil formas de existir

Pelo passado que me faz entender o presente
Pelo presente de onde projeto o futuro
Movimento infinito
Devenir

Tu és SARA

Sendo assim o pensamento como
nada que se dissolve em nada
que se dissolve, assim nasce nas
mais elevadas esperas da vida, o
encontro do amor.

Onde me conheço possuía o sentimento
de lhe ver sorrindo e sentindo na alma
cada vida que se faz conhecer.

Quem deu o gesto saber extrair, saber sentir
de maneira tão profunda o esplendor da vida
de maneira tão uniforme e completa.

E continuando sendo assim o pensamento
que permanece seu e que as vezes se denuncia
obstrato se tornando e confundindo o que se
faz concreto e sincero, como esse sorriso que
se faz brilhar, em cada rosto, em cada olhar
que se faz ver e ainda assim o vejo amiga
de todos, onde todos o chamam de Sara,
como se num sintonismo pudesse curar almas
feridas, doídas, arrastadas pela vida e
com paciência deixa a ciência do que é o
amor.

Com carinho desse
que insiste em ser
Poeta Adriano Elton
24/03/13

E NA
PRESENÇA
DESTE
AMIGO
MARCOS

RESUMO

Frente às desigualdades produzidas pelo sistema socioeconômico vigente que gera a desumanização de alguns grupos sociais, como é o caso da população de rua presente em cidades brasileiras, é premente consolidar processos de autonomia por parte dessa população. A presente pesquisa teve como objetivo, desvelar práticas sociais e processos educativos consolidados nas experiências vivenciadas na rua por mulheres e homens adultos que, cotidianamente, lutam e resistem em uma realidade de marginalização e privação de direitos. O estudo pauta-se em conceitos teóricos da Ciência Social Crítica e da Educação como Prática de Liberdade, tomando como autores centrais: Enrique Dussel e Paulo Freire. Adota como pilares metodológicos a dialogicidade e o convívio entre pesquisadora e sujeitos participantes da pesquisa e lança mão de entrevistas, observações participantes, diário de campo e rodas de conversa para a coleta de dados. A investigação demonstra, por meio de seus resultados, que a vida na rua é dialética, complexa e multifacetada, não podendo ser interpretada de maneira reduzida, uma vez que nela há processos que comprovam a busca incessante das pessoas por *serem mais*. A análise dos dados aponta para as categorias: 1) As pessoas que estão na rua, não são os lixos que a sociedade joga fora”; 2) “Viver é saber viver, morar é lavar, passar, cozinhar”; 3) Viver na rua é muito difícil, mas é alegre também, sabia?”; 4) A rua é um mundo”; 5) “Na rua eu aprendo muito, experiências que eu jamais vou esquecer” e para processos educativos voltados à produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana na rua, evidenciando uma cultura da rua. Ao desvelar os conhecimentos dessas pessoas, bem como os processos de sua produção, espera-se contribuir com a visibilização da diversidade nos modos de viver e resistir dos sujeitos, contrapondo-se a estereótipos preconceituosos que alimentam a discriminação e marginalização da população de rua no Brasil.

Palavras-chave: Processos Educativos, Viver na rua, População de Rua, Educação Popular.

ABSTRACT

Due to the inequalities produced by the current socio-economic system that generates the dehumanization of some social groups, such as the street population of Brazil's cities, it is urgent to consolidate processes of autonomy on the part of this population. This research aims to uncover social practices and educational processes in the consolidated experiences lived by adult women and men that lives on the street, which, every day, fight and resist the marginalization and deprivation of rights reality. The study is guided on theoretical concepts of Critical Social Science and Education as Freedom Practice, taking as central authors Enrique Dussel and Paulo Freire. Adopts as methodological pillars the dialogicity and interaction between researcher and subjects of the research, making use of interviews, participant observation, diary field and round of conversation to collect data. Research shows, from its results, that life on the street is dialectical, multifaceted and complex and cannot be interpreted in a limited way, since there are cases that prove her relentless pursuit of the people To Be More. Data analysis points to the categories: 1) People who are on the street are not garbage that society throws away ", 2)" To live is to learn to live, to inhabit is washing, ironing, cooking "; 3) Living in street is very difficult, but is happy too, you know? "; 4) The street is a world", 5) "on the street I learn a lot, experiences that I will never forget". Involves, therefor, educational processes focused on the production, reproduction and development of human life, showing a street culture. By unveiling the knowledge of this group, as well as the processes of its production, it is expected to contribute to the visualization of diversity in ways of living and resisting of subjects, in opposition to prejudiced stereotypes that fuel discrimination and marginalization of street population in Brazil.

Key words: Educational Process, Living on the street, Homeless Population, Popular Education.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Diagrama das legislações e políticas que estruturam o atendimento da população de rua no Brasil _____ 64
- Figura 2.** Imagem do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Divisão de Políticas e Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP) _____ 67
- Figura 3.** Atividade realizada no terreno destinado à estruturação da horta orgânica _____ 68
- Figura 4.** Esquema que ilustra a capilaridade entre os campos em que a pesquisa se situa _____ 84
- Figura 5.** Diagrama ilustrativo dos momentos do trabalho de campo realizado na pesquisa, sendo que M1, M2 e M3 dizem respeito a "momento 1, 2 e 3" _____ 91
- Figura 6.** Processo desencadeado pelo desenvolvimento dos procedimentos metodológicos da pesquisa _____ 104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição cronológica dos momentos do trabalho de campo _____	92
Quadro 2. Distribuição dos sujeitos de pesquisa nos momentos de trabalho de campo _____	93
Quadro 3. Distribuição cronológica dos elementos temáticos _____	95
Quadro 4. Distribuição de elementos temáticos e temas geradores _____	98
Quadro 5. Distribuição dos dados obtidos na entrevista piloto com Marcos Silva _____	106
Quadro 6. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Renatinho _____	107
Quadro 7. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Rafaela _____	108
Quadro 8. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Samara _____	110
Quadro 9. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Adriano _____	112

SUMÁRIO

Introdução	9
EDUCADORA ANDARILHA	10
SÍNTESE DE UMA EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA	13
VIVER NA RUA NOS ESTUDOS ACADÊMICOS	17
A CONSTITUIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE A POPULAÇÃO DE RUA	22
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
Capítulo I. A VIDA QUE ANDARILHA NO MUNDO DA RUA	25
1.1. “VOCÊ TEM QUE VIVER E TEM QUE APRENDER A VIVER”	26
1.2. VIVER NA RUA NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	39
1.2.1. “ <i>Eu era marginalizado, era vagabundo, era mendigo, era fedido, era nojo</i> ”: apontamentos sobre as nomeações para quem vive na rua	39
Mendigo	44
Povo de rua / Sofredor de rua	47
População de rua	50
População em situação de rua	54
1.2.2. “ <i>O movimento luta para que o Estado garanta políticas públicas</i> ”: apontamentos sobre a vida do movimento em movimento pela vida na rua	58
1.2.3. “ <i>Essa população não pode viver na lei da caridade</i> ”: apontamentos sobre as políticas públicas de atendimento à população de rua	63
Capítulo II. A VIDA DA PESQUISA E A PESQUISA DA VIDA	71
2.1. APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA COMO DIALÉTICA DE COMPARTILHAMENTO	73
2.2. OS HORIZONTES DA PESQUISA EXPLORATÓRIA EM MOVIMENTO	76
2.3. CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO E CONVÍVIO METODOLÓGICO	79
2.3.1. Andarilhagem na praça: aproximação e delimitação do campo de pesquisa	85
2.3.2. Levantamento de temas geradores: processo de anunciar dimensões do mundo da rua	90
2.3.3. A busca pelos sujeitos que buscam...	99
2.3.4. Análise e organização dos dados	104

Capítulo III. VIVER NA RUA EM SÃO CARLOS _____ 115

3.1. “*AS PESSOAS QUE ESTÃO NA RUA, NÃO SÃO OS LIXOS QUE A SOCIEDADE JOGA FORA*”: reflexões sobre o sujeito social que vive na rua _____ 116

3.2. “*VIVER É SABER VIVER. MORAR É LAVAR, PASSAR, COZINHAR*”: reflexões sobre viver e morar na rua _____ 121

3.3. “*VIVER NA RUA É MUITO DIFÍCIL, MAS É ALEGRE TAMBÉM, SABIA?*”: reflexões sobre a negação e a afirmação da vida na rua _____ 124

3.4. “*A RUA É UM MUNDO*”: reflexões sobre o horizonte existencial e a totalidade de sentidos na rua _____ 129

3.5. “*NA RUA EU APRENDI MUITO. EXPERIÊNCIAS QUE EU JAMAIS VOU ESQUECER*”: uma escola chamada rua _____ 131

Capítulo IV. O HORIZONTE DA PESQUISA EM MOVIMENTO _____ 136

4.1. VIVER NA RUA: “*UMA PRÁTICA SOCIAL A SER DESVELADA*” _____ 137

4.2. “*COTIDIANIDADE MUNDANA OU EXTERIORIDADE BÁRBARA?*”: meu olhar sobre viver na rua _____ 145

Referências _____ 148

Apêndices

Apêndice A. Roteiro para reflexões com Anderson

Apêndice B. Roteiro de entrevista

Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Anexos

Anexo I. Matéria do Jornal Primeira Página

Anexo II. Parecer do Comitê de Ética da UFSCar

INTRODUÇÃO

Educadora andarilha

O constate movimento que empreendemos em nossas existências na busca por formas de ser e estar no mundo nos constitui. Essa andarilhagem é condição de ser humano (FREIRE, 2011) e por meio dela aprendemos a transitar pelo mundo onde encontramos pessoas que queiram se deslocar como os turistas e os viajantes, com quem necessita se movimentar de um lugar a outro como os exilados e os migrantes da fome, como aqueles que se deslocam porque creem, como os romeiros e peregrinos e os que devem se deslocar porque estão comprometidos com a afirmação da vida no Planeta (BRANDÃO, 2010). Essa dissertação de mestrado é fruto de minha andarilhagem pelo mundo da vida como mulher, ecóloga e educadora popular/pesquisadora, indignada com situações de desigualdade e injustiça.

Sou natural de Cássia, cidadezinha mineira situada no bioma do cerrado, cravada em meio a belos morros e límpidas cachoeiras e, desde a infância, sou amante incondicional da natureza. Oriunda de uma família que sempre esteve engajada em trabalhos assistenciais ligados à doutrina espírita, aprendi desde cedo a estar com as pessoas construindo relações de respeito e confiança, na esperança de que juntos e juntas podemos ser mais. Na adolescência fui evangelizadora de crianças e muitas vezes acompanhei meu pai em visitas a pessoas doentes, acamadas ou empobrecidas que demandavam auxílio do grupo espírita. Refletindo sobre minha própria história, compreendo as raízes de minhas escolhas profissionais, cujo marco inicial se deu na andarilhagem em Cássia, levando-me à graduação em Ecologia na UNESP de Rio Claro/SP, trazendo-me até aqui.

Durante a graduação em Ecologia atuei como educadora ambiental em projetos de extensão universitária junto a crianças e adultos de assentamento rural em Cordeirópolis/SP. No último ano do curso estagiei no Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (CEPA) da Alcoa Alumínio S/A em Poços de Caldas/MG, onde desenvolvi atividades educativas que visavam consolidar uma imagem positiva da empresa na população daquela cidade, cujas paisagens de morros e serras já se encontravam em processo avançado de degradação em decorrência da mineração e fabricação de alumínio empreendida (ALMEIDA, 2005).

Tais experiências envolveram o contato com realidades, situações e pessoas que contribuíram fundamentalmente com as primeiras movimentações de meu mundo, até então circunscrito por um horizonte relativamente limitado de uma pessoa, cuja visão de mundo, de

vida e de felicidade correspondia a fazer parte de uma classe social não abastada, todavia, que podia viver confortavelmente.

Em assentamento rural – onde atuei como educadora ambiental pela primeira vez – encontrei crianças, jovens, adultos e idosos que sofriam preconceito e discriminação por serem integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentados/as recentemente no município de Cordeirópolis/SP. Durante as minhas intervenções, ouvi duros relatos sobre as vivências permeadas pelo preconceito e marginalização, momentos em que as pessoas iam deixando transparecer em seus gestos, vozes e olhares os traumas e sofrimentos que abriam feridas cada vez mais profundas e que eu era incapaz de sanar.

Ambas as experiências consolidaram em mim duas convicções: a primeira delas compartilho com meu colega de luta pela população de rua – Anderson Lopes Miranda¹ - de que as pessoas que se encontram na margem da sociedade capitalista são fruto de “toda injustiça cega de uma sociedade que não compartilha compaixão, paixão, solidariedade. De uma sociedade que vive dentro do seu quadrado e se ela sair ela morre”. Para não sucumbir, ela é capaz de jogar pessoas – que se tornam “um sistema que a sociedade não quer para ela – na rua” que é o fim da linha, território bárbaro, o outro lado dos muros da civilização (MIRANDA, 2013). A segunda é de que há possibilidades de enfrentamento dessa realidade de desigualdade, segregação e injustiça, a partir de práticas educativas libertadoras que também aconteçam para além dos muros da escola, permeando nossos mundos e nossas vidas, contribuindo para que nos tornemos seres *com o outro* e não *para o outro*² (FREIRE, 2005), em que a preposição *para* denota relação de opressão e não de autonomia e liberdades compartilhadas.

Precisei me deslocar e andarilhar saindo de meu lugar de conforto para encontrar pessoas que estão pressionadas a não ser e que resistem. Passei então a conduzir minha vida e

¹ Anderson é atualmente um dos coordenadores do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e no dia 2 de abril de 2013 na sede do MNPR em São Paulo, encontramos-nos para refletir sobre o viver na rua. Essas reflexões se encontram no corpo do texto, compondo o referencial teórico da pesquisa. Anderson, assim como os cinco sujeitos dessa pesquisa que foram entrevistados individualmente, optou por manter o nome verdadeiro, alegando que sua vida é um livro aberto.

² “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos” (FREIRE, 2000, p. 67).

minha profissão tendo essas convicções em mente e continuei somando aprendizados e experiências na caminhada como educadora junto a públicos diversos, mas que tinham em comum o fato de estarem na margem, constituindo vidas errantes.

Graduada em ecologia, mudei-me para São Carlos onde participei do grupo de estudos “PCE – Publicidade, Consumo e Educação”, no qual iniciei os primeiros contatos teóricos com a Educação Popular. Nesse mesmo período conheci a Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCar) e a Economia Solidária que contribuíram para o aprofundamento dos conhecimentos ligados a essa modalidade educativa, aos grupos constituídos como minorias, ao estudo crítico do capitalismo e a novas possibilidades de organização societária. Na incubadora coordenei projetos socioambientais de fomento a empreendimentos solidários de artesanato e de produtores rurais e essa experiência resultou na fundação do Coletivo Kooperi³. Em 2009, almejando aprofundar minhas práticas e formação no campo da Educação Popular, ingressei como Orientadora Social do ProJovem Adolescente que é programa do Governo Federal executado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e que atende público de jovens entre 15 e 17 anos moradores das periferias urbanas. Seu objetivo é a promoção de espaços educativos de formação cultural e não escolarizante e minha atuação se deu no Centro da Juventude Elaine Viviane no bairro Cruzeiro do Sul em São Carlos, onde, atualmente, o programa está desativado.

Nesses encontros transformadores, colocamo-nos – educadora e educandos – à disposição para nos conhecermos uns aos outros, e, nesse movimento, as pessoas suscitaram em mim a certeza de que desejava vivenciar práticas profissionais pautadas no diálogo e não na transmissão de informações e conhecimentos pretensamente acabados, concluídos. Entretanto, foi andarilhando educadora-pesquisadora, convivendo e dialogando com o povo da rua que consolidou em mim a máxima freireana de que aprendemos a andar pelo mundo da vida e nesse processo de aprendizagem nunca estamos sozinhos. Educamo-nos com os outros na esperança e mediatizados pelo mundo. Por vezes, a esperança perde seu endereço e se distorce em desesperança, em pessimismo e dado que um e outro são fatos concretos que

³ A palavra Kooperi vem do Esperanto e significa “Cooperação”. Esse coletivo é autogestionário, constituído por educadores/as populares e outros/as profissionais especializados em diferentes áreas e que desenvolvem ações no campo da Economia Solidária. Adota o princípio de que o ser humano é sujeito social político, livre e autônomo, capaz de tomar decisões e fazer escolhas necessárias ao benefício de sua própria vida, do grupo social do qual é parte e do Planeta para que esse possa ser um local mais justo e igualitário.

podem ser explicados por meio de nossas raízes históricas, econômicas e sociais, fazem-nos cair no imobilismo, ou mesmo, desenvolver processos educativos puramente ativistas, sem o empenho sério da reflexão (FREIRE, 2011). Ao mesmo tempo,

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão (FREIRE, 2011, p. 15).

Síntese de uma experiência transformadora

Andarilhar com mulheres e homens que vivem na rua é opção política, feita a partir da história de vida e das experiências profissionais que venho construindo como mulher, branca, educadora popular e pesquisadora no campo da educação.

Em janeiro de 2010 assumi o cargo de servidora pública municipal como Educadora Social de Rua do Centro POP⁴, época em que tomei os primeiros contatos com a população de rua de São Carlos. Com elas e eles vivi fatos marcantes que me levaram a ver pessoas que eu antes não enxergava nas andanças pela cidade. Na minha primeira abordagem de rua⁵ saí da unidade na companhia do motorista e da colega educadora que na ocasião me ajudavam nos primeiros dias de trabalho, para irmos a um viaduto na rodovia Washington Luiz “abordar” uma moradora de rua que vivia ali. Ao chegar e ver sua condição de vida fiquei chocada. O

⁴ O Centro Pop será tratado no capítulo I tópico 1.2.3.

⁵ O Serviço de Abordagens na rua foi criado em São Carlos no início de 2009 (OLIVEIRA, 2012) e foi regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

A **abordagem social de rua** é atividade realizada por educador social de rua e no contexto de São Carlos, consistia, num primeiro momento, de mapeamento dos locais onde existiam pessoas vivendo na rua em processos de maior fixação e posterior aproximação no local. Essa aproximação permitia a constituição de vínculos de confiança que abriam brechas para as primeiras intervenções que se pautavam no referencial teórico metodológico da Educação Popular. Os focos centrais dessas intervenções eram o levantamento dos dados gerais da pessoa (nome, idade, naturalidade, históricos de trabalho, tempo de rua dentro e fora de São Carlos, existência de vínculos familiares e comunitários, dentre outros); identificação das primeiras demandas por atendimento (saúde, educação, documentação civil, trabalho/emprego, etc.); divulgação do Centro POP e, finalmente, convencimento para que a pessoa conhecesse e frequentasse a unidade. Para se chegar nesse ponto, a pessoa necessitava atender os critérios e perfil de atendimento do Centro, cujo principal elemento era ter nascido na cidade. Ao longo do tempo em que atuei no Centro POP o perfil foi modificando alguns de seus critérios, flexibilizando a entrada de pessoas que não eram nativas, mas que necessitavam ter estabelecido sólidos vínculos familiares e/ou comunitários no município, e esse aspecto guardava forte relação com a trajetória e tempo de rua na cidade. Assim, os trecheiros não eram atendidos, sendo encaminhados para pegar passagem no albergue e viajar para outro município.

estranhamento não se deu apenas por verificar tamanha precariedade de moradia, mas também por perceber a capacidade daquela mulher em resistir à situação tão adversa. No pequenino espaço sob o viaduto ela havia estruturado uma espécie de casa com quarto, sala e cozinha. Alguns de seus pertences cumpriam a função de divisória dos “cômodos”. A cama, os travesseiros e cobertores, algumas malas e um carrinho velho de bebê com roupas dentro demarcavam o dormitório. Uma bancada de madeira, panelas, prato, copo e talheres, algumas vasilhas de plástico e um fogão de lata delimitavam a cozinha. Finalmente, um colchão extra no chão para receber eventuais visitantes.

A ordem passada pela prefeitura era retirar a mulher do local e seguimos a ordem à risca, convencendo a senhora que era necessário nos acompanhar até o Centro POP onde ela ganharia um “presente⁶”. Ela concordou chorando muito e gritando que alguns garotos usuários de crack haviam roubado parte de seus pertences. Com raiva e habilmente, ela ateou fogo em sua “morada” dizendo que se ela não poderia ficar ali, ninguém mais o faria. O fogo alastrou rapidamente e tivemos que puxá-la com força pela blusa para que não fosse queimada junto de seus pertences. A caminho da unidade, o silêncio foi estarrecedor, interrompido apenas pelos soluços do choro da moradora do viaduto e pelos pensamentos desorganizados que fervilhavam em minha cabeça.

Emociona-me relembrar e descrever essa passagem e tantas outras que vivenciei e vivencio com pessoas que vivem na rua. Experiências de dor ao perceber a dor do outro, de frustração por não conseguir resolver seus problemas mais agudos atendendo suas expectativas, de culpa por ter prestado os serviços de higienização social nos tempos em que atuei como educadora social de rua. Porém, todas essas experiências, por vezes dolorosas, fizeram brotar em mim o desejo de conhecer mais, de compreender melhor a realidade das pessoas que são vistas pelo prisma do que não têm, do que não são, das perdas que acumularam durante a vida.

É evidente que as formas de vida nas ruas, enquanto um fenômeno social, demarcam uma fronteira clara entre uma marginalidade e uma noção de pertencimento à sociedade, cujos critérios demarcam um “centro” em detrimento às “margens” e mecanismos delimitadores de fronteiras

⁶ O presente foi um “miojo”, pois sabíamos que a moradora do viaduto adorava macarrão instantâneo que foi nossa moeda de negociação.

simbólicas. Se pensada segundo tal partilha (moral e social), a vida nas ruas só pode ser avaliada sob a insígnia da segregação, da falta, do não pertencimento. Quando pensada através da modalidade relacional entre “centro” e “margens” e os efeitos produzidos nesta relação, a vida nas ruas pode também ser compreendida como respostas às contingências individuais e tentativas de engajamento de mundo sob outra significação, sejam estas resultantes de processos excludentes ou segregacionistas, ou de respostas individuais a tais processos (MARTINEZ, 2011, p. 18-19).

Na busca por alcançar compreensão mais crítica sobre a realidade da população de rua no município de São Carlos, nasceu o trabalho de conclusão da Especialização em Educação de Pessoas Jovens e Adultas promovida pelo NIASE/UFSCar⁷ intitulado: “O retorno da população em situação de rua à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades”. O questionamento de pesquisa foi elaborado com o objetivo de levantar e analisar os obstáculos frente ao retorno e continuação da educação escolar, buscando contribuir na formulação de estratégias de superação dessas dificuldades que acabam levando tal população a pensar o acesso à educação como privilégio de um grupo específico da sociedade e não como um direito humano fundamental.

Naquele momento da minha vida, a maneira que encontrei para contribuir com o engajamento da população de rua no mundo foi pesquisando desmotivações (obstáculos) e proposições (de estratégias de superação) relacionadas ao retorno à educação escolar. Contudo, ao desenhar o projeto de pesquisa, bem como ao desenvolvê-lo, encontrava-me completamente influenciada por uma visão de mundo que partia do meu referencial de vida pessoal. Sentia indignação pela situação daquelas pessoas, esperança de que poderia ser superada e desenvolvia a militância em prol desse sonho, no entanto, prática *para* e não *com* as pessoas que vivenciam a objetividade da vida na rua. No fundo, o que desejava para os sujeitos de pesquisa e educandos no âmbito da atuação no Centro POP era a saída da rua mediante o retorno à escola, como se essa instituição e suas práticas educativas, muitas vezes, mantenedora do *status quo*, pudesse resolver a complexa problemática que envolve as pessoas que vivem na rua.

⁷ Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa, Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos.

Em 2010 a Prefeitura Municipal de São Carlos realizou a primeira e única pesquisa⁸ até hoje desenvolvida sobre o perfil da população de rua no município. A partir das 40 entrevistas que foram realizadas com pessoas que eram atendidas pelo Centro POP à época, foi possível estimar em torno de uma centena de pessoas vivendo na rua em São Carlos, sendo que 80% dos 40 entrevistados eram do sexo masculino, com faixa etária entre 18 e 61 anos, de cor parda (47%) e ensino fundamental incompleto (82,5%). Um dado interessante dizia respeito ao histórico de passagens por instituições, tais como: albergue, abrigo, orfanato, prisão, hospital psiquiátrico e outras, em que 92,5% das pessoas declararam ter passado em uma ou mais delas em algum momento de suas vidas antes e/ou durante os processos de se tornarem moradores de rua.

Outros dados quantitativos e qualitativos foram coletados, mas o interessante é que eles expressam a própria história do Brasil, desde sua colonização, até as brutais práticas de escravização indígena e dos povos africanos, a ausência de políticas de inserção pós-abolição, dos processos massivos de urbanização e êxodo rural, seguido de desemprego e aprofundamento da pobreza, das intensas migrações, enfim, de diversos fatores que situam as raízes da existência sempre crescente da população de rua no contexto urbano brasileiro⁹. Atualmente, outros fatores somam-se a essas questões históricas, como a penetração de drogas baratas e altamente viciantes como é o caso do crack encontrado em 98% dos municípios brasileiros¹⁰ e que vem levando pessoas cada vez mais jovens a viverem seus cotidianos na rua (MOURA, 2010).

A partir da coleta de dados e posterior análise empreendida no trabalho de conclusão de curso mencionado, surgiram evidências de que vivendo/morando na rua, as pessoas se educam cotidianamente para diversos fins. Esses primeiros indícios de que há processos educativos nas ruas, suscitaram em mim grandes curiosidades e me movimentaram a uma

⁸ Os dados da referida pesquisa foram tabulados e analisados por mim, porém, não foram publicados em documento oficial. O Jornal Primeira Página de São Carlos utilizou informações da pesquisa em matéria sobre os moradores de rua na cidade (ver anexo I).

⁹ Oliveira (2012) em sua dissertação de mestrado, realizou ampla revisão de literatura sobre a emergência da população de rua no Estado de São Paulo, especialmente no município de São Paulo e São Carlos.

¹⁰ Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), veiculada pela Folha de São Paulo no mês de dezembro de 2010, 98% de 3.950 cidades brasileiras enfrentam problemas com a droga. Para o presidente da CNM o problema alcançou dimensão nacional e atingiu, inclusive, a zona rural. Ainda menciona que menos da metade dos municípios do país (48,15%) estava realizando campanhas contra o crack no momento da pesquisa, incluindo também atendimentos aos familiares e amigos de usuários, prevenção do uso de drogas e realização de pesquisas sobre o assunto (MOURA, 2010).

nova investigação onde buscaria compreender, a partir do olhar de quem está com o corpo no “mundo da rua”¹¹, o que ensinam e o que aprendem para viver nesta condição existencial. Inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFSCar desenvolvi projeto, cujo objetivo foi desvelar os processos educativos que se dão nas vivências de rua em São Carlos e elaborei revisão bibliográfica que possibilitou a descoberta do universo de produções acadêmicas em torno da população de rua no Brasil.

Viver na rua nos estudos acadêmicos

Nos bancos digitais de teses, dissertações e periódicos, como o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e as bibliotecas digitais da USP, UFMG, UFSCar, UNICAMP, PUC/SP, UNB e UFES foram inseridos os descritores: *Povo de rua*; *População de rua*; *População em situação de rua*; *Educação social de rua*; *Viver na rua*; *Morar na rua* e *Situação de rua*. No SciELO foram encontrados 61 artigos publicados, no período de 1997 a 2011, fruto de trabalhos produzidos no campo das ciências humanas e biológicas acerca dessa população. Nas bibliotecas digitais foram encontradas teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de conclusão de curso e relatórios de iniciação científica sobre o tema que foram publicadas desde 1995 até 2011. Dentre essas produções, quatro dissertações de mestrado, sendo que uma delas foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP¹², uma no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar¹³ e duas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade¹⁴.

¹¹ Coloco o termo entre aspas porque é usualmente dito pelas pessoas que vivem na rua.

¹² Granado (2010) debateu a questão da emergência da população de rua no município de São Carlos, dando foco ao escasso acesso aos recursos básicos, como a água potável, no intuito de ressaltar os sofrimentos pelos quais tal população é submetida no cotidiano urbano brasileiro.

¹³ Martinez (2011) trata o tema da população de rua a partir de trajetórias de rua, destacando um modo diferente de abordagem desse contingente em relação ao que as políticas de atendimento e os trabalhos acadêmicos têm feito. Para isso, observa a corporalidade e marcas físicas que a vida na rua imprime nos sujeitos em suas trajetórias no contexto urbano.

¹⁴ Oliveira (2012) analisa dispositivos de gerenciamento da população de rua na cidade de São Carlos, entre a circulação e a fixação dessa população no contexto urbano, demonstrando como esses dispositivos influenciam o cotidiano nas ruas. Por fim, Pereira (2013) analisa como os modos de gerenciamento da população de rua na cidade de São Carlos, incidem sobre esse grupo, bem como sobre os funcionários públicos que o atende em duas

Também tive acesso, por meio da Revista Antropolítica, ao dossiê “Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua)” (NEVES, 2010) em que a autora formulou uma ampla lista de trabalhos não só acadêmicos como literários em torno da população de rua, empreendendo análise sobre os termos de designação desse segmento social que apontam alternativas dessa condição de vida, bem como exprimem os fluxos da construção de um campo temático nas grandes metrópoles brasileiras. Com o dossiê a autora propôs

[...] demonstrar a longa presença de segmentos populacionais que residem na rua, isto é, que abarcam diversos sistemas econômicos e políticos. [...] valorizar a relatividade histórico-espacial, argumentando como o fenômeno social por muito tempo fora caracterizado pela *vadiagem*, *vagabundagem* e *mendicância*. Ao mesmo tempo, [...] colocar em relevo as condições de produção da análise sociológica, referenciada à construção de diversos campos políticos de intervenção e definição dessa presença como problema social a ser gerido ou pretensamente impedido. [...], por fim, [...] destacar as diversas perspectivas disciplinares nas ciências sociais, na demografia, na história e na medicina, especialmente pela psiquiatria e psicologia (NEVES, 2010, p. 13).

Com a produção de uma ampla lista de trabalhos acadêmicos e técnicos, passei à leitura de títulos e resumos que foram sendo destacados, na medida em que correspondiam ao interesse central da pesquisa. Feitos os destaques, realizei leitura dos textos completos e essa etapa evidenciou o artigo intitulado “O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades da participação social”¹⁵ como o ponto de partida para a revisão das nomeações utilizadas para designar as pessoas que vivem na rua.

No campo da sociologia urbana, Oliveira (2012,) afirma que há uma ampla produção acadêmica referente à temática que se concentra na análise da questão nas metrópoles do país, relacionando-a à industrialização, *migração* e à crescente pobreza, que acompanha o desenvolvimento dos grandes centros no Brasil. Para tanto, o autor realizou revisão de literatura que traz análises sociológicas em torno da questão da marginalidade, iniciada na

instituições públicas do município. Com isso, verifica as relações de poder existentes e as formas de resistência criadas no cotidiano da rua.

¹⁵ No artigo a autora buscou, por meio de um panorama teórico, “demonstrar como a concepção forjada academicamente sobre a população em situação de rua acaba tendo tanto seus reflexos no cotidiano dessa população como também originando processos que questionam a eficácia de tais conceituações” (SILVA, 2008, p. 87).

década de 1960 e 1970, do lumpemproletariado quando surge no cenário urbano a figura do mendigo. Oliveira (2012) também menciona estudos sobre as periferias urbanas e os processos migratórios intensos que colocaram em evidência os “*personagens* do centro, aqueles que se perderam no meio do caminho para a cidade, como as prostitutas, *moradores de rua*, bêbados e loucos” que “não eram representantes legítimos do processo de mudança que se colocava enquanto projeto político para a nação” (OLIVEIRA, 2012, p. 19). Foi nesse contexto que foram produzidos os trabalhos de Stoffels (1977)¹⁶ em São Paulo e de Neves (1983) no Rio de Janeiro, sobre a problemática da mendicância nas duas metrópoles brasileiras.

Ao selecionar os trabalhos sobre a população de rua que foram produzidos no campo da educação, constatei que uma grande parte deles trata de questões ligadas à educação social de rua, no que diz respeito à formação de educadores/as, às metodologias de trabalhos realizados junto a crianças e adolescentes em situação de rua e suas percepções e vivências nas ruas de diferentes cidades brasileiras. Dentre essas bibliografias, destacam-se as pesquisas de Maria Stela Graciani (2005) e Jacyara Silva de Paiva¹⁷ (2006, 2011). Já os trabalhos de mestrado e doutorado produzidos há 16 anos no Grupo de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos vêm mostrando que diversos processos educativos são desencadeados em práticas sociais de grupos marginalizados, no entanto, somente a dissertação de mestrado de autoria de Silva (1997) intitulada “O processo educativo de crianças trabalhadoras na rua”, versou sobre pessoas em idade infantil que passam grande parte de seus dias na rua trabalhando.

Diante dessa lacuna no campo da educação, cuja produção está focada no público infantil e adolescente que vive na rua e em processos formativos de educadores sociais, surgiu o questionamento sobre a possibilidade de viver na rua se configurar como uma prática social constituída por pessoas adultas que apontaria caminhos à superação dessa condição de vida. Além disso, poder-se-ia pensar nos processos educativos que são desencadeados nela e se tais

¹⁶ Essa produção será debatida no capítulo I, tópico 1.2.1, item sobre a nomeação *mendigo*.

¹⁷ Os trabalhos de mestrado e doutorado de Jacyara Silva de Paiva, realizados no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, em que a autora estudou, respectivamente, “(Sobre)vivências: um estudo fenomenológico-existencial acerca dos modos de ser sendo crianças e adolescentes em situação de rua (2006) e “Compreendendo as vivências e experiências produzidas na educação social de rua: desvelamentos pertinentes ao educador social de rua” (tese de doutorado publicada em 2011).

processos desvelariam possibilidades de busca por autonomia dessas pessoas ou, pelo contrário, se fortaleceriam aspectos de marginalização e desenraizamento existentes.

A busca por documentos em outras bases também foi feita e para isso utilizei o website do Movimento Nacional da População de Rua¹⁸ e do Fórum de Debates sobre a População em Situação de Rua que organizou uma lista com 129 produções entre livros, teses, dissertações, iniciações científicas e monografias de conclusão de curso nos períodos entre 1977 e 2009; 67 artigos em livros e revistas que foram publicados entre 1983 e 2009; 24 documentos e legislações instituídas entre 1990 e 2009; 9 contagens e censos realizados entre 1998 e 2008 e 1 revista¹⁹ e 1 jornal²⁰ criados para divulgar questões cotidianas da população de rua, especialmente na cidade de São Paulo.

Na medida em que foram detectadas as lacunas na literatura acadêmica em relação à dimensão educativa do viver na rua, surgiu a necessidade de investigar e analisar processos educativos desencadeados a partir das experiências de pessoas que vivem/moram na rua, bem como de buscar o desvelamento de práticas sociais no seio dessa realidade. Diante disso, a pesquisa adquiriu natureza exploratória que foi guiada pela seguinte **questão de pesquisa**: “Que práticas sociais e processos educativos estão presentes na realidade de grupos formados por mulheres e homens que vivem na rua em São Carlos?”. A partir da questão foi formulado o seguinte **objetivo**: Desvelar e analisar processos educativos desencadeados pelas pessoas que vivem na rua na cidade de São Carlos.

As vivências da população de rua são emaranhadas por relações que estabelecem não só entre seus convivas que compartilham da mesma realidade, mas também com a cidade que se movimenta no transitar das outras pessoas e das instituições públicas e privadas de assistência. Essa teia de relações travadas pelo povo da rua é constituída pelas políticas e diferentes ferramentas de gestão de suas vidas – muitas delas policialescas, higienistas e

¹⁸ Atualmente o sítio do Movimento da População de Rua que se hospedava no domínio: <http://falarua.org/index.php?display=journal&id=90> está fora do ar.

¹⁹ A Organização Civil de Ação Social – OCAS foi criada em 21 de abril de 2001, sendo que a revista “Ocas” foi lançada em São Paulo no dia 6 de julho de 2002 e no Rio em 8 de julho do mesmo ano. “A publicação continua sendo produzida por voluntários e vendida por pessoas em situação de risco social.” (<http://www.ocas.org.br/sobre/>).

²⁰ O jornal O Trecheiro foi criado em agosto de 1991 e é um dos projetos mantidos pela Rede Rua (<http://www.rederua.org.br/rederua/index.html>). Ao longo desses anos o jornal vem se consolidando como um importante espaço e instrumento de denúncia de violação dos direitos humanos da população em situação de rua, à disposição da população, dos movimentos populares e das organizações sociais (ROSA, 2005).

filantrópicas – e acometem esses viventes de rua, muitas vezes, à violência moral, institucional e física, reforçando no restante da sociedade uma visão distorcida e negativa da realidade vivenciada²¹. O intuito central deste trabalho não foi analisar detidamente as tramas dessas relações, entretanto, seria impossível não refletir sobre elas, já que a pesquisa tem por objetivo desvelar processos educativos desencadeados na vida na rua e, como a educação nesta pesquisa é encarada como processo permanente de devir, em que uma pessoa é uma pessoa porque (con)vive com outras pessoas, não haveria sentido em não debatê-las, mesmo que nas entrelinhas.

Com isso, busco compreensões mais críticas em torno das dimensões e sentidos atribuídos pelas pessoas que vivenciam a concretude histórica da rua, acreditando que assim seja possível lançar reflexões sobre essa realidade complexa entre os muros da academia que, por vezes, exclui e marginaliza, lançando olhares e interpretações sobre a rua e a vida que nela flui, como território de não-vida e barbárie instituída. Assim posto, a relevância acadêmica da pesquisa reside na possibilidade de levantar dados que possam auxiliar na compreensão de como mulheres e homens que vivem na rua têm enfrentado experiências de privação de direitos, permitindo o planejamento e a implementação de ações que visam a garantir que tal grupo, mesmo vivendo na rua, tenha acesso aos direitos básicos, tais como saúde, educação, transporte, moradia, alimentação dentre outros. A relevância social da investigação está em desvelar os conhecimentos desse grupo, possibilitando outras bases para relação com esses sujeitos que têm sido invisibilizados por processos históricos de preconceito e discriminação, possibilitando que ampliem sua leitura de si e do mundo.

²¹ O trabalho de Oliveira (2012, p. 13) aborda como as “mudanças ocorridas nas práticas de atendimento aos *moradores de rua* influenciam diretamente no seu cotidiano e nas maneiras como se organizam na cidade”.

A constituição do referencial teórico sobre a população de rua

Diante da produção obtida na revisão bibliográfica, notei número reduzido de produções que trouxessem a visão do movimento social acerca do viver na rua e, a fim de complexificar e ampliar essa revisão, de modo a incluir reflexões teóricas advindas desse movimento, optei por agregar uma entrevista com Anderson Lopes Miranda, seu atual coordenador em âmbito nacional. Objetivei utilizar o registro da narrativa (ver apêndice A) como documento que também compusesse o referencial teórico da pesquisa juntamente com os autores centrais estudados.

A não neutralidade da ciência está no cerne de sua própria origem e se a natureza do conhecimento social deve ser fruto da própria realidade concreta, seria ingenuidade aludir que o cientista ou o pesquisador são seres mais iluminados e mais críticos que as pessoas comuns. Existem duas maneiras de se enfrentar o mundo: a cotidianidade em que o ser humano enfrenta os objetos e tudo que o rodeia a partir de sua prática; e o modo crítico que é o oposto da cotidianidade. As diversas coisas – objetos e outros seres – que rodeiam as pessoas no seu dia a dia parecem-lhes naturais, não lhes chamam a atenção porque sempre existiram e, portanto, ainda não alcançaram uma compreensão crítica sobre eles (DUSSEL, 1977a).

Nosso modo de enfrentar os entes está condicionado a nossa cotidianidade que se torna nossa segunda natureza, nosso *ethos*, nosso caráter cultural. É dessa maneira que o homem e a mulher ocidental se acham mais críticos em relação ao homem e à mulher que consideram primitivos ou selvagens e isso os faz crer que seu poder dominador é justo porque dissemina pela terra a democracia e a liberdade. Esse sistema ideológico é parte de uma cotidianidade ingênua que manipula instrumentos e, “criando” a ciência, os cientistas se acreditam mais críticos, menos ingênuos e caem no esquecimento de que princípios científicos têm evidências culturais e que essa mesma ciência alimenta o projeto não-científico e cultural histórico do sistema onde vivem (DUSSEL, 1977a).

A intelectualidade orgânica do militante é fundamental na construção de processos libertários sobre circunstâncias de aprisionamento e opressão que decorrem no seio da sociedade de classes. Dialogar com Anderson não envolveu conhecer exclusivamente sua história de vida – antes, durante e depois de seus 20 anos de trajetória de rua. O notável em

sua andarilhagem “é que as pessoas, instituições e lugares que conheceu permitiram que ele trocasse experiências de rua, bem como elaborasse um saber mais amplo sobre a questão da população de rua em outras partes do país” (COSTA, 2007, p. 113). O diálogo com essa liderança política envolveu compreender as conquistas e resistências interpostas pelo MNPR no cenário político contemporâneo, suas bandeiras de luta, as orientações para adesão ao movimento e a importância que representa a quem vive na rua, Brasil afora.

Também tecemos reflexões sobre as políticas voltadas à população de rua materializada pela complexa rede institucional de atendimento, sem deixar de lado a diversidade de nomeações utilizadas para caracterizar as pessoas que vivem na rua como contingente populacional. O conjunto dessas reflexões possibilitou a organização de um documento que, incorporado ao referencial teórico da dissertação, possibilita olhares e interpretações sobre a vida na rua com maior criticidade. Desse modo, tal documento traz a reflexão acerca do viver na rua em suas dimensões objetivas, materiais e subjetivas, abstratas, demonstrando que a intelectualidade não está encerrada nos limites da universidade.

Estrutura da dissertação

Expostas as motivações pessoais e profissionais e a relevância acadêmica e social do estudo, apresento a estrutura da dissertação que se fundou em quatro capítulos, sendo que no **primeiro** busco desenvolver reflexões conceituais em torno da vida humana nas dimensões de sua produção, reprodução e desenvolvimento enquanto princípio ético universal que deve ser preservado acima do capital. As reflexões teórico-práticas em torno da vida humana são perpassadas por categorias ontológicas que lhe dão contorno e fundamento, demarcando a favor de quem e contra quem essa dissertação se posiciona, dando base às reflexões travadas sobre a vida na rua em São Carlos e no Brasil.

O **segundo capítulo** traz os elementos que constituíram o processo de pesquisar como um ato de descentramento não só da educadora/pesquisadora, mas de todas as pessoas nele envolvidas. Aponta as primeiras categorias analíticas desveladas, seguidas dos processos de organização e análise dos dados, criando a base empírica sobre o qual o **terceiro capítulo** se constitui. Este traz o universo existencial das pessoas que vivem na rua em São Carlos que foi possível apreender na pesquisa. Tal universo é constituído por meio de diversos processos

educativos que expressam a marginalidade imposta e as positivities veladas. Em diálogo com o referencial teórico, analiso a vida que se produz, reproduz e se desenvolve na rua em contexto local e nacional, a partir do olhar dos próprios sujeitos que nela vivem, possibilitando visões menos negativistas sobre essa condição de ser e estar no mundo. Neste capítulo apresento como categorias de análise: 1) “As pessoas que estão na rua, não são os lixos que a sociedade joga fora”; 2) “Viver é saber viver, morar é lavar, passar, cozinhar”; 3) “Viver na rua é muito difícil, mas é alegre também, sabia?”; 4) “A rua é um mundo”; 5) “Na rua eu aprendo muito, experiências que eu jamais vou esquecer”.

O **quarto capítulo** apresenta as conclusões do trabalho a respeito do viver na rua se configurar como uma prática social complexa e multifacetada em que as pessoas, espontaneamente ou compulsoriamente, reúnem-se nas mediações dessa espacialidade temporal histórica, experienciando modos de vida que se movimentam e se condicionam a partir de muitos fatores, inclusive pelo olhar da sociedade que oprime. Nesse capítulo, apontamos que uma vez inseridas nesta prática, as pessoas desenvolvem habilidades, condutas e táticas por meio de diversos processos educativos que vão passando de uns para os outros, no intuito de resistir e bem viver, numa condição extrema e marginal, consolidando o que chamamos de cultura da rua. Finalizo com considerações tecidas com meus interlocutores onde foram expressas as vozes de quem movimenta suas vidas na esperança por dias melhores, incluindo a voz da pesquisadora.

CAPÍTULO I

A vida que andarilha no mundo da rua

1.1. “*Você tem que viver e tem que aprender a viver*”²²

Refletir sobre a vida humana compondo o primeiro capítulo dessa dissertação foi desafio interposto pelos sujeitos desta pesquisa em um domingo ensolarado na praça da Catedral. Durante mediação de uma roda de conversa em que falávamos sobre aspectos de suas experiências, das questões que os levaram a “cair na rua”, sobre as táticas criadas para se virarem quando estão com o corpo nela, Adriano²³ interpelou-me dizendo o seguinte: “*Sara, sua pesquisa trata sobre morar ou viver na rua?*”. Antes que eu finalizasse a resposta ele emendou: “*É viver na rua*”. Naquele momento Adriano e os outros companheiros de pesquisa que concordaram fazendo sinal afirmativo com a cabeça, colocaram em evidência para mim qual seria nosso objeto de pesquisa. Não seriam as pessoas, nem as políticas ou as instituições sócio assistenciais, ou mesmo, a rua enquanto espaço de moradia e habitação, simplesmente. Nosso foco seria *viver na rua* e essa era a chave que abria a cela que me mantinha prisioneira.

Para alcançar compreensão mais profunda sobre a vida que decorre fora de espaços convencionais de moradia em normatizações dadas, despontou a necessidade de busca de uma base conceitual que ajudasse a refletir sobre a vida humana, não só no sentido de sua produção nos níveis vegetativo ou físico, material (comer, beber, ter saúde), mas também o superior das funções mentais, do desenvolvimento da vida e da cultura humana, evitando formulações reducionistas. Necessitava, para tanto, travar uma compreensão unitária do ser humano, evadindo-me de alternativas tradicionais falsas de um monismo ingenuamente materialista ou do dualismo fragmentário (DUSSEL, 2007).

Dussel (2007) afirma que um aspecto que se coloca, *a priori*, é que nosso cérebro se localiza num estrato *sui generis* da realidade e que suas funções mais complexas como as emoções secundárias, a felicidade, a categorização conceitual, a competência linguística e a autoconsciência que permitem a autonomia, a liberdade e a responsabilidade do sujeito cultural e histórico, subsumiram as meras funções físico-vitais dos cérebros menos desenvolvidos dos animais pré-humanos. Assim, o “funcionamento corporal foi subsumido num nível superior da vida e o corpo se transformou em corpo humano” que trava relações

²² Marcos Silva foi um de meus interlocutores na pesquisa e será apresentado adiante no capítulo 2.

²³ Adriano é sujeito de pesquisa e será apresentado no capítulo 2.

com o mundo em níveis mais complexos e multifacetados (MERLEAU-PONTY apud DUSSEL, 2007, p. 105).

Reflexões foram sendo suscitadas, como: Qual pressuposto embasaria o debate sobre a vida humana de forma a evitar interpretações reducionistas, na busca por compreender o ser *no* e *com* o mundo que se abre a este mundo *com-preendendo* ²⁴ seus projetos, valores e mediações, “como um *modo* de captar a totalidade das experiências existenciais da vida humana em seu conjunto: *meu mundo, nosso mundo*” (DUSSEL, 2007, p. 106). Kosik (1976, p. 44) coloca que

Totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída se são entendidos como partes estruturadas do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.

O fundamento de um sistema ou de um ser é o que explica a totalidade e o ser humano compreende o mundo como totalidade. Assim, compreender é entender e propor ao mundo o horizonte vigente da interpretação, na medida em que o ato de compreender é preconceitual, ou seja, o fundamento da conceitualização. A compreensão é fundamental e cotidiana e a interpretação constitui o sentido. O exemplo que Dussel (1977a, p. 43) oferece para explicar a relação entre a compreensão derivada e a interpretação fundante é o da mesa: “conhecer o material da mesa que é a madeira não é o mesmo que interpretar a mesa como mesa”.

²⁴ Dussel (1977b) postula o conceito “La com-preensión” e explica que o humano é um ser que tem mundo e compreende o que acontece em seu mundo. Por isso o autor separa a palavra em *com-preensão*, em que o *com* significa *circum*: círculo que permite englobar aquilo que é totalidade da experiência. “De tal manera que, si de pronto avanzara algo en mi mundo de lo cual no tengo ninguna experiencia, me preguntaría: ¿ qué es? (DUSSEL, 1977b, p. 14). Já *preensão* vem de “‘prender’ ou ‘captar’ algo concretamente. “[...] la totalidad de nuestra experiencia está situada dentro de um horizonte, que hace que todo lo que se encuentra em mi mundo me sea ‘comprensible’ (DUSSEL, 1977b, p. 15).

O descobrimento da realidade de uma coisa como momento do mundo é compreensão derivada ou interpretação fundante. Primeiro momento do conceito, mas ainda não é interpretação plena. Segundo Dussel (1977a), a constituição real da coisa não é sua manifestação mundana. A denominada constituição real conhecida ou fenomênica não é o sentido interpretado. É nesse sentido que o autor traz a dialética do cotidiano, como movimento de um horizonte a outro que os seres humanos alcançam, objetivando compreender o que está a sua volta. A totalidade do mundo não se fixa porque o ser humano vai incorporando entes em seu mundo, fazendo o horizonte de seu mundo se desdobrar para compreender esses entes. Essas são as experiências que vão passando desde a infância até a senilidade, diferentemente do instinto que é o horizonte dos demais seres vivos. Esse movimento da totalidade é dialético.

Desse modo, não basta compreender a vida do sujeito isoladamente, mas a vida humana que se constitui nas relações entre pessoas e dessas com o ambiente que circunscreve as possibilidades de desenvolvimento de suas vidas – que neste caso tem como mediação, a rua – e os sentidos atribuídos a ela, tendo em vista a totalidade mais ampla que a engloba. Para tanto, partimos do pressuposto de que a vida humana não é um conceito ou uma ideia, nem um horizonte puramente abstrato, mas é o modo de realidade de cada ser humano concreto e também condição absoluta de uma ética que afirma a vida como o bem supremo, contrapondo-se a uma ética que a coloca abaixo dos valores gerados pelo capital e que presume a produção da vida na expectativa da morte.

Segundo Dussel (2007), toda ação humana é uma maneira concreta de cumprir com a exigência da produção, reprodução e desenvolvimento da vida, a partir de onde podem desenvolver-se ordens éticas que se apresentam como alternativas concretas de seu desenvolvimento, consolidadas em projetos de boa vida, melhores e possíveis. O ser humano “só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (KOSIK, 1976, p. 28).

Para alcançar compreensão sobre os sentidos que *viver na rua* ganham a partir de intersubjetividades concretas, tendo em vista que a vida deve ser afirmada e não negada, foi necessário qualificar categorias teóricas que perpassassem a vida humana como construção histórica e cultural e não fenômeno puramente biológico. Também fui mobilizada a compreender teoricamente a rua enquanto mediação da vida pública e privada, a fim de passar

a um entendimento mais amplo e mais crítico sobre o *viver na rua*, sem necessariamente nela viver/morar.

As categorias que fundamentam as reflexões aqui tecidas sobre a vida humana e o viver na rua são: a *Esperança* como necessidade ontológica; a *Educação* como prática de liberdade e a *Prática social* enquanto existência na convivência. Acredito que tais categorias potencializam uma razão crítica que permita o (auto) reconhecimento das vítimas do sistema-mundo, bem como o descobrimento de suas alteridades e autonomias que são cotidianamente negadas pelo mesmo sistema (OLIVEIRA; DIAS, 2012), dando base à compreensão de que “a vida vale a pena viver, mesmo dentro de uma perspectiva de que não se pode vislumbrar uma saída no futuro para o sofrimento e a pobreza que se atura diariamente” (VALLA, 1996, p. 186).

Obras centrais de autores/as como Paulo Freire, Enrique Dussel, Ernst Bloch, dentre outros/as, levaram-me à compreensão de que a esperança é necessidade ontológica e imperativo excepcional e histórico (FREIRE, 2011) que se “fundamenta na celebração da ação humana criativa e num ataque sem trégua ao medo da liberdade” (GIROUX, 2009, p. 15). É ela que impulsiona o ser humano ao sonho utópico realizável do ser mais. Esperança que move o sonho e a utopia que apontam para a liberdade que não se fecha na liberdade da autoridade opressiva posta pelo sistema hegemônico, mas aquela instaurada em formas de organização da sociedade que cria condições para a superação das necessidades, do sofrimento, da pobreza, da falta de educação conscientizadora e de um sem número de complicados problemas sociais que tornam a liberdade uma “maldição, estrangulada pela mera luta pela sobrevivência cotidiana” (GIROUX, 2009, p. 15).

A esperança é teorizada por Freire (2011) como um ativismo crítico e pensado que representa tanto um princípio para imaginar um futuro diferente, como um encontro pedagógico que pode e deve agir diferentemente e que movimenta o ser humano na infinita busca por *ser mais*, uma vez que somos inacabados. Os seres humanos são seres para além de si mesmos, são como “projetos”, seres que caminham para frente, que olham para frente. Seres a quem o imobilismo ameaça de morte e o “olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro” (FREIRE, 2005, p. 84). De acordo com o autor, é na consciência do inacabamento que se encontram as raízes da educação como manifestação exclusivamente

humana. “Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos seres humanos e do devenir da realidade” (FREIRE, 2005, p. 84).

Estamos sendo no mundo, andarilhando na busca por nos conscientizarmos criticamente a respeito de nossa incompletude e de sua superação. Essa necessária busca por humanização funda-se no desígnio da esperança que é ontológica. O ato de esperar não resigna. É apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera não é passiva como o ato de temer e, tampouco, está trancafiada em um nada. A espera como ação humana amplia as pessoas, ao invés de estreitá-las. Não é possível saber completamente sobre o que interiormente faz as pessoas dirigirem-se a um alvo ou sobre o que exteriormente pode ser aliado a elas, porém, a ação da espera está designada às pessoas que se lançam ativamente naquilo que vão se tornando e do qual elas próprias fazem parte (BLOCH, 2005).

Essa ação não suporta uma vida de cão, jogada de modo meramente passivo no devir, no intocado, ou mesmo no lastimavelmente reconhecido. O ato contra a angústia diante da vida e as maquinações do medo é a atividade contra os seus criadores, em grande parte bem identificáveis, e ele procura no próprio mundo aquilo que ajuda o mundo – isto é encontrável. Quanto já não se sonhou com isso ao longo dos tempos, sonhos de uma vida melhor que seria possível! (BLOCH, 2005, p. 13-14).

A esperança não é suficiente se isolada da ação prática que a torna concretude histórica e se não for esperança crítica. Freire (2011, p. 15) afirma que “[...] não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na esperança pura, que vira, espera vã”. Para o autor, “sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero” (FREIRE, 2011, p. 15). A esperança crítica para Freire (2011) fundamenta-se na consciência de que não é possível transformar a realidade sem levar em consideração os dados concretos, materiais, como se somente a esperança bastasse. “Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída” (FREIRE, 2011, p. 14-15).

A dialética esperança / desesperança é fator concreto na vida de mulheres e homens que vivem na rua, ora movendo-os, direcionando-os a protagonizarem modos de ser e estar no mundo, ora imobilizando-os, aprofundando percepções fatalistas sobre situações limites na rua que restringem percepções críticas acerca de possibilidades para sua superação. De acordo

com Sousa (2007), em dados momentos históricos, os seres humanos tendem a perceber situações limites como freios para suas ações, como barreiras intransponíveis e essas percepções geram clima de desesperança. No entanto, para a autora, não são somente as situações limites, em si mesmas, que geram a desesperança, mas o processo de opressão a que estão submetidos reforça a percepção fatalista de que as pessoas são estáticas. Soma-se a isso o fato de que a vida na rua é

[...] necessariamente definida em seus aspectos negativos. Como a rua sempre foi tratada como um problema *a priori*, a população de rua é comumente definida pelas perdas sofridas neste processo de desvinculação com a instituição familiar e outras instituições normativas. A rua, portanto, é o local reservado aos sujeitos sem vínculos, sem cidadania, sem trabalho, sem história (MARTINEZ, 2011, p. 93).

No mesmo estudo Martinez (2011, p. 58) contrastou esta visão fatalista de que a rua é lugar do anonimato e da não-vida, com o conceito “nativo de rua” em que as narrativas dos sujeitos a apresentam como lugar de novas possibilidades para quem já rompeu com seu passado e busca “novas vidas numa outra ordem de significação”. Viver na rua não se limita aos aspectos materiais da sobrevivência biológica imediata, fazendo com que as pessoas produzam relações mecânicas restritas das dimensões humanizadoras. Segundo Kasper (2006, p. 7), “viver na rua constitui uma *condição*, isto é, um conjunto de constrangimentos e de recursos a partir dos quais devem ser construídas as bases materiais e simbólicas da existência”. Entretanto, essas condições não definem, *a priori*, como agir frente a determinadas circunstâncias inscrevendo relações automáticas baseadas apenas em necessidades que condicionariam os recursos disponíveis às práticas, ainda que ambos se articulem (KASPER, 2006).

Embora perigosa e violenta, a vida na rua é o espaço de uma família; o sentimento de pertencer pelo menos ao mundo da rua tem um sentido de família, lugar onde relações são refeitas em substituição aos vínculos afetivos rompidos com a família, trabalho, amigos (ROSA, 2005, p. 152).

A compreensão da esperança como elemento inerente ao desenvolvimento da vida humana e que transpõe as dimensões de sua produção e reprodução material, também gera impulso por humanização. Não deve ser entendida de forma ingênua e romântica, sem critério de realidade na própria experiência humana (ZITKOSKI, 2010). É sobre essa questão que Freire (2011) fundamenta a tarefa do/a educador/a que também é pesquisador/a social crítico

que é empreender análise política séria e correta, desvelando possibilidades para a esperança, independentemente dos obstáculos, sem a qual pouco poderia ser feito porque, luta-se com dificuldade e quando há luta na desesperança ou no desespero, essa mesma luta torna-se suicida. “É um corpo a corpo puramente vingativo” (FREIRE, 2011, p. 16).

A obra de Freire expressa que a busca pelo *ser mais* ou pela *humanização* como vocação ontológica do ser humano não deve recair sobre uma posição fundamentalista e conseqüentemente conservadora. Essas buscas dizem respeito a uma “vocação”, em lugar de ser algo *a priori* da história. É, pelo contrário, algo que se vem constituindo na história. Afirma que “a briga por ela, os meios de levá-la a cabo, históricos também, além de variar de espaço-tempo a espaço-tempo, demandam, indiscutivelmente, a assunção de uma utopia” (FREIRE, 2011, p. 137) que, por sua vez, não seria possível se faltasse a ela o gosto da liberdade, embutido na vocação para a humanização e se faltasse também a esperança sem a qual não é possível lutarmos.

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O *sonho* é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanentemente na história que fazemos e que nos faz e nos refaz. Não sendo um *a priori* da história a *natureza humana*, que nela se vem constituindo, tem na vocação referida, uma de suas conotações. É por isso que o opressor se desumaniza ao desumanizar o oprimido, não importa que coma bem, que se vista bem, que durma bem. Não seria possível desumanizar sem desumanizar-se tal a radicalidade social da *vocação*. Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser (FREIRE, 2011, p. 137-138).

O ser humano nasce de um útero materno e ao vir à luz é recebido pelos “braços da cultura” (DUSSEL, 1977a, p. 31, tradução minha). Seu contato originário não é com a natureza na sua forma natural, mas com outros seres humanos que já estão sendo *no* e *com* o mundo. O nascimento se produz sempre dentro de uma totalidade simbólica que alimenta o recém-chegado com os signos de sua história. É em uma família, em um grupo social, em uma sociedade, em uma época histórica que o ser humano nasce e cresce e dentro da qual desdobra seu mundo de sentidos (DUSSEL, 1977a).

Tornamo-nos pessoas com outras pessoas e, portanto, *pessoa* é um conceito relacional, podendo ser compreendido como um dos fundamentos das práticas sociais. Dessa maneira, são as interações entre as pessoas e delas *com* os seres vivos e não vivos e com as mediações

de sentido circunscritas na sua totalidade concreta que geram práticas sociais como existência na convivência. Assim, a convivência pode ser compreendida como outro fundamento da prática social, tendo a esperança e o amor como essências constituidoras. Para Maturana (2009, p. 22), “o amor é a emoção que constitui o domínio de ações em que nossas interações recorrentes com o outro o fazem do outro um legítimo outro na convivência”. A competição no âmbito humano se constitui culturalmente e significa que há ganho com o fracasso do outro. Maturana (2009) afirma que o amor é constitutivo da vida humana, é o fundamento do social.

O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência [...]. O amor é a emoção que funda o social. Sem a aceitação do outro na convivência, não há fenômeno social. [...] Digo que são sociais as relações que se fundam na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, e que tal aceitação é o que constitui uma conduta de respeito. [...] Se não há interações na aceitação mútua, produz-se a separação ou a destruição (MATURANA, 2009, p. 23-24).

Práticas sociais se desenvolvem “no interior de grupos, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver, enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas” (OLIVEIRA et al, 2009, p. 4). É num contexto de sistema mundo e de nação que essas práticas sociais se imprimem e é por meio delas que grupos e coletivos vão se constituindo na luta pela existência. Dentro das práticas sociais, onde pessoas de diferentes gêneros, crenças, culturas, raças/etnias, necessidades especiais, escolaridades, classes sociais, faixas etárias e orientações sexuais participam – por vontade própria ou não – é que são expostos “com espontaneidade ou restrições, modos de ser, pensar, agir, perceber experiências produzidas na vida, no estudo de problemas e dificuldades, com o propósito de entendê-los e resolvê-los” (OLIVEIRA et al, 2009, p. 6).

As pessoas em situação de rua compõem um grupo social heterogêneo capaz de construir a prática de *viver na rua*. Essa prática social se configura a partir de uma rede múltipla de relações sociais, de construção de conhecimentos, desenvolvimento de afetividades e também de conflitos, cujas conexões expressam a pluralidade que compõe esse grupo que transmite valores e conhecimentos manifestados num conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar. Nessas relações de convívio que por vezes são amistosas ou tensas,

acolhedoras ou opressoras, as pessoas se educam na e para a sua humanidade, para a cidadania negada, conquistada e assumida (OLIVEIRA et al, 2009).

“A rua é comunidade, a rua é solidária. É claro que tem momentos que a rua, ela briga pelo seu espaço, de quem está nela. Mas tem momento que você é muito solidário. Na rua você encontra processos” (MIRANDA, 2013). A rua é mediação para a construção de novos vínculos que podem ser similares aos vínculos comunitários ou mesmo familiares que foram perdidos ou fragilizados e essas relações se constituem a partir de processos educativos diversos, donde emergem horizontes dialéticos complexos como da violência / paz. Ao cair na rua, Miranda (2013) presenciou a morte brutal de um homem que numa briga foi atingido na cabeça por uma pedra. Diante do acontecimento, a necessidade de sobrevivência no novo ambiente foi premente, então, aprendeu que na rua impera a lei da sobrevivência imediata, não como ato instintivo, mas consciência ética apreendida emocional e racionalmente.

[...] eu sou contra, muito contra a violência, mas tem momentos que a violência ela gera harmonia. Porque o outro era considerado “ban ban ban”: “vou roubar, vou matar” e tomava o dinheiro dos outros. Até o dia que o outro chegou e matou. Então a rua também é como o mundo animal. Não animal irracional, animal racional. É como se você vivesse em um zoológico, em um safari aberto, chegasse um leão, se você não tivesse perna para correr, você é comido. Então a rua também é isso (MIRANDA, 2013).

De acordo com Dussel (2007, p. 418), “deve-se ter consciência de que é necessário reconhecer cada “participante” como sujeito ético dis-tinto (não só igual)”, como outro capaz de originar novo discurso. A intenção não é justificar atos violentos como ações aceitáveis, mas reforçar que possibilitar o discurso do outro é permitir-lhe “participar”, é “dar lugar ao outro” para que intervenha na argumentação não só como igual, com direitos vigentes, mas como livre, como outro, como sujeito de novos direitos.

Afirma Dussel (1995) que o não reconhecimento do rosto do outro como alteridade situada na margem da totalidade vigente, universaliza a ideologia de que apenas um mundo é possível, cujas lógicas impressas de maneira dogmática e totalitária são normatizadas como os únicos e possíveis modos de ser, estar e existir nesse mundo encerrado. A lógica dessa totalidade cristaliza a ideia de que o amor é piegas e de que não se deve ter esperança nas pessoas. Tal lógica concretiza no mundo atos de assassinato de identidades, de culturas e de liberdades, naturalizando a dominação dos seres humanos sobre os próprios seres humanos. Porém, quando os dominados se compreendem e se reconhecem nessa condição existencial,

rebelam-se, sendo, muitas vezes, mortos. O autor afirma que essa forma de morrer pode se dar de diversas maneiras, tais como pelas guerras, por meio da privação de direitos humanos fundamentais, pela retirada da própria vida com o suicídio ou até mesmo pela educação.

Freire (2005) teoriza que a relação “opressor-oprimido” no contexto do modelo educacional vigente que conceitua como educação bancária, é de condicionamento do educando que o distancia de sua capacidade criativa, questionadora, expressiva e comunicativa, encerrando a possibilidade do diálogo criador e libertador ao depósito de ideologias dominadoras que matam sua alteridade. As práticas educativas hegemônicas, especialmente as escolares, sustentam-se sob a premissa da dominação, fazendo a escola reproduzir, até os dias de hoje, a incorrigível lógica do capital que exerce impacto determinante sobre a educação (ALMEIDA, 2011). De acordo com Mészáros (2005), no período feudal era absurdo pensar em uma reformulação do ideal educacional que privilegiasse a dominação dos servos sobre os senhores feudais, e ainda não surpreende

[...] que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólico. Os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticamente as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes (MÉSZÁROS, 2005, p.26).

A essência da *educação como prática de liberdade* é justamente criar condições em diálogo com os outros para a liberdade, a fim de se tornarem escritores e sujeitos de sua própria história. É diante dessa possibilidade que Freire imprimiu em sua tese que jamais quis submeter o oprimido à condição fatalista de vitimização. Pelo contrário, ele mesmo defendeu com veemência que os seres humanos, como seres inconclusos e inacabados, estão em constante busca pela sua humanização. A marginalização não é processo natural, condição pré-existente no mundo, mas fruto de forças econômicas e políticas, pois todos os seres humanos estão dentro da sociedade, onde existem forças e condicionamentos sociais que transformam algumas pessoas em *seres para o outro* (FREIRE, 2005). A solução, pois, não está em ‘integrar-se’, em ‘incorporar-se’ a essa estrutura que oprime, mas em transformá-la para que possamos *ser mais* (FREIRE, 2005).

“A rua tem uma cultura” (MIRANDA, 2013) que emerge de seu sistema comunitário que gera convivências entre diversas raízes culturais, como a cigana. Existem “aspectos muito fortes, mas a rua tem uma vivência social muito boa. Você tem toda essa cultura que a sociedade não entende na rua. É doloroso, mas são realidades que você tem que entender” (MIRANDA, 2013). “A gente fazia comida, sopa na rua, vivia, cantava na rua. Hoje você tem muita repressão que vem do Estado”, mas, “A rua é isso. Essa é a vivência. Aí você vai falar: ‘Mas não pode!’ e eu vou perguntar: ‘Mas como não pode?’. A sociedade tem uma cultura, os ciganos tem uma cultura, os africanos tem uma cultura. A rua tem uma cultura.”

A rua se faz comunidade, na rua se vive comunidade. E as pessoas não entendem o que é viver comunidade na rua. Quando você fala em compartilhar comida, água, você tem isso. Você pode ver que quando a pessoa chegou, ela se torna individualista porque ela ainda está com o sistema capitalista dentro dela: “É meu, ninguém mexe, ninguém tasca”. Depois de um tempo ela começa a viver de maneira comunitária, socialista, a sociabilizar tudo que ela tem. Então nada mais pertence a ela, tudo pertence a todo mundo (MIRANDA, 2013).

De acordo com Miranda (2013), a partir do momento em que o sujeito “cai na rua”, inicia-se um movimento de incorporação do que ele chama de cultura da rua e essa introjeção se dá a partir de processos educativos que as pessoas vão consolidando no cotidiano e que vão gerando conhecimentos. Afirma que “na rua existe um processo educativo. É a educação permanente do tempo” (MIRANDA, 2013).

O conhecimento [...] provém de uma experiência empírica que diz respeito ao mundo que se apresenta a eles cotidianamente. A relação estabelecida entre conhecimento e experiência pode ser percebida através da noção de realidade. A elaboração da noção de realidade retrata uma visão sobre a sociedade (não em seu sentido orgânico e total), mas refere-se a um conjunto de relações intermediadas nos espaços públicos, onde o conflito aparece como articulador principal das relações. Dizem que quem vive nas ruas conhece a verdadeira realidade, em oposição à realidade apresentada pela mídia ou aquela vivida nos espaços privados. O conhecimento da rua só pode ser edificado quando se experimenta a verdadeira realidade. Este conhecimento possui uma legitimação incontestável [...], como se o conhecimento adquirido pela experiência fosse mais válido do que aquele adquirido através da leitura, concebida como uma experiência não empírica (MARTINEZ, 2011, p. 29).

As primeiras experiências na rua foram tristes para Miranda. “Muito dolorido porque você não conhece ninguém, você não sabe o que vai acontecer. É como o filho que se perde

da mãe. Imagine? A choradeira e a gritadeira. É um ser humano sozinho na rua” (MIRANDA, 2013). Desencadeiam-se aprendizados impulsionados pela necessária sobrevivência que leva o sujeito a perceber questões sobre si mesmo que antes não percebia. “Aprender, aí eu comecei a aprender, comecei a fazer algumas coisas que eu mesmo até me surpreendi. Eu achei que eu me superei na rua” (MIRANDA, 2013).

Mesmo que não possa parecer um lugar-comum, nunca será demasiado falar acerca dos seres humanos como os únicos seres, entre os “inconclusos”, capazes de ter, não apenas sua própria atividade, mas a si mesmos, como objetos de sua consciência, o que os distingue do animal, incapaz de separar-se de sua atividade. [...] Ao não poder separar-se de sua atividade sobre a qual não pode exercer um ato reflexivo, o animal não consegue impregnar a transformação, que realiza no mundo, de uma significação que vá mais além de si mesmo (FREIRE, 2005, p. 102).

Miranda (2013) “caiu na rua” por volta dos 13, 14 anos de idade e permaneceu nela durante 20 anos de sua existência. Nela aprendeu a ter medo e a superá-lo; aprendeu que não ter casa não significa viver só e que, muitas vezes, morando-se numa casa, sente-se profunda solidão.

É muita contradição. Não adianta você falar. Eu mesmo saí porque encontrei uma companheira, constituí família. Hoje eu não tenho mais essa companheira. A gente perdeu o vínculo de família. A gente convive na mesma casa, mas separados. Um não olha na cara do outro. A gente tem uma anuência por causa das nossas filhas, mas eu sinto muito. Eu falo: “Na rua eu era mais feliz”. Hoje o que me traz a felicidade de eu estar na casa são minhas filhas, porque pela mulher, pela companheira, pela vida, não... (MIRANDA, 2013).

Miranda (2013) aprendeu a ficar sozinho quando o momento demanda solidão e a conviver em comunidade quando se sente profundamente feliz. Aprendeu diferentes tipos de violências na rua, que ora oprimem e ora protegem a vida humana e também aprendeu a educar suas filhas de acordo com o que aprendeu ele próprio na rua.

Você não tem que ficar preso, nem prender ninguém. Minha filha fala: “Pai, posso ir ali?”; “Pode, vai.”; “Papai, quero água.”; “Pega!”. É porque se você reprime você começa a criminalizar, você começa a processar, você não tem a fidelidade depois, você vai ter filhos o que? Para o mundo errado que não é aquele mundo. Eu ando na rua e falo: “Oh meus amigos!”; “Oh, os amigos do papai!”. Elas falam: “Amigo do papai é meu amigo também!”. Os companheiros da rua, não são mendigos (MIRANDA, 2013).

Resistências desenvolvem-se e se perpetuam no seio de práticas sociais, a partir de processos educativos mergulhados em esperança, protegendo e gerando a vida de onde despontam o sonho e a utopia por “dias melhores”. É por meio da educação enquanto prática de liberdade, no seio de práticas sociais que possibilitam a existência na convivência em que *eu sou porque nós somos*²⁵, que nos conscientizamos a respeito de nossos condicionamentos e das situações limites que nos oprimem como seres humanos. Isso proporciona um novo impulso essencialmente vital a nossa existência, a saber, o sonho e a esperança que constituem a construção da utopia humana na história (ZITKOSKI, 2010).

A revolução que visa a libertação humana de situações desumanizadoras deve partir e ser efetuada pelo povo que, tomando consciência crítica sobre sua cultura popular, forma uma intelectualidade que coloca sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo, em movimento (ARROYO, 2003). Não se pode contar com o espontaneísmo. É necessário ser crítico para não se enganar com a cultura de massas que carrega em seu bojo a ideologia imperial. Assim, o *ethos* da libertação pedagógica e científica exige dos educadores, pesquisadores, lideranças políticas, o ouvir em silêncio a juventude, o povo, primando pelo convívio e diálogo em atitude colaborativa, convergente, mobilizadora, organizadora e criadora, para a construção afirmativa da exterioridade do outro (DUSSEL, 1977a).

As obras estudadas que fundaram a base conceitual dessa dissertação foram indispensáveis ao desenvolvimento das compreensões e interpretações do que é viver na rua, através dos sentidos atribuídos às experiências concretas expressadas pelos meus interlocutores, *com quem vivi e convivi* os radicais momentos dessa pesquisa. As reflexões aqui tecidas são de caráter introdutório, dada a complexidade do tema e a atual capacidade intelectual da autora que está imprimindo os primeiros passos rumo ao entendimento mais crítico e humanizado sobre a vida na rua.

²⁵ **Ubuntu** é uma palavra africana escrita na língua *xhosa* e retrata a visão de mundo africana que traduzida significa: “Uma pessoa é uma pessoa por intermédio de outras pessoas” (TUTU, 2012).

1.2. Viver na rua na contemporaneidade brasileira

Conhecer o passado para entender o presente e projetar o futuro, num deslocamento constante que parte de uma compreensão existencial a uma compreensão fundamental sobre o mundo que nos rodeia, é tarefa imprescindível que nos ajudou a olhar as especificidades da vida na rua no contexto São Carlense não deixando de situar tal contexto à totalidade contemporânea brasileira. Contemporaneidade constituída por um passado colonial não resolvido que fundamenta e condiciona o presente político, econômico, jurídico e social do Brasil.

Para desenvolver este tópico que trata especificamente sobre o *viver na rua* numa escala macro, lançamos mão de análise detida sobre as nomeações usadas desde a década de 70 até os dias de hoje para designar as pessoas que vivem na rua, acreditando que em cada nome, encontram-se projetos políticos acerca do viver na rua. A fim de complementar tal análise, trazemos apontamentos referentes a dois outros elementos que fundamentam os projetos políticos, quais sejam: a) estrutura e dinâmica do movimento social da população de rua enquanto ferramenta de luta política e de organização desse modo de vida e b) marco jurídico-institucional voltado à gestão do viver na rua.

Esses apontamentos, mesmo que breves, são aqui inseridos, dada a importância que representam, à população de rua, em âmbito nacional e por refletirem modos de ser e estar no mundo da rua no contexto São Carlense.

1.2.1. “*Eu era marginalizado, era vagabundo, era mendigo, era fedido, era nojo*”²⁶: análise sobre as nomeações para quem vive na rua

A ampliação das compreensões em torno de aspectos em que se fundam os modos de viver na rua passa, inevitavelmente, pela análise crítica de como são denominadas, portanto, vistas e interpretadas, as pessoas e seus modos de estar sendo no mundo da rua. Esquivar-se, alegando a complexa heterogeneidade presente na rua sem se deter nela, é negar a riqueza da

²⁶ Anderson Lopes Miranda.

diversidade impressa nos múltiplos rostos que vivificam a rua. Portanto, articular reflexões acerca dessas nomeações adotadas é não se isentar de dizer *contra quem* e *a favor de quem* a tarefa do educador/a/pesquisador/a crítico/a está (FREIRE, 2006).

A garantia do direito de ser e estar no mundo, diferentemente do padrão imposto pela ordem capitalista, passa pelo reconhecimento de que somos igualmente seres humanos, diferentemente posicionados no mundo como trabalhadores ou desempregados, moradores de casa ou moradores de rua, pessoas negras, brancas, mulheres e homens e um sem fim de marcadores sociais que não podem ser deixados de lado na práxis política e educativa libertadora. Miranda (2013) relata que antes de poder vestir um terno e uma gravata, de haver a possibilidade de tomar banho todos os dias, fazer a barba e passar sua colônia para ir trabalhar no sindicato dos comerciários, ele “não era olhado, era marginalizado, era vagabundo, era mendigo, era fedido, era nojo”. Seu rosto não era visto, sua alteridade era ignorada pela sociedade que “mijava” nele.

O que acontece com a rua e com a gente é muito assim, é a violência. Tanto a violência da sociedade para nós como de nós para a sociedade. A rua não reconhece a sociedade e a sociedade não reconhece a população em situação de rua como cidadão de direitos que possa ter deveres. [...] hoje eu tomo banho, hoje eu faço barba e eu fico olhando assim: “Gente do céu, como é o ser humano, né? Você deita para dormir, chega alguém e cospe em você, “mija” em você, joga água em você, urina. Eu mesmo, me urinaram várias vezes. Você está lá, chega o cara da balada ou chega de algum lugar e te chuta, passa em cima de você porque tá alcoolizado. Aí se o cara da rua tá bêbado, ele não presta. “Tá vendo, esses bando de alcólatra, vagabundo!” Então a sociedade, ela recrimina, mas é um ser humano que acorda 5 horas da manhã, que vai catar latinha, que vai catar papelão, que vai vender pra ter dinheiro pra comer, muitas vezes, e que não consegue a comida acessível (MIRANDA, 2013).

O debate sobre essas nomeações é intenso nos campos da sociologia, da antropologia e de outras áreas que buscam compreensões amplas acerca da realidade da rua e também se faz presente entre quem vive ou já viveu na rua como relata Miranda (2013) que reconhece a não participação da população de rua nas instâncias decisórias sobre a condução e gestão de suas próprias vidas e que sentem na pele o preconceito carregado pelos nomes que lhes são designados. Anderson denuncia que é preciso “romper esse preconceito da sociedade que o ser que está em situação de rua é vagabundo, é bandido, é ladrão. E não é nada disso. A sociedade ela criminaliza muito a pessoa na rua” (MIRANDA, 2013).

Em análise de mídias de massa sobre temas ligados à população de rua, Rosa (2005) verificou fatos ocorridos que envolveram moradores de rua, sendo reconhecidos como contingente de pessoas sujas, drogadas, maltrapilhas, pedintes, criminosas, fugitivas, cujo passado é marcado pelo acúmulo de perdas e negações próprias dos errantes, o presente é a concretude da invisibilidade e o futuro é algo que não lhes pertence.

As histórias de vida pressupõem um elo com o passado, uma continuidade entre a vida antes e depois da rua. Pressupõe, também, uma racionalidade no qual o progresso da vida humana é concebido pela acumulação de experiências vividas. O sujeito que está nas ruas já rompeu com o seu passado e, deste modo, atua somente na produção do seu presente. [...] As memórias do passado (geralmente antes de iniciarem suas trajetórias de rua) são mantidas no esquecimento através do uso da pinga já que o efeito desta no organismo permite a regulação das memórias que não devem ser lembradas. Quanto ao futuro, sua temporalidade é distinta do tempo presente porque as possibilidades de permanecer em sua caminhada são avaliadas pontualmente, segundo as oportunidades que lhes vão surgindo (MARTINEZ, 2011, p. 20).

Após trágica chacina ocorrida em São Carlos no dia 31 de outubro de 2012 em que sete pessoas foram covardemente executadas por armas de fogo em uma das periferias da cidade, a mesma foi veiculada pelo jornal regional G1 São Carlos e Araraquara (2012). O título e a manchete anunciavam que a *“Trajetória do morador de rua define tratamento adequado em São Carlos. Reflexão foi motivada pela chacina que tirou a vida de 7 pessoas na cidade. Se o morador de rua for usuário de drogas, atendimento é feito na área da saúde”*. No corpo da matéria o coordenador do Centro POP na época, esclarecia que o morador de rua tem trajetória diferente do usuário de drogas e essa distinção técnica é que define os atendimentos na unidade, baseado em perfis. Sem entrar nos pormenores dos *perfis de usuários*²⁷ definidos pelo Centro POP, no contexto de São Carlos, pode-se verificar na utilização dos diferentes nomes, as muitas intencionalidades expressas como técnicas, mas que são, sobretudo, políticas²⁸.

Nomear para conferir visibilidade e espaços de denúncia e anúncio de projetos é preciso, conquanto que os nomes não confundam ou obscureçam os rostos que representam as

²⁷ Essa questão será tratada adiante no tópico 1.2.3.

²⁸ Debate sobre os processos de constituição do perfil de atendimento realizado pelo Centro POP no município de São Carlos pode ser encontrado na dissertação de Oliveira (2012).

biografias dos povos marginais. A intenção impressa não foi de reduzir a riqueza intrínseca à vida na rua, forçando sua formatação a possibilidades classificatórias restritas.

Nesta apresentação e análise das nomeações utilizadas no Brasil, busquei evidenciar diferentes intencionalidades e projetos sócio-políticos voltados aos que vivem na rua. Também exercitei a tarefa que meus interlocutores/as interpuseram que é não “chamá-los/las” por nomes enraizados em preconceito e processos de desumanização. Quando você “assiste as novelas da Globo, do SBT, da Record, do diabo que for, não é morador em situação de rua, não é morador de rua, é mendigo ainda. E você precisa romper com essa questão de nomenclatura da mendicância” (MIRANDA, 2013). Portanto, a opção por eleger nomeação que correspondesse aos desígnios mencionados por Miranda (2013) primou pelo respeito e solidariedade aos propósitos de resistência do Movimento Nacional da População de Rua que luta pelos direitos das pessoas que vivem nesta condição.

Nesse sentido, a nomeação adotada no presente estudo será *população de rua* e ela corresponde ao intuito dessa pesquisa que é de se comprometer com a realização de estudos e pesquisas *com* e não *sobre* pessoas, grupos e comunidades marginalizadas. Não compartilhar a ideia de turvar a realidade ao gosto do pesquisador é impulso criador de estudos e pesquisas que se frutificam do encontro de subjetividades, pois, somente essas pessoas que formam tais grupos podem falar sobre as experiências de marginalização, desqualificação e exclusão, bem como de resistências, lutas e reivindicações por uma sociedade mais justa. Esse envolvimento com o trabalho não é antagônico à rigorosidade científica, “ao contrário, atribui ao fazer científico especial rigor, amorosidade, acolhimento, indignação, esperança, simplicidade, colaboração” (OLIVEIRA et al, 2009, p. 14).

A população de rua vem sendo amplamente abordada no contexto acadêmico brasileiro a partir de diferentes nomeações. Nas décadas de 70 e parte de 80 eram reconhecidos como *mendigos* (STOFFELS, 1977; DIFLORA, 1987), porém, durante os anos 80 prevaleceu a denominação *povo de rua* e/ou *sofredor de rua* (CASTELVECCHI, 1985; SILVA, 1988) que na década de 90 foi substituída por *população de rua* (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992; ROSA, 1995). No início dos anos 2000 surgiu a expressão *população em situação de rua* (SILVA, 2006) que ainda prevalece e alguns desses termos, menos ou mais intensamente, podem exprimir a exclusão e o preconceito voltados ao grupo.

Nas três últimas décadas surgiu um variado espectro de nomeações que são cheias de significados. Essas nomeações não expressam somente as representações que a sociedade tem sobre os grupos que vivem na rua, mas também a articulação com determinadas conjunturas sociais, econômicas e político-institucionais (SILVA, 2008). Verifica-se a tendência de buscar um denominador comum, uma expressão que abarque a heterogeneidade de situações de rua, tanto no sentido generalizante, de desqualificar a população que mora e sobrevive nas ruas e em albergues, como outra que funcione como contraponto e que atenuie preconceitos ou evidencie posições (ROSA, 1999).

Análises mais críticas em torno destas nomeações desvelam compreensões sobre os movimentos da balança da desigualdade em nosso país que segue pressionando grupos que fazem parte dos segmentos mais rebaixados da sociedade, cujos níveis de vida alcançaram os extremos da precariedade material, impedindo, inclusive, a mais básica reprodução da vida. De acordo com Rosa (2005), cada expressão que nomeia as pessoas que vivem na rua, mereceria análise cuidadosa, pois, além de sugerir um sem número de informações importantes à compreensão de como viver na rua se desenrola, essas expressões também delimitam um problema teórico ainda não resolvido. Contudo, é importante frisar, antes de elencar as expressões que se colocaram sob o foco de análise deste estudo que, trocam-se os termos, mas não se trocam os comportamentos (NEVES, 1995) e todo termo até hoje elaborado apresenta limitações à compreensão da riqueza da diversidade do mundo da rua, podendo gerar mais fatores que se colocam como obstáculos, em detrimento de ferramentas efetivas aos processos de autonomia da população em questão.

Dito isso, selecionei na ordem cronológica de aparecimento na literatura revisada, os termos: *mendigo*, *povo de rua/sofredor de rua*, *população de rua* e *população em situação de rua* como nomeações para os quais foi oferecida análise mais detida, uma vez que foram e/ou são largamente utilizadas no país. Elas também expressam o sentido de grupo social e de coletividade que permeia o universo da rua. Os termos cunhados pelos próprios sujeitos que vivem na rua, como: *pardal*²⁹, *trecheiro* e *mundrongo*³⁰, designam o morador de rua que, a

²⁹ Segundo Rosa (2005, p. 54) a palavra *pardal* serve para “nomear os que ficam mais limitados a certos locais e bairros, não andam muito; é também usado pejorativamente para os que ficam esperando que alguém os assista, geralmente, associada aos que têm a rua como lugar de moradia”.

³⁰ *Mundrongo* diz respeito ao morador de rua que fica muito sujo e maltrapilho em decorrência de ficar muitos dias seguidos sem tomar banho.

partir dos deslocamentos e/ou da definição da territorialidade no espaço urbano, vão imprimindo marcas corporais na persistente luta pela existência nas ruas.

A presente pesquisa considerou o termo *trecheiro* uma sub-categoria porque, concordando com Rosa (2005), ele é usado para nomear pessoas que se deslocam a pé de cidade em cidade ou mesmo dentro de uma mesma cidade. A Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (BRASÍLIA, 2008, p. 8), por sua vez, designa o “*trecheiro*” como aquele indivíduo que “transita de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais)”, mas que, sobretudo, compõe o grupo de pessoas que estão na rua, vivenciando o cotidiano dessa realidade.

Mendigo

Marie-Ghislaine Stoffels, cuja obra *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*, fruto de sua tese de doutoramento realizado no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e defendida em dezembro de 1976, inaugurou o campo de produções acadêmicas em torno da população de rua no Brasil (MARTINEZ, 2011). Nessa obra, publicada pela editora Paz e Terra no ano de 1977, a autora fez uma análise profunda sobre a prática social da mendicância naquela metrópole, trazendo à tona, por meio de exaustiva conceituação do termo *mendigo*, a complexidade da realidade da rua.

O mendigo aparece em sua gênese histórica, como um tipo de vagabundo que equivale ao vadio, ao errante sem domicílio certo nem profissão legal, cuja atividade constitui o meio de subsistência possível (STOFFELS, 1977). A comparação entre *mendigo*, *vadio* e *vagabundo* contribui com a busca das raízes históricas dos termos e elucidam as razões pelas quais os mesmos nomes carregam, ainda hoje, sentidos preconceituosos que reforçam a marginalidade. Stoffels (1977) relata que o termo *vagabundo* apareceu no século XIV e que a *vagabundagem* era considerada delito desde 1350 conforme vários códigos penais contemporâneos. No artigo 270 do código francês, instituído em 1810, a definição de *vagabundo* (*vagabonds ou gens sans aveu*) era dada como aqueles que não têm domicílio certo, nem meios de subsistência e que habitualmente não têm ocupação nem exercem profissão (STOFFELS, 1977).

Na Lei de Contravenções Penais Brasileira instituída pelo Decreto Lei nº 3.688, de 3 e outubro de 1941 (BRASIL, 1941), em diversos artigos e incisos, mas principalmente nos artigos 25, 59³¹ e 60, fala-se sobre o vadio e o mendigo, a vadiagem e a mendicância, tendo sido o artigo 60³² revogado no ano de 2009 e mantido o artigo 59 que torna contravenção penal a prática da vadiagem que é entendida pela lei como ociosidade habitual daquele que, sendo válido para o trabalho, não possui renda que garanta sua própria sobrevivência.

A raiz histórica do termo mendigo que também se refere ao vadio e ao vagabundo – sujeito que está na rua exercendo exclusivamente a prática da mendicância, da vadiagem, da vagabundagem – mostra que não se resume apenas a um nome, mas um conceito estigmatizador que gera preconceito e aprofunda processos de marginalização. A autora então busca redefinir o conceito, imprimindo ao termo *mendigo* a ideia do sujeito que não é apenas o vadio que pede esmola, nem o marginal ou o indivíduo que está no limite da marginalização, cuja sobrevivência de um ou de outro é conquistada na prática do pedido. Ela designa como aquele que transitória ou permanentemente, dá continuidade a sua sobrevivência após a ruptura sofrida numa determinada formação social, produzindo a doação ao solicitar dinheiro ou outros bens em vários pontos do espaço urbano, transformando-o em território apropriado (STOFFELS, 1977).

Em matérias de jornais, revistas e outros meios de comunicação, Rosa (2005) garimpou as expressões utilizadas para caracterizar o grupo de pessoas que viviam nas ruas na cidade de São Paulo durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Ela encontrou no jornal *O Trecheiro*, forte crítica em torno do termo mendigo que obscurece a condição de trabalhador. A matéria ressalta que a imprensa de massa, de maneira geral, aborda a problemática de forma a nivelar por baixo, tratando a população de rua no seu todo como *mendigos*. Menciona que o termo parece inadequado diante da conjuntura do país naquela época, que submetia as pessoas

³¹ **Art. 59.** Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

³² **Art. 60.** Mendigar, por ociosidade ou cupidez: (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009).

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009).

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada: (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009).

a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento. (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009).

b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009).

c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos. (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009).

ao subemprego e a verdadeiros malabarismos para conseguir sobreviver. Finaliza ressaltando que o tratamento da população de rua como *mendigos* era um verdadeiro equívoco, na medida em que se desconhecia a imensa quantidade e diversidade de grupos que vivem na rua. Que existiam pessoas que viviam da mendicância, não havia dúvida, contudo, negar que a maioria “faz das tripas coração para conseguir seu ganha-pão através do catar papelão, guardar carros, descarregar caminhões, segurar placas, dobrar jornais, etc. é tolice. E não nos venham dizer que no país do desemprego e do descaso para com os excluídos isso seja mendicância” (O Trecheiro, 1996, p. 2 *apud* ROSA, 2005, p. 63).

Passados muitos anos, esse ainda é o cenário enfrentado pelas pessoas que vivem nas ruas não só no município de São Paulo. As denúncias expressadas pelo *O Trecheiro* são atuais e ratificam as colocações emitidas por Miranda (2013) que afirma que seus companheiros que vivem na rua não são mendigos e não é porque a mídia, a televisão e as novelas veiculam ideologicamente o termo mendigo para englobar os viventes na rua que se deve aceitar e incorporar os estigmas subsumidos na nomeação. Para Miranda (2013) é preciso “romper com essa questão de nomenclatura da mendicância”, mesmo porque, todos são mendigos numa certa medida. “Você é mendiga! Você mendiga, tem hora, alguma coisa na sua casa, no seu trabalho, na sua escola. Todos nós somos mendigos. A gente mendiga. Mendigar é implorar, é pedir” (MIRANDA, 2013).

O termo *mendigo* não foi adotado neste estudo por dois motivos. O primeiro e mais importante é que mesmo não tendo a noção clara de onde e porque surgiu o conceito, meus interlocutores instantaneamente o repelem, pois em sua origem e definição estão implícitos os estigmas da vadiagem e da vagabundagem, como se pedir para comer ou beber o que não se tem, ou pedir para consumir algo e minimamente se igualar ao nível imposto pela sociedade do consumo, fosse crime. Como se essa questão que não é somente social, mas é econômica e política e é tão grave, merecesse receber tratamento jurídico penal em vez de atenção responsável, ética e solidária. A expressão *mendigo* não representa a diversidade das mulheres e dos homens que vivem na rua e que nela criam e recriam uma forma distinta de estar sendo no mundo. Mundo esse que as pressiona cotidianamente em suas margens, dificultando que elas expressem e consolidem dignamente jeitos diferentes de viver, pois, apesar da opressão essas pessoas (re)criam a realidade.

Povo de rua / Sofredor de rua

Segundo Silva (2008), na década de 70 a academia e as práticas assistenciais da igreja produziram a não existência da população de rua enquanto grupo social, negando a possibilidade de organização dessa população e legitimando a supremacia do conhecimento científico sobre o saber popular, reforçando que os conhecimentos e as práticas da população de rua não eram importantes e nem compreendidas como formas de resistência – tratavam-se de meras táticas de sobrevivência. A partir dos anos 80, com a emergência de diversos movimentos sociais em um cenário de mobilizações políticas não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, as pessoas que viviam na rua começaram a se organizar sob a influência e auxílio da igreja, especialmente dos grupos ligados à Teologia da Libertação. Não se tratava mais de buscar entender indivíduos preguiçosos e desocupados, mendigos que se movimentavam no mundo somente em prol de sua sobrevivência material, mas investigar e atuar com uma população que estava assumindo caráter coletivo.

Trabalhos acadêmicos e de outras naturezas foram produzidos nessa década dando destaque a nova nomeação, como o livro *Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!* de autoria de Castelvechi (Nenuca), publicado em 1985 e *A Igreja dos Excluídos: vida e morte do povo que mora na rua* de José Roberval Freire Silva publicado em 1988. Essas obras retratam fielmente o trabalho desenvolvido junto às pessoas que viviam na rua durante a década de 80, demonstrando os papéis desempenhados pela igreja católica como articuladora, defensora e organizadora dos movimentos sociais e das conquistas da população de rua naquele contexto histórico e social (SILVA, 2008).

Tanto Nenuca como José Roberval Freire Silva foram membros da Organização de Auxílio Fraternal (OAF³³) e também da atuação na Comunidade dos Sofredores da Rua, sendo que suas obras são frutos do que viram e ouviram durante os anos de intenso convívio com o povo da rua. O aporte metodológico adotado pela igreja naquela época e que gerou as obras mencionadas era visto como um desafio para os religiosos militantes, na medida em que suas produções buscaram ser pequenas janelas de onde o povo da rua pudesse falar e ser visto por dentro, a partir de seu mundo, já que o que predominava era o desconhecimento e o preconceito em relação a ele (SILVA, 1988). Dar início às reflexões sobre as causas do

³³ Organização religiosa pioneira na defesa dos direitos da população de rua no centro de São Paulo que atua até hoje no município. Informações mais detalhadas podem ser encontradas em: <http://www.oafsp.org.br/historia.htm>.

surgimento da situação de marginalização, imprimindo um viés teológico na perspectiva da libertação, era tarefa dos religiosos militantes que compuseram suas obras em formato de cartilhas.

Ambos os textos são estruturados em partes que apresentam as trajetórias de trabalho e militância dos autores, seguido de tópicos bastante objetivos que analisam as causas da existência de pessoas que vivem na rua enquanto resultado do poder opressor e excludente do capital. Os autores também falam quem são as pessoas que vivem na rua e traçam didaticamente os processos pelos quais se dariam a organização das mesmas, mencionando elementos metodológicos para o alcance dessa tarefa que caberia aos militantes religiosos conduzir.

As visões e elaborações em torno de quem seriam os homens e as mulheres que viviam na rua na cidade de São Paulo foram feitas a partir das vivências empíricas dos autores e de seus companheiros/as militantes religiosos. Fortemente influenciados pelo aporte teórico metodológico da Teologia da Libertação, promoviam andanças pelas ruas da cidade, traçando os perfis das pessoas que viviam na rua, especialmente daquelas que ocupavam os espaços no centro de São Paulo. Dessas caminhadas, observações e convívios na rua, foram sendo cunhados os termos *povo de rua* e *sufredor de rua* que possuem a mesma designação.

Segundo relatos de Silva (1988), ao lançarem os primeiros olhares, os trabalhadores da igreja viam pessoas caídas, maltrapilhas, sufredoras e com sono pelas noites mal dormidas. Uns alcoolizados, outros doentes, com infecções, doenças pulmonares, ferimentos etc. Um povo realmente caído. Na incontável legião de sufredores, encontravam-se feições de catadores de papelão, pedintes, marreteiros, mulheres do meretrício, crianças de rua, doentes crônicos, loucos, alcóolatrás, cegos e aleijados pedindo esmolas, cujas dezenas deles e delas tiveram suas histórias desfeitas, sobrando apenas o resto do próprio corpo que padecia dia e noite. Enquanto uns permaneciam deitados, anestesiados pelo álcool e pelo cansaço, outros andavam com seus velhos cobertores enrolados no corpo e com suas mochilas penduradas às costas.

O mesmo autor continua narrando que com caras enrugadas, queimadas de sol e envelhecidas, aparentando mais idade do que tinham na realidade, não encontravam locais pra tomar banho, fazer a barba ou lavar as roupas. Assim, saíam em busca de lagoas ou represas onde se expunham à morte por afogamento. Como eram proibidos/as de entrar em recintos

comerciais, ainda que tivessem o dinheiro em mão para o café ou para a pinga, a rejeição social se materializava na própria pele, na aparência. O desprezo e a rejeição acabavam se tornando fatos corriqueiros já previstos. No entanto, era a sociedade quem deveria ter vergonha por reprimir as pessoas que outrora haviam sido trabalhadoras (SILVA, 1988).

Mesmo frente à tamanha labuta diária na tentativa por manter a dignidade, a humanidade, a vida, desenvolvendo cotidianamente processos de resistência e enfrentamento do preconceito e da discriminação de toda a sociedade, quando chegam, inclusive, a colocar em risco a própria vida, são reconhecidos como tendo sido *outrora* trabalhadores/as. A prática do trabalho sob a lógica capitalista é força vital que um vende para garantir sua existência na totalidade vigente e outro compra para extrair valor. Uma vez materializado num produto, quando vendido, gera o retorno na forma dinheiro, inicialmente investido, somado de um plus, o lucro. É na *mais valia* que a exploração de um ser humano sobre o outro se expressa, uma vez que corresponde à força do trabalho humano que é despendida e não é paga.

Sem perder o foco da conjuntura social, política e econômica capitalista da época, os autores evidenciavam as raízes globais do problema que se adensava nas ruas das cidades, ratificando a definição de que o povo que vivia na rua fazia parte de uma massa de gente empobrecida que o sistema do lucro capitalista gerava. Rejeitavam as visões lançadas pela sociedade de que as pessoas que viviam na rua eram “desajustadas”, sendo o desequilíbrio pessoal fruto da própria “vagabundagem” a que estavam entregues e reafirmavam que na realidade todo o povo da rua não era a causa de sua própria situação. “A causa principal está na chamada propriedade privada que deixa os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres” (SILVA, 1988, p. 23).

Para Silva (1988), aqueles/as que não moram na rua não conseguem dizer sobre a vida que nela decorre, pois, viver na rua ou “cair na rua” é uma experiência muito dura de marginalidade. Sendo assim, era importante deixar que o povo da rua falasse por si mesmo, já que cada um tinha sua história e essas histórias pessoais exprimiam a história de todo um povo vítima da exploração. Era importante ouvir o submundo da rua com suas contradições e até com sinais de vida, para se entender e lutar por alguma mudança.

As nomeações *povo de rua* e *sufredor de rua* possuem o mesmo sentido e intuito, que à época de sua elaboração pelos trabalhadores/as militantes da igreja, era denunciar os abusos e explorações empreendidas por um sistema econômico, político, social e ético que coloca o

capital acima da preservação e do desenvolvimento da vida no Planeta. Embasados teoricamente nos fundamentos dessa denúncia e empiricamente no que viam e ouviam das pessoas com quem conviviam na rua, puderam conferir aos termos cunhados, contornos da concretude sócio histórica da vida que se produzia na rua. E esse fato, indiscutivelmente, contribuiu com os processos que inauguraram a legitimação das mobilizações da população de rua no contexto de São Paulo e em outras metrópoles brasileiras.

Sectária seria a atitude de negar a importância que representou o surgimento do termo aqui apresentado, cuja origem foi a realidade concreta da rua. Entretanto, não poderia evadir da análise de que o termo *povo de rua* ou *sofredor de rua* possui limitações descritivas, advindas de visões e interpretações dogmáticas da instituição da igreja que, embora reconheça a força de resistência intrínseca às pessoas, especialmente quando se unem umas com as outras para lutar, ainda as situam numa posição em que são receptoras ao invés de protagonistas de conhecimento elaborado sobre a estrutura da sociedade em que vivem. E a responsabilidade da transmissão desse conhecimento é do militante religioso que se coloca solidariamente a tarefa exclusiva de ensinar e conscientizar, frente à vítima que se coloca a aprender.

População de rua

Embora a ordem cronológica utilizada pelos autores que analisaram as nomeações para quem vive na rua, tais como Vieira, Bezerra e Rosa (1992), Silva (2008) e outros, remonte a origem do termo *população de rua* à década de 1990, já no final dos anos 70 a expressão começou a ser utilizada. Sua primeira exposição em um meio de comunicação de massa definia quem vive na rua como um grupo de pessoas que possuem “características sociológicas e psicológicas especiais” que expressam dificuldade de adaptação à vida em sociedade, tais como os “mendigos, prostitutas, alcólatras, migrantes recém-chegados, psicopatas, egressos de prisão, menores abandonados, toxicômanos, etc.” (OAF-SP, 1978 apud ROSA, 2005, p. 52). Já naquela época a tendência era “buscar um denominador comum diante da heterogeneidade de situações de moradia e sobrevivência nas ruas do centro da cidade de São Paulo” (ROSA, 2005, p. 53) e “a retomada da expressão *população de rua* na década de 1990 não foi casual” porque significou mais uma vez, “a tentativa de englobar a

multiplicidade e a heterogeneidade de situações encontradas na rua e também retirar o estigma que marca a palavra *mendigo*” (*idem ibidem*, p. 66).

A disseminação massiva do uso do termo *população de rua* ao redor do Brasil a partir da década de 90, foi inaugurada pela publicação *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*” (1992) organizada por Maria Antonieta da Costa Vieira, Eneida Maria Ramos Bezerra e Cleide Moreno Maffei Rosa como resultado da primeira pesquisa ampla sobre a população de rua na cidade de São Paulo. Protagonizada pela Prefeitura do Município de São Paulo que contou com a parceria dos agentes sociais das organizações não governamentais ligadas à Igreja Católica e à Igreja Metodista, com professores da Universidade Católica de São Paulo e do Centro Latino-Americano de Estudos em Saúde Mental, foram desencadeados processos de reflexão coletiva a fim de conhecer a população de rua e subsidiar a formulação de propostas de atuação com a mesma (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992).

A obra foi organizada de maneira a demonstrar quem era a população de rua, situando-a *a priori* como segmento da classe trabalhadora. Os resultados foram apresentados de forma a demonstrar a dimensão e distribuição espacial da população de rua na cidade, suas características gerais e o significado da rua como modo de vida. A obra tece considerações em torno dos serviços de assistência social no conjunto das políticas do setor e relata formas de atuação do Poder Público junto à população de rua. Em relação ao trabalho de campo, a pesquisa se pautou em pressupostos construídos no âmbito acadêmico, que não só constituíram as bases conceituais do estudo, como também subsidiaram a escolha das metodologias e ferramentas da pesquisa.

A ideia central do livro se funda sobre os eixos explicativos: *Quem é; Como vive e Como é vista*, deixando implícito na forma singular das expressões que trataria o contingente estudado como população, visando não individualizar as histórias e os problemas que perpassavam a realidade da rua. Os argumentos que constituíram o eixo *Quem é* trouxeram, essencialmente, a dimensão do trabalho como elemento que diz muito sobre por quem a população de rua é formada. As trajetórias antes de *cair na rua*, no geral, evidenciam experiências como trabalhadores/as, já que é esse o aspecto que confere legitimidade à existência no seio da sociedade capitalista. Assim, foi a partir dessas concepções sobre o trabalho que as definições de população de rua foram se fundamentando.

[...] **contingente de trabalhadores** sistematicamente expulsos do mercado de trabalho e visivelmente presentes nas ruas da cidade; [...] **segmento de**

trabalhadores despojados de todos os seus direitos sociais; [...] **trabalhadores**, em particular de uma parcela historicamente não atendida pelas instituições públicas - A POPULAÇÃO DE RUA. (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 13, grifos meus).

No capítulo 1 intitulado *Pobreza, Classe Trabalhadora e População de Rua*, a concepção do eixo *Quem é* se desenvolve de maneira mais ampla, não deixando de lado a dimensão do trabalho. “Quando se fala de população de rua ninguém tem dúvida de que este segmento social expressa uma situação-limite de pobreza, por mais diferente que seja a conceituação que se desenvolva”. E não restam dúvidas que a “classe trabalhadora brasileira vem sofrendo um processo crescente de empobrecimento na última década, o que amplia significativamente o contingente social que vive em situação de miséria” (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 17). Uma inversão de frases e palavras que culminam num mesmo ponto: a população de rua é fundamentalmente formada pela classe trabalhadora que “cai na rua” quando atinge níveis extremos de pobreza.

Ao longo do mesmo capítulo, é conferida maior densidade a essa concepção, quando as autoras, pautando nas definições de *mendigo* cunhadas por Stoffels (1977), mencionam o lumpemproletariado³⁴, cuja categoria de origem marxista ajudou na elaboração da definição do eixo *Quem é*. Assim, foi-se consolidando a expressão *população de rua* como um contingente que dentro do quadro da pobreza e do subemprego ou do desemprego, possui elementos comuns como os trabalhos e rendimentos irregulares e a dificuldade de acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade, diferenciando-se em relação às condições de vida que se ancoram no fato de que vive na rua (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992).

A população de rua pode ser caracterizada pela extrema mobilidade. Além de ter trabalho irregular, não possui residência fixa e nem convivência permanente com o grupo familiar. Trata-se de um grupo basicamente masculino, que geralmente realiza trabalhos temporários no campo e na cidade. Frequentemente deixa a família na tentativa de obter melhores condições de vida, ou então em função de pressões ou conflitos. Reside alternadamente em diferentes habitações precárias com grande mobilidade:

³⁴ [...] O mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes. [...] Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. [...] Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1984, p. 208-209).

ora está em pensões onde aluga um quarto, ou mais frequentemente, uma vaga, ora em albergues da rede pública ou privada, ora em alojamentos de trabalho, como, por exemplo, em obras da construção civil. Quando não existe outra possibilidade, a rua se torna o lugar de abrigo. Geralmente está sozinho, aliando-se ocasionalmente a companheiros de trabalho ou de aventura (*idem ibidem*, p. 22).

As concepções presentes na obra analisada pautaram as análises em torno do surgimento e existência de pessoas que vivem na rua atrelada à movimentação do mercado de trabalho formal e informal. Essas bases teóricas fundamentaram a elaboração da expressão *população de rua*. Aspectos relacionados ao trabalho ou à ausência dele não devem ser totalmente descartados na busca pela compreensão de como as pessoas constroem suas vidas na rua, tendo em vista que um dia *foram* trabalhadoras. Contudo, reduzir as complexas dimensões da vida humana ao âmbito do trabalho, ainda mais quando se toma por base o entendimento hegemônico do conceito, é equívoco que vem gerando impactos determinantes nas vidas das pessoas que estão na rua e que têm suas vidas geridas politicamente pelas condicionantes ferramentas do Estado burguês.

Por fim, a obra aqui analisada buscou dar visibilidade ao trabalho desenvolvido com a população de rua em São Paulo que visava a promoção da autonomia da mesma. Entretanto, analisando detidamente como foram as atuações, percebeu-se que se fundamentaram nas reflexões desenvolvidas por diversos grupos de intelectuais e técnicos do Estado, o que, possivelmente, reduziu a participação direta das mulheres e homens que viviam na rua na época da pesquisa, o que evidenciou a antinomia *promoção de autonomia sem participação direta do sujeito que necessita conquistá-la*. Afere-se, com isso, que a definição de população “tem funcionalidade prática, do ponto de vista governamental, uma vez que se dá por meio de cruzamentos de variáveis comuns a todo o segmento: grau de alfabetização, faixa etária, diagnósticos médicos – alcoolismo, uso de drogas, transtornos mentais”, entretanto, “toda uma gama de alteridades é reduzida a um sistema de classificação no qual a rua é o ponto através do qual gravitam todas variáveis aqui entendidas como um problema social” (MARTINEZ, 2011, p. 36).

Todo processo de constituição da definição *população de rua* foi construído, ideologicamente, sobre a ideia de conferir um tipo de autonomia sem gerar protagonismo, sendo que os indivíduos ou o grupo que vive na rua foi visto como objeto de estudo ao invés de sujeito capaz não só de relatar sua história, mas também de construí-la.

População em situação de rua

A busca por produção bibliográfica junto ao website do MNPR originou os primeiros esclarecimentos teóricos em torno da elaboração e adoção da nomenclatura hoje em uso. Por meio desses documentos, pude verificar que a fonte teórica da definição *população em situação de rua* é a dissertação de mestrado de Maria Lúcia Lopes da Silva (2006) defendida na Universidade de Brasília sob o título *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Para a autora a nomenclatura *população em situação de rua* expressa de maneira mais adequada uma situação social resultante da lógica de acumulação e produção capitalista e não só de fatores subjetivos vinculados à sociedade e condição humana (SILVA, 2006). Se o desempregado é o principal ator que emerge neste processo, como imprimiu a definição população de rua debatida anteriormente,

[...] a noção de situação de rua pode ser revertida através da reinserção destes excluídos no mercado de trabalho. Se por um aspecto a situação de rua é definida por uma categoria de unidade (neste caso apresentado como o desempregado), por outro aspecto, a heterogeneidade destes atores são pensadas através do grau de vinculação com o mundo da rua (MARTINEZ, 2011, p. 35).

De maneira articulada, Martinez (2011) relacionou a nomenclatura vigente – *população em situação de rua* – no âmbito político governamental, ao que havia sido elaborado anteriormente para o termo *população de rua* que trazia também uma dimensão temporal que descrevia trajetórias de rua. Os termos *ficar / estar na rua* e *ser da rua* foram elaborados para designar a categoria tempo de rua, onde descreve e “identifica graus de diferenciações entre os sujeitos, sendo que as gradações do tempo tornam estáveis, ou até irreversíveis, a condição do sujeito” (MARTINEZ, 2011, p. 35).

Ficar na rua expressa situação de precariedade em que o sujeito desempregado e sem recursos “cai na rua”. Não conseguindo vaga em albergue ou alugar um quarto de pensão, fica nesse ambiente, onde com medo e sentindo-se desvalorizado, busca dela sair rapidamente por meio de bicos e pelos atendimentos em plantões sociais. *Estar na rua* designa situação em que o sujeito se sente mais familiarizado com o novo ambiente e a sensação de vulnerabilidade e ameaça vai diminuindo progressivamente. Quando o sujeito chega a instituir uma situação de moradia e trabalho no mundo da rua, considera-se que ele é um *ser da rua*.

Nesse contexto a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. O cotidiano passa a ser pautado por referências como as *bocas de rango*, instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma **situação**. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento, como pensões baratas, albergues, depósitos de papelão e casa de parentes (VIEIRA et al, 1992, p. 95, grifo meu).

Além da questão relativa à dimensão do trabalho e conjuntura sócio econômica em que se insere, a definição *população em situação de rua* também se ancora nas noções temporais da trajetória de rua e designa

[...] grupo populacional heterogêneo, mas que tem em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por **contingência temporária** ou de **forma permanente**, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, **no processo de construção de saída das ruas** (SILVA, 2006, p. 105, grifos meus).

A *situação de rua* definida por Silva (2006) pode ser temporária ou permanente, entretanto, diz respeito sempre a um processo de construção de saída da rua. Rosa (2005) reforça a ideia de que o uso da expressão *população em situação de rua* seria mais apropriada para designar uma situação de passagem, provisória. A definição elaborada por Silva (2006) e adotada pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASÍLIA, 2008) abrange as pessoas que vivem na rua de forma passageira e permanente e que, independentemente das singularidades dos projetos pessoais, dos sonhos e desejos, necessitam buscar processos de saída da rua para serem reconhecidas politicamente.

Destas questões emergem reflexões sobre o real desejo das pessoas que estão em situação de rua em sair dela, para novamente serem incorporadas na lógica capitalista de viver. Se a não construção de processos de saída da rua gera condição de invisibilidade política e institucional ou, frequentando-se locais de moradia provisória ou as unidades de atendimento socioassistencial é possível construir processos de saída da rua que são, supostamente, fomentados por essas mesmas instituições. Despontam um sem número de

elementos a serem debatidos e, para muitos deles, acredito que não haveria respostas para quem, sentado à frente do computador ou atrás dos livros, não buscasse compreender a realidade junto a quem a vivencia concretamente.

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos seres humanos como seres históricos e à sua historicidade. [...] Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os seres humanos, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo (FREIRE, 2005, p. 84-85)³⁵.

O ponto de partida deste movimento está nos seres humanos mesmos e como não há mulheres e homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações seres humanos – mundo – seres humanos. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos seres humanos no seu *aqui* e no seu agora que constituem a **situação** em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados (FREIRE, 2005). É a partir desta situação que lhes determina a própria percepção que dela estão tendo que podem mover-se. “Para fazê-lo, autenticamente, é necessário, inclusive, que a situação em que estão não lhes apareça como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora que apenas os limita” (*idem ibidem*, p. 85).

Os motivos políticos pelos quais o movimento social adota uma nomenclatura – e não outra – foram esclarecidos por Miranda (2013) quando refletiu sobre a postura do MNPR frente à nomeação *população em situação de rua*.

Não! O movimento não elegeu essa nomenclatura. O movimento é “Movimento Nacional da População de Rua”, não *situação de rua*. Porque o movimento não tira ninguém da rua, ele respeita o processo da rua. Então para o movimento não interessa se ele está em situação ou se ele está na rua. Isso é para os políticos, isso é para a academia, não é do movimento. Isso é da academia, é da universidade social. Foi criada pela professora Aldaiza Sposati que foi secretária municipal de Assistência Social, foi vereadora. Ela é que criou *população em situação de rua*. Entendeu? Porque a rua, ela tem processos de quem está na rua e pessoas que estão em situação de rua, que passa pela rua e não é da rua (MIRANDA, 2013).

³⁵ Antes de escrever a Pedagogia da Esperança, Paulo Freire se referia ao ser humano como “o homem” e em todos os trechos citados que traziam o termo homem, incluindo também as mulheres, fiz uso da expressão ser humano, correção que o autor fez na obra supramencionada.

A reflexão de Miranda (2013) em torno da categoria *situação* traz à tona a palavra *processo* que, uma vez articuladas, oferecem elementos importantes para se pensar a vida na rua como condição existencial histórica e não determinação fatalista. É situação processual, na medida em que os sujeitos que vivem na rua se movimentam na totalidade e não fora dela. Nesse sentido, a rua é compreendida como espaço tempo também de possibilidades e não somente de imobilismo. É como se Miranda (2013) dissesse o seguinte,

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2005, p. 34).

A partir dessas ponderações, Freire não busca imprimir uma visão romantizada sobre o sujeito oprimido como prenúncio do ser humano novo. Pelo contrário, ele alerta para a possibilidade da “aderência ao opressor” (FREIRE, 2005, p. 35).

O ser humano novo, em tal caso, para os oprimidos, não é o ser humano a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede seu lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo ser humano são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua visão de ser humano novo é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida (FREIRE, 2005, p. 35-36).

O mesmo autor ainda coloca que um elemento básico na mediação opressor-oprimido é a prescrição como movimento alienador de imposição de uma consciência sobre a outra.

Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles/as – as pautas dos opressores [...] Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos seres humanos, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os seres humanos como seres inconclusos (FREIRE, 2005, p. 37).

Em consonância com a afirmação de Miranda (2013), acredito que a expressão *população em situação de rua* não abrange a diversidade das existências na rua, não só no âmbito de suas objetividades (número de pessoas que vivem na rua, de sexo, gênero, raça, credo, idade etc.), mas também de suas subjetividades (nos sonhos, desejos, projetos, utopias e esperanças) e de sua práxis. Nesse sentido Miranda (2013) afirma,

Não, não abrange. E outra, a gente respeita a universidade também. Tem hora que eu uso: “olha a população em situação de rua”, “olha o morador de rua”, “olha o morador”, o homem da rua, não importa a nomenclatura. O que importa é não chamá-lo de mendigo, de vagabundo, de bandido, de ladrão. E para nós – o movimento –, quando criamos o movimento, é Movimento Nacional da População de Rua, não é da população em situação de rua. A gente respeita. Para nós não importa se ele está ou não está na rua, se ele quer ou não quer ficar, desde que nós respeitamos ele. Se ele quiser sair da rua o movimento vai lutar para ele sair da rua. Se ele quiser ficar na rua, o movimento vai lutar para ele ficar na rua, com dignidade, com respeito, com cidadania. Esse é o papel do movimento (MIRANDA, 2013).

1.2.2. “O movimento luta para que o Estado garanta políticas públicas”³⁶: apontamentos sobre a vida do movimento em movimento pela vida na rua

A opção por desenhar o presente tópico deu-se pelo fato das *práxis* do Movimento Social da População de Rua, direta ou indiretamente, impactar a dinâmica da vida na rua cotidianamente, configurando-se também como mediação desses jeitos de ser e estar no mundo. Como o foco do estudo não é o movimento social em si, nem as categorias subjacentes a ele, mas a busca pela compreensão sobre o *viver na rua* no contexto São Carlense, creio que investigar aspectos da estrutura e funcionamento desse movimento é caminho profícuo ao alcance de compreensões pormenorizadas sobre o viver na rua na contemporaneidade brasileira³⁷. Dessa maneira, a partir da narrativa de Miranda (2013), foi

³⁶ Anderson Lopes Miranda.

³⁷ A respeito do histórico de constituição do MNPR, bem como sobre questões mais detalhadas ligadas à sua atuação, princípios, objetivos e parcerias, ver os trabalhos de Reis (2011) intitulado “O Movimento Nacional da População de Rua em São Paulo: um diálogo com as políticas sociais públicas”, Costa (2007) intitulado “A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua” e Ferro (2011) “Desafios de la participación social: alcances y limites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil”.

possível destacar questões que julguei pertinentes sobre o MNPR ao delineamento de movimento dialético em direção à compreensão de um mundo dentro de outro mundo.

A exterioridade é, de acordo com Dussel, a principal categoria da filosofia da liberdade porque se trata da ferramenta interpretativa que possibilita o discurso filosófico desde a periferia, desde o oprimido. Sendo assim, é um discurso novo porque parte da exterioridade e não do centro. Não se trata da metáfora espacial da exterioridade como “transcendentalidade interior” em que o sujeito é visto e tratado como sujeito dentro do sistema. São diferentes. No meio de todas as coisas e entes que nos rodeiam, surge um rosto que é o rosto do outro, de outro ser humano que nos provoca que não quer ser parte da totalidade instrumental. Não é algo, é alguém (DUSSEL, 1977a).

O movimento ele é transversal. Ele tem as bandeiras e muitas vezes ele não tem bandeira nenhuma. É a bandeira da justiça, é a bandeira também de romper o preconceito, então a gente fala que a gente carrega várias bandeiras. É a bandeira de luta, a bandeira de luta do movimento ela é uma bandeira de luta que não tem cor, não tem etnia, não tem raça, não tem gênero porque ela abrange todos. Então a bandeira ela é cor de rosa, ela é vermelha, amarela, ela é azul, branca. Tem momentos que você tem que vestir uma camiseta da paz para romper com a violência das polícias metropolitanas que são as guardas municipais. Tem momentos que você precisa vestir uma camisa vermelha do sangue, de ir pra rua, de gritar: “Basta de sangue desse povo!” (MIRANDA, 2013).

Segundo Dussel (1977a), se o ser fundamenta todo o sistema que é o mundo cotidiano, então há outra realidade para além do ser, assim como há cosmos além do mundo. Para além dos condicionamentos da totalidade, do mundo, cujo sentido lhe foi atribuído, há o outro que é o oposto e que pode dizer que é outro, que é ser humano que tem direitos. Quando isso acontece é colocada em evidência a exterioridade prática do sistema ou a transcendentalidade interna como é o caso da fome que subverte a ordem que mantêm o sistema operando e exige sua mudança radical. A lógica da totalidade estabelece seu discurso a partir da identidade ou do fundamento até a diferença. É totalitarista. Aliena a exterioridade, coisifica a alteridade. Já a exterioridade e a alteridade estabelecem um discurso a partir do abismo da liberdade do outro, se constituindo como uma lógica histórica e não evolutiva (DUSSEL, 1977a).

Porque a questão é mulher, família, despejos, principalmente no estado de SP, um estado ainda retrógrado, um estado que é a base do capitalismo. Um estado que não respeita o ser humano. O estado de SP é um estado ainda de direita, não de direitos, de direita: quem tem mais manda, quem tem menos cala a boca. É um estado que não respeita os mais vulneráveis, os mais pobres. Pobre tem que continuar a ser pobre e o rico aqui no estado de SP

cada vez mais rico. Mas eu acho que a gente vem começando a mudar, não só com o PT [Partido dos trabalhadores], mas com os partidos de esquerda, com os movimentos sociais, com a universidade mudando seu jeito de olhar (MIRANDA, 2013).

O outro se revela realmente como outro, em todos os sentidos de sua exterioridade, quando surge como extremamente distinto, como o não habitual ou cotidiano, como o extraordinário, o fora da norma, como o pobre, o oprimido; o que é a margem do caminho, fora do sistema, mostra seu rosto sofrido e desafiante: -"Tenho fome!, tenho direito, direito de comer! ". O direito do outro, fora do sistema, não é o direito que se justifique pelo projeto do sistema ou pelas suas leis. Seu direito absoluto, por ser alguém, livre, sagrado, se funda em sua própria exterioridade, na constituição real de sua dignidade humana. Quando se avança no mundo, o pobre, comove os pilares do sistema que o explora. Seu rosto, pessoa, é provocação e juízo por sua simples revelação (DUSSEL, 1977a, p. 59).

De acordo com Miranda (2013), a legitimidade do movimento social da população de rua está na participação ativa das pessoas que vivem na rua e não de quem nunca vivenciou a experiência, embora colaboradores sejam sempre bem vindos. Miranda (2013) coloca que, eventualmente, aparecem pessoas que dormem uma vez em albergue e querem entrar na militância para ganhar dinheiro em cima da população de rua. E isto é inadmissível.

Ele vem da trajetória de rua ou ele nunca passou pela trajetória de rua, porque dormiu no albergue, acha que dentro do movimento ele vai ganhar. Não! No movimento não se ganha dinheiro em cima da rua. Eu vou viajar, eu vou dar palestra, se quiserem me pagar, ótimo, legal! Vai uma porcentagem para o movimento. Se não quiser eu vou de graça porque eu não posso ganhar em cima da rua. Eu não posso usar a rua pra isso: para me enriquecer e dizer: "Tá vendo, eu sou o cara e vocês são uns otários". Isso não pode acontecer. A rua tem facetas e ela tem pessoas que usam a rua. Então não adianta eu chegar e falar quanto é meu e quanto é seu e eu ser corrupto, eu me vender (MIRANDA, 2013).

Não basta ser *movimento social*, é necessário que suas raízes sejam populares porque a cultura dos grupos e classes oprimidos – a cultura popular – é a que guarda o melhor de nosso mundo e de onde surgirão as alternativas novas da cultura mundial futura, que não será uma mera repetição das estruturas da cultura e ideologia do centro. A exterioridade da cultura popular é a melhor garantia e o núcleo mais incontaminado do ser humano novo. Seus valores, hoje desvalorizados e até não reconhecidos pelo mesmo povo, devem ser estudados

cuidadosamente, devem ser incrementados desde sua própria pedagogia que historicamente forma lideranças e contribuem para a formação política das camadas populares³⁸. É na cultura popular ainda tradicional que a revolução libertadora encontrará seu conteúdo mais autêntico (DUSSEL, 1977a; ARROYO, 2003).

Miranda (2013) explica que o prédio onde funciona a sede do MNPR tem mais de cem anos e como está “caindo aos pedaços”, em breve entrará em reforma. Para possibilitar que o movimento consiga manter suas estruturas são travadas parcerias que, por vezes, contaminam a autonomia do movimento que precisa ter clareza dos diferentes papéis e dos limites, dentro dos quais cada ator desenvolve sua atuação.

Apoio, parcerias, amigos. O sindicato que eu trabalho. Vou lá peço um dinheirinho deles. Aqui a gente não tem telefone porque teve uma dívida que eu estou acertando, mas o movimento não vive com telefone. É importante o telefone, mas se não tiver a gente se comunica e se movimenta, a gente consegue se comunicar. A gente vai na internet, no face, nas coisas. Eu tenho telefone que eu ganhei do sindicato que paga o meu telefone. Tem gente que fica arretado: “É mais fácil falar com o papa do que com o Anderson”. Eu não sou daqui eu sou do mundo. O movimento agora vai para a França e Itália. Era para eu ir também, mas o Samuel que vai. Isso é legal! Então, hoje eu vou para Brasília, amanhã eu volto, depois vou para Curitiba em reunião da coordenação. Então esse é o movimento. O movimento te dá condições de se movimentar e tem que dar condições de movimentar. E aqui a nossa proposta é essa. Não adianta você falar ‘representante da população de rua’ sem movimento. Você pode ser uma parceira, um parceiro, uma organização que dá condições de criar um movimento. Agora, se você não tem movimento, você não tem organização da rua (MIRANDA, 2013).

A lucidez política expressada na gramática de Miranda (2013) esclarece que movimentos sociais inteligivelmente populares não geram pedagogias em vazios teóricos e esta constatação não se apoia, necessariamente, na consolidação de parcerias com instituições universitárias e com profissionais dos serviços públicos de assistência social, da promotoria na área dos direitos humanos e da defensoria pública (STRECK, 2009). Suas atuações se pautam na cotidianidade mundana da rua que é permeada de violência e processos de desumanização que necessitam ser enfrentados com urgência devendo ser protagonizadas pelas próprias pessoas que vivenciam na pele tais circunstâncias.

³⁸ Paulo Freire não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos ou excluídos, mas nos reeduca na sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos e excluídos como sujeitos de educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação (ARROYO, 2003, p. 34).

O movimento também não perde de vista que a rua encontra-se inserida em uma totalidade mais ampla, cujas ideologias são introjetadas para dentro de seu mundo, condicionando jeitos de ser e estar na rua que reforçam situações de marginalização, desumanização e violência horizontal. Para Dussel (1977a), a revolução cultural de libertação deve partir e deve efetuar o povo e desde sua cultura popular que é o núcleo mais incontaminado de resistência. Para essa revolução não se pode contar com o espontaneísmo e é necessário ser crítico para não se enganar com a cultura de massas que carrega em seu bojo a cultura imperial.

Se não houver movimento, luta, você não tem organização desse jeito. [...] as pessoas que estão nela, na rua, precisam se movimentar e se organizar. Ninguém vai te dar nada, se não for através de movimento. O movimento é livre, é libertário. Te dá condições de caminhar, de seguir o seu caminho: se você quer ir para o bem, se você quer ir para o mal. Mas eu não acho que vai existir sem movimento social que faça de fato uma luta. Se não seria entidade e entidade não defende. As entidades hoje são filantrópicas, elas dependem para sobreviver. O movimento não. Se tiver ele faz movimento na rua em qualquer lugar. Se não tiver ele faz movimento também. Então se não tiver dinheiro nós estamos aqui movimentando, se tiver dinheiro nós estamos aqui movimentando de qualquer jeito (MIRANDA, 2013).

1.2.3. “Essa população não pode viver na lei da caridade”³⁹: apontamentos sobre as políticas públicas de atendimento da população de rua

O debate em torno das conquistas jurídicas e institucionais voltadas ao atendimento e proteção da população de rua no Brasil é complexo e demanda análises detidas sobre cada legislação, política e equipamento de atendimento especializado, hoje vigentes no país. A ideia desse eixo não foi analisar cada uma delas, detalhadamente⁴⁰, mas apontar questões reflexivas em torno dessas ferramentas de gestão, a partir de alguns relatos de experiências vivenciadas por mim nos tempos de atuação como educadora social de rua no Centro POP em São Carlos, articulando tais reflexões com apontamentos de Miranda (2013) sobre a necessidade da existência e efetividade das políticas públicas voltadas à garantia de direitos da população de rua no Brasil.

A figura 1 ilustra esquematicamente que a Constituição de 1988 apresentou as bases institucionais da cidadania social⁴¹, e, “nesse momento, a Assistência Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, formaram o tripé da Seguridade Social no Brasil” (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

³⁹ Anderson Lopes Miranda.

⁴⁰ As políticas públicas de atendimento à população de rua foram analisadas detidamente em Almeida (2011).

⁴¹ Título VIII “Da Ordem Social”, Capítulo II “Seguridade Social”, Seção IV “Da Assistência Social”.

A assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

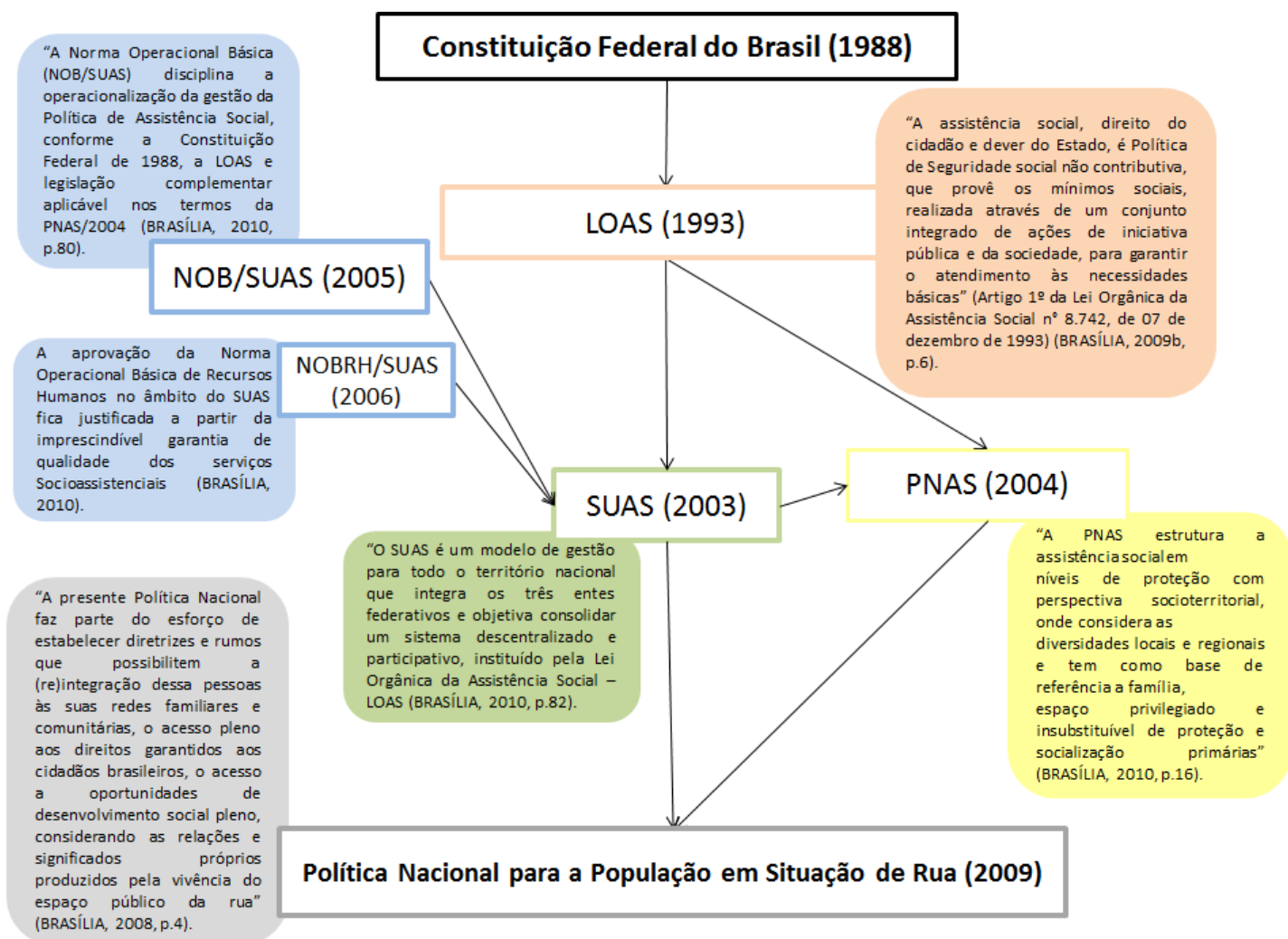


Figura 1. Diagrama das legislações e políticas que estruturam o atendimento da população de rua no Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988 que deu novo contorno e concepção à assistência social, foi elaborada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS⁴²), cuja primeira redação no ano de 1990 foi vetada, tendo sido reelaborada e aprovada em dezembro de 2003. Neste mesmo ano, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília/DF, foi deliberada a construção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS⁴³) que regulamenta e organiza ações sócio assistenciais, situando-as como políticas públicas.

De acordo com Oliveira (2012), foi com o advento da LOAS que foi inaugurada uma tendência política aportada na ótica dos direitos, pois, até esse momento, o arranjo político institucional da Assistência Social era controlado por oligarquias locais e entidades filantrópicas, consolidando-se como campo do assistencialismo e da caridade.

Em outubro de 2004, após ampla mobilização popular no espectro nacional, foi editada nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que exigiu consequente reelaboração da NOB/SUAS⁴⁴ que funciona como instrumento de regulação dos conteúdos e definições da PNAS. Foi fruto de todos esses documentos oficiais e políticas situadas no campo da assistência, junto aos incansáveis esforços militantes dos grupos que defendem o segmento da sociedade historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos, o surgimento da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, a partir do Decreto 7.053, de 25 de outubro de 2006 (BRASIL, 2009a).

A Política voltada especificamente à população de rua ressalta o necessário deslocamento da exclusividade no atendimento desta população pela assistência social, já que

⁴² Em virtude da LOAS a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (BRASÍLIA, 2010, p. 31).

⁴³ Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial, e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas (BRASÍLIA, 2010, p.39).

⁴⁴ A NOB/SUAS disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não-governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos (BRASÍLIA, 2010, p.80).

as pessoas que vivem na rua possuem o direito constitucional fundamental de serem consideradas cidadãs integrais, fazendo com que as políticas públicas que as contemplam devam ser pensadas e executadas a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar (BRASÍLIA, 2008). Os artigos 5º e 6º da Constituição Federal instituem que

[...] a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

O que está positivado nem sempre é concretizado no cotidiano da população de rua. O preconceito persistente, as diferentes violências produzidas e as atuações que não geram a efetiva garantia dos direitos sociais constitucionais, ainda estão presentes no dia a dia de quem vive na rua e constrói suas trajetórias dentro e fora das instituições de atendimento de assistência social, tais como o Centro POP ou o albergue (MARTINEZ, 2011). Tais equipamentos, em maior ou menor medida, a depender dos diferentes papéis que assumem, têm como objetivo promover a construção e o fomento de processos de construção de saída da rua, como uma das etapas finais do atendimento, como institui a política especializada.

Ofertado no Centro POP, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é destinado às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua (BRASÍLIA, 2011, p. 67).

No município de São Carlos, o Centro POP – mais conhecido como CREAS POP –, teve origem a partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais originada com base nos marcos políticos esquematizados (ver figura 1) e se enquadra no Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS. Com base no arcabouço político legislativo apresentado e no próprio projeto de trabalho do Centro POP desse município (ver figura 2), cuja elaboração se pautou na realidade local, a equipe que atua na unidade deve ter como objetivos: possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial e intersetorial; contribuir para a construção de novos projetos de vida; contribuir para restaurar e preservar a

integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações que contribuam com a reinserção familiar e/ou comunitária, de acordo com o desejo do usuário e contribuir para a superação da situação de rua (SÃO CARLOS, 2011, no prelo).



Figura 2. Imagem do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Divisão de Políticas e Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP).

Não há dúvidas de que a existência do Centro POP é importante ferramenta de garantia de direitos da população de rua no município e isso foi observado, especialmente, entre os anos de 2008 a 2010 em que a cidade era gerida por mandato petista, também vigente no ato de criação da política especializada (ALMEIDA, 2011). Porém, mesmo em contexto de convergências entre a consolidação de projetos políticos e anseios políticos partidários, os atendimentos demonstravam fragilidades em termos de promoção de autonomia e constituição de processos de saída e desinstitucionalização do serviço para a população de rua atendida.

Em trabalho realizado anteriormente com a população de rua, vivenciei a prova cabal a esse respeito, quando, ao desenvolver oficina educativa sobre economia solidária e possibilidades de trabalho fora do contexto do mercado formal, surgiu a demanda dos participantes em formarem uma horta comunitária, dadas as experiências e históricos pessoais de trabalho no campo. Com os/as educandos/as, realizamos visitas ao terreno público ocioso

que se destinaria à estruturação da horta (ver figura 3) e também articulamos parcerias que apoiariam na solução de questões técnicas relacionadas à manutenção da horta (ALMEIDA, 2011).



Figura 3. Atividade realizada no terreno destinado à estruturação da horta orgânica.

Uma carta foi redigida pelos próprios punhos dos participantes da oficina, formalizando a demanda da horta à prefeitura, entretanto, quando protocolizada na Secretaria Municipal que geria o Centro POP, a carta proposta foi engavetada, sob a justificativa de que as pessoas não estariam preparadas, psicologicamente, para empreender processos de trabalho livre e democrático, nem seriam capazes, fisicamente, de estruturar e manter a horta comunitária (ALMEIDA, 2011). Foi assim que uma das tentativas mais concretas de construção de autonomia financeira e, quiçá, política, realizada até aquele momento junto à população de rua no município, nasceu morta. A indiferença da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social pelo projeto da horta afetou minha credibilidade como educadora social de rua e esse fato abalou minha esperança nas políticas, legislações e equipamentos de atendimento sócio assistenciais voltados à população de rua.

Outra experiência analisada no referido trabalho foi a que decorreu da criação da sala de MOVA⁴⁵ nas dependências do Centro POP. No município de São Carlos, essa modalidade educativa não é considerada como ensino regular que fornece certificação como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo. Figura-se como movimento de alfabetização que na época era realizada em diferentes espaços comunitários. A partir do MOVA, os educandos desenvolvem habilidades como: melhoria da coordenação motora; argumentação de opiniões ou dúvidas em público; melhoria da grafia de letras e números, dentre outras capacidades. Com isso, são considerados ou não capazes de ingressar em uma sala de EJA, a fim de continuar os processos educativos que numa e noutra modalidade, desenvolvem-se a partir de temas ligados ao mundo da vida do educando. Acredito que esse direcionamento, tanto do MOVA quanto da EJA, possibilite avanços importantes na constituição da autonomia dos educandos, como pôde ser observado em relação aos frequentadores do Centro POP que participavam do MOVA e que começaram a desenvolver maior autoconfiança.

Mesmo diante dos avanços evidentemente alcançados pelas pessoas que frequentavam o MOVA na unidade, a iniciativa teve seu fim quando a Secretaria de Educação deixou de reconhecer sua relevância e legitimidade naquele contexto, já que a meta de um mínimo de 14 estudantes não estava sendo atingida. Existiram negociações da equipe do Centro POP com a Secretaria de Educação que foram em vão, interrompendo a vida curta da sala de MOVA (ALMEIDA, 2011).

Quem lida com a população de rua sabe que uma das maiores características que circunscreve seu universo existencial é a grande mobilidade e rotatividade impressa nas trajetórias de vidas que vão sendo construídas na rua, dentro e/ou fora dos muros institucionais. A instabilidade física e emocional decorrente das duras experiências que constituem a complexa lógica de viver na rua, também se fazem presentes. Dessa forma, os dispositivos de gestão⁴⁶ e de contenção de vidas, muitas vezes, ferem anseios pessoais e/ou

⁴⁵ Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.

⁴⁶ Sobre dispositivos de gestão da população de rua na cidade de São Carlos ver a dissertação de mestrado de Oliveira (2012) intitulada “Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população”. O autor qualifica o conceito de *dispositivo* formulado por Foucault para analisar “os elementos discursivos e não discursivos que foram elaborados para explicar a questão dos *moradores de rua* como *migrantes*, desempregados e *excluídos* e a ressonância desses discursos nas formas de intervir enquanto políticas públicas, através da elaboração de protocolos e programas de atendimento, práticas profissionais, surgimento de instituições (Albergue e Centro Pop). E como efeito, a produção da *Circulação e Fixação* como o dispositivo de gestão dos *moradores de rua* de São Carlos” (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

profissionais de quem está com o corpo no mundo da rua, uma vez que não convergem com os projetos do Estado para com suas margens. E isso acaba gerando a evasão das pessoas que vivem na rua de um sem número de atividades e serviços oferecidos pelas instituições de atendimento, como o Centro POP e o albergue, por exemplo.

Outro aspecto interessante que foi levantado, é que certas atividades educativas e políticas de promoção dessa autonomia que, *a priori*, é almejada e expressada por educadores sociais e gestores públicos, são, por isso mesmo, definidas sem a participação direta do público a que se dirige. Por isso, não deixam de incorporar vertentes normatizadoras que vislumbram reinserir a população de rua à totalidade que a expurgou, refletindo a contradição inclusão / exclusão social presente nas políticas e legislações voltadas para esses sujeitos (ALMEIDA, 2011). Essas reflexões ajudam a aprofundar compreensões em torno dos grandes desafios educativos existentes no âmbito do atendimento institucional à população de rua. Trata-se de algo mais que prestar assistência a trinta ou a cem pessoas, mantendo-as atadas a mesma posição de dependência em que se encontram. Solidarizar-se não é ter a consciência da exploração e racionalizar a culpa paternalistamente. “A solidariedade, exigindo de quem se solidariza que ‘assuma’ a situação de com quem se solidarizou, é uma atitude radical” (FREIRE, 2005, p. 39).

O movimento traz uma bandeira de luta por políticas públicas, focadas no acesso de direitos e intersetorial. O movimento ele trata, primeiro: trabalho, moradia, saúde, educação, cultura, direitos humanos. O primeiro viés é dos direitos humanos. Essa população não pode viver na lei da caridade. A bandeira do movimento ela é transversal, ela não é uma bandeira individual, só habitação. Porque tem bandeiras de movimentos que é só: “Ah não, a gente só prima pela saúde”. O movimento da população de rua não [...] Então, o movimento, ele não é só isso, não é só moradia. Tem uma camada de gente querendo trabalho, uma camada de gente da rua que a questão não é nem trabalho, nem moradia, é saúde. Tem uma camada de gente que não é saúde e não é moradia e não é trabalho é educação, é esporte, é cultura (MIRANDA, 2013).

CAPÍTULO II

A vida da pesquisa e a pesquisa da vida

Neste capítulo discorro sobre os caminhos trilhados para o desenvolvimento da pesquisa realizada junto às pessoas com quem convivi e dialoguei acerca de suas percepções e interpretações sobre viver na rua e os processos educativos nela implicados. Para tanto, teço apontamentos sobre a pesquisa no campo da ciência social crítica que parte do reconhecimento da dor do outro e da negatividade de sua vida que é produzida pelo sistema que impede a sua produção, reprodução e desenvolvimento (DUSSEL, 2007). Também reflito sobre o compromisso com a transformação da realidade opressora, por meio da práxis que se baseia na “dialética afirmação-negação”, demarcando, assim, “o caminho da revelação positiva do *outro* como *outro*” (OLIVEIRA; DIAS, 2012, p. 100).

Ressalto que os aspectos da vida apresentados nesse estudo não são universais, muito menos eternos. São históricos e constituídos por seres humanos que estão sendo no mundo, na busca por *serem mais*. Dito isso, listo as etapas metodológicas que constituíram esta pesquisa e que buscaram resguardar a máxima coerência com o referencial teórico fundamental da Ciência Social Crítica, compreendido também nos pressupostos da Educação Popular, fundada nos pilares do diálogo e do convívio.

ETAPA 1: Reflexões sobre viver na rua que fundou o capítulo 1 da dissertação;

ETAPA 2: Aproximação e delimitação do campo de pesquisa;

ETAPA 3: Levantamento de temas geradores;

ETAPA 4: A busca pelos sujeitos que buscam;

ETAPA 5: Análise e organização dos dados.

A fim de colocar os referenciais adotados em movimento na rua, lancei mão de procedimentos e instrumentais que primaram pela participação dos sujeitos e que possibilitaram a valorização de seus conhecimentos e motivações, acreditando que esses são meios que podem dar suporte a ações que visem problematizar realidades que negam e marginalizam alteridades autênticas.

2.1. Apontamentos sobre a pesquisa como dialética de compartilhamento

A rua não pode ser objeto de pesquisa. Você não pode olhar as pessoas como objeto de pesquisa. Não estuda, porque o ser humano é bipolar, ele é tripolar, ele vai e volta. Então não é estudo, é compaixão, é entender, é olhar, é diferenciar, é aceitar que o outro é diferente. Eu falo muito isso para a universidade: “Eu não sou objeto de pesquisa de ninguém, eu não quero que me trate como objeto de pesquisa. Eu quero que me trate como Anderson que veio da rua, que tem trajetória de rua, que vive na rua” (MIRANDA, 2013).

A revisão de literatura evidenciou duas tendências de pesquisas desenvolvidas acerca da realidade da população de rua no Brasil. Uma que define os homens e as mulheres em situação de rua como pertencentes a um “segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia” (VIEIRA *et al*, 1992). Outra que lança novos olhares sobre esse grupo populacional que deixa de ser composto por indivíduos incapazes de tomar suas vidas em suas próprias mãos, para agrupamentos formados por sujeitos que, com diferentes trajetórias de vida e motivações, são levados a vivenciar seus cotidianos fora de uma moradia permanente e convencional. Mulheres e homens que são capazes de desenvolver “práxis transformadora, constituindo movimentos sociais na luta por seus direitos e reivindicações históricas” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 55). Ainda, capazes de se organizarem em torno de pequenos grupos ou *bancas*⁴⁷ onde desenvolvem posturas coletivas de proteção e sobrevivência de seus pares.

Pressuponho ser a rua mediação de uma cotidianidade mundana para mulheres e homens que nela encontram possibilidades de ocupação, moradia, trabalho, vivências e experiências, enfim, espaço de diferentes práticas aqui compreendidas como geradoras de

⁴⁷ Segundo Oliveira (2012, p. 55), “A primeira pesquisa que apresenta o termo *banca* na cidade de São Carlos é verificada em Martinez (2011), sendo que a autora define a *banca* como um agrupamento formado por uma complexa interação entre seus membros. [...] as *bancas*, por não serem estáticas, se reconfiguram constantemente através de entradas e saídas dos seus membros, não se caracterizando como um grupo. [...] as *bancas* encontradas em São Carlos são formadas por *trecheiros*, *pardais* e pessoas que não têm uma trajetória de rua, visto que a entrada de um membro é permitida em razão das interações ocasionais que uma *banca* oferece”. O mesmo autor, buscando ampliar a concepção em torno das *bancas*, levando em consideração a voz de quem nelas vivem, conceitua que “é com base nos critérios que definem que as consideramos como grupos de moradores de rua, e para avançar na compreensão sociológica, percebemos que a *banca* não é apenas um amontoado de pessoas que se encontram em determinado lugar da cidade para compartilharem *pinga*, comida, cigarros e drogas. Além de um resultado de interesses específicos, na *banca* se acompanha sentimentos e a necessidade de estarem juntos construindo vínculos”.

interações entre indivíduos e entre eles e os ambientes, natural, social, cultural em que vivem. Em contrapartida, a rua é compreendida como exterioridade incivilizada que representa perigo, sujeira, degradação. Quem está fora dos muros da cidade, como os bárbaros para os gregos (DUSSEL, 1995). Pessoas que não se enquadram nas normatizações da sociedade modernizada. Sendo assim, estão sem casa, sem moradia, sem teto. Estão sem emprego ou sem trabalho regular, estão fora da escola. Ainda, fogem aos padrões estéticos impostos como sendo adequados para mobilidade nos espaços urbanos, dentre outras condições de vida presentes na realidade das pessoas que vivem na rua que são representadas socialmente como pessoas estranhas, mendigos, loucos, bêbados, vagabundos, coitados, preguiçosos, quase animais (MATTOS; FERREIRA, 2004).

O desejo por compreender a rua em um movimento dialético, como cotidianidade mundana onde são desencadeados processos educativos como forma de produção, reprodução e desenvolvimento da vida, ferramentas de construção coletiva de um jeito de viver, de trabalhar, de ser e de estar, tramadas em opções e posturas presentes em todos os âmbitos de participação de um determinado grupo ou comunidade (OLIVEIRA *et al*, 2009), apoiou-se em percepções anteriores de que a vida é afirmada na rua. Entretanto, cotidianidade que co-existe com a negação da vida e com a violência horizontal que é concretizada no seio do próprio grupo. Segundo Freire (2005, p. 55), os oprimidos hospedam a “sombra” do opressor, sendo eles e ao mesmo tempo o outro - o opressor - e essa dualidade existencial os leva a assumirem atitudes fatalistas frente à situação concreta de opressão e também “a exercer um tipo de violência horizontal com que agridem os próprios companheiros”. Há também a possibilidade da autodesvalia introjetada pelos oprimidos, quando lançam o mesmo olhar do opressor sobre si e seu grupo de pertença (FREIRE, 2005).

Buscamos nessa pesquisa, superar visões reduzidas advindas de um estilo de vida que é próprio de uma lógica que impõe padrões de ser e estar no mundo para que, solidariamente, possamos desvelar possibilidades de transformação por meio da produção de conhecimentos que surjam da realidade concreta das pessoas que vivem nas ruas. Assim, o estudo assume uma postura crítica em relação aos discursos que buscam justificar, banalizar ou naturalizar o fato de existirem pessoas que experienciam suas vidas, em todas as suas complexas dimensões, sem gozar de direitos básicos, como o do abrigo e do cuidado, naturalizando a negação da vida humana por meio de um discurso reconhecido como racional.

O relato do representante do Fórum de População de Rua do município de São Paulo, feito no I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua em 2006, corrobora a opção pelo campo científico aqui delimitado. Ele expressa que

A polícia pode chegar batendo, as pessoas podem matar que não são punidas. Essas coisas precisam mudar. E é isso que a população de rua precisa. Ser tratada com seriedade, não como um problema, mas como cidadãos (BRASIL, 2006, p. 22).

Necessitam ser tratados como mulheres e homens, seres humanos, rostos que surgem e que provocam, pois não são algo, mas alguém. Ainda, devem ser tratados como comunidade viva de seres políticos, livres, autônomos que tem o direito à produção, reprodução e desenvolvimento de suas vidas, devendo ser afirmadas em sua dignidade e negados em sua negação (DUSSEL, 2007).

A compreensão dialética do ser passa pela compreensão do cotidiano como futuro, na medida em que se vai passando de um horizonte a outro e assim se vai crescendo. Conhecemos algo a partir de nosso ponto de partida, de nosso horizonte existencial que não é único, porque se funde e se encontra com outros horizontes, fazendo com que essa compreensão esteja em constante movimento (DUSSEL, 1995). “O educador problematizador re-faz, constantemente, seu ato cognoscente, na cognoscitividade dos educandos” que “em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também” (FREIRE, 2005, p. 80).

O processo de humanização se dá, justamente, com a comunhão da subjetividade na objetividade que constitui a intersubjetividade, ou seja, a comunhão do ser humano (subjetividade) com seu mundo (objetividade). Portanto, para que seja sujeito no mundo, não é suficiente que se renove primeiro para depois mudar o mundo, mas ambos os processos necessitam acontecer simultaneamente. E não basta que a cultura seja reprodução, mas processo de saber fazendo. Sendo assim, cultura é aprendizado. Cultura autêntica é aprendizado e aprendizado autêntico é conscientização (FIORI, 1986).

A partir do momento em que busco enxergar a rua como exterioridade sistêmica e cotidianidade mundana (DUSSEL, 1995) almejando uma compreensão dialética dessa realidade, simultaneamente procuro conceber a ciência não como campo funcional (DUSSEL, 2001), mas como meio para a produção de um tipo de conhecimento que não se constitui

como verdade absoluta. Todavia, que deve ser crítico, aspirando e estruturando mudanças sociais concretas que podem ser empreendidas na interação entre os sujeitos que são as vítimas aqui re-conhecidas como sujeitos éticos, como seres humanos que estão alijados das possibilidades dignas de reproduzir e desenvolver sua vida, que “foram excluídos da participação na discussão e que são afetados por alguma situação de morte (no nível que for, e há muitos e de diversa profundidade ou dramatismo)” (DUSSEL, 2007, p. 303).

2.2. Os horizontes da pesquisa exploratória em movimento

Delimitado o campo científico no qual está circunscrita a pesquisa e antes de entrarmos nos pormenores metodológicos, é importante tecer considerações sobre a característica metodológica central deste estudo. De acordo com Gil (1999) existem diversos tipos de pesquisa social e elas podem ser organizadas em agrupamentos amplos, sendo que os mais utilizados, desde a década de 1950 até hoje, são os níveis que foram propostos por Selltiz⁴⁸ *et al* (1967 *apud* GIL, 1999) que dividem as pesquisas sociais em três grupos, quais sejam: estudos exploratórios; estudos descritivos e estudos explicativos.

As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o intuito de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo acerca de determinado fato, sendo realizada, especialmente, “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1999, p. 43). Ainda, essas pesquisas “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (*Idem ibidem*, p. 43).

O estudo ou a pesquisa exploratória também é considerado uma etapa metodológica prévia que “apresenta natureza qualitativa e contextual”, na medida em que contribui na elaboração de instrumentos baseados “nas experiências reais dos sujeitos, no seu vocabulário e ambiente de vida” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 319). Para tanto, não se deve confundir pesquisa exploratória com estudo-piloto ou pesquisa-piloto, já que piloto adjetiva

⁴⁸ SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

uma “realização em dimensões reduzidas para experimentação ou melhor adaptação de certos processos tecnológicos” (*idem ibidem*, p. 319).

Estudo exploratório. Um estudo preliminar do principal objetivo que é o de familiarizar-se com um fenômeno que é o de investigar, de modo que o maior estudo a seguir pode ser projetado com maior compreensão e precisão. O estudo exploratório (que pode usar qualquer uma de uma variedade de técnicas, normalmente com uma amostra pequena) permite que o investigador defina o seu problema de pesquisa e formule a hipótese com mais precisão. Ele também lhe permite escolher as técnicas mais adequadas para a sua investigação e decidir sobre as questões que mais necessitam de atenção e investigação detalhada, e pode alertá-lo para potenciais dificuldades, sensibilidades e áreas de resistência (THEODORSON; THEODORSON⁴⁹ *apud* PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 319).

Piovesan e Temporini (1995) ressaltam que são raros os textos de metodologia científica que mencionam a pesquisa exploratória e menos frequentes são as definições sobre elas sendo utilizadas como recurso adicional da pesquisa principal. Com isso, desenvolveram interessante artigo em que descrevem a utilização da pesquisa exploratória como procedimento metodológico no estudo de fatores humanos no campo da saúde pública, onde estabeleceram importantes pressupostos.

O pesquisador ou profissional que nega, desvaloriza ou menospreza a realidade concreta das pessoas e suas experiências de vida, corre o risco eminente de coletar dados irreais, podendo gerar resultados negativos não só a sua pesquisa, mas à própria comunidade na qual atua. É por isso que supervalorizar os conhecimentos científicos sobre os populares, significa incorrer em erros graves no processo de construção da ciência social crítica e é aí que a pesquisa exploratória, como momento metodológico, insere-se. Ela se baseia nas seguintes constatações que podem ser avistadas como princípios: 1) a aprendizagem melhor se realiza quando parte do conhecido (ou parcialmente conhecido, já que não se pode conhecer tudo); 2) deve-se buscar sempre ampliar o conhecimento e 3) esperar respostas racionais pressupõe a formulação de perguntas racionais, já que o racional ou mais lógico em termos de pergunta e resposta, é aquilo que corresponde ao mundo da vida das pessoas com quem se pesquisa (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

⁴⁹ THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London, Methuen, 1970.

Paulo Freire lança questões muito parecidas com as aqui expostas, mesmo sem se direcionar a questões específicas da pesquisa exploratória, mas que podem colaborar com sua eficácia no campo da educação.

A educação autêntica [...] não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação. Um dos equívocos de uma concepção ingênua do humanismo está em que, na ânsia de corporificar um modelo ideal de “bom homem”, se esquece da situação concreta, existencial, presente, dos homens mesmos. “O humanismo consiste (diz Furter), em permitir a tomada de consciência de nossa plena humanidade, como condição e obrigação: como situação e projeto” (FREIRE, 2005, p. 97).

Para Piovesan e Temporini (1995), a pesquisa exploratória pode ser considerada um *continuum* que parte de uma situação de pouco ou nenhum conhecimento empírico em torno de uma determinada realidade social para o alcance de conhecimentos qualitativos autênticos sobre essa mesma realidade. Dessa maneira, essa modalidade de pesquisa

[...] tem por finalidade evitar que as predisposições não fundadas no repertório que se pretende conhecer influam nas percepções do pesquisador e, conseqüentemente, no instrumento de medida. Não corrigido, este tipo de tendência poderá conduzir o pesquisador a perceber a realidade segundo sua ótica pessoal, de caráter técnico-profissional (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321).

“Se a referência para o saber é o profissional, tal postura dificulta a chegada ao saber do outro” (VALLA, 1996, p. 179) e a pesquisa exploratória, permitindo maior equilíbrio em relação aos efeitos desvirtuadores da percepção do pesquisador, “permite que a realidade seja percebida tal como ela é, e não como o pesquisador pensa que seja.” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321). Uma vez que “os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir das suas vivências, que são vividas de uma forma distinta”, não existe conhecimento superior ou inferior, mas diferente (VALLA, 1996, p. 179).

Acredito que esse processo dentro do contexto da pesquisa seja demarcado por um total descentramento em que o pesquisador/a é tirado/a de seu lugar de referência que gera – no meu caso em específico – percepções e concepções de que viver na rua é pura negatividade, é quase morte e, por isso, pouca esperança há. Que as pessoas que nela vivem

estão em processo crescente de desumanização e já não possuem forças de resistência e de luta. Suas relações, tanto com a cidade, como com as outras pessoas, são degradantes porque a desconfiança está presente como consequência da violência encobridora das possibilidades de acordos, de diálogos e de convívios amistosos.

Essas concepções formuladas durante a atuação como educadora social de rua e as primeiras idas ao campo sem os escudos protetores da instituição deu-me a sensação de total vulnerabilidade e desproteção no hostil ambiente da rua. No entanto, no decorrer do tempo essas sensações foram sendo substituídas pelas experiências que vem acontecendo e me alcançando, apoderando-se de mim, tombando-me e, sem dúvida, transformando-me, ancoradas nos conhecimentos da Educação Popular que tem como pilares a dialogicidade e o convívio.

2.3. Construção do diálogo e convívio metodológico

Durante todo o processo de produção da pesquisa que envolveu estudos, trabalho de campo e a delicada elaboração do texto, um dos grandes desafios colocados foi a definição dos métodos de trabalho e seus princípios norteadores⁵⁰. Muitas questões foram suscitadas sobre quais ferramentas de coleta e análise de dados atenderiam meus anseios de pesquisadora educadora, mantendo a coerência com as escolhas teóricas e políticas já mencionadas. Para tanto, alguns questionamentos surgiram, como: Quem e quantos serão os sujeitos da pesquisa? Por meio de quais instrumentais sua realidade será estudada? Como os dados alcançados serão analisados?

Para além da imprescindível rigorosidade científica, há necessidade de que os trabalhos no campo da educação apresentem relevância científica e social e que estejam inseridos “num quadro teórico em que fiquem evidentes sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social” (ANDRÉ, 2001, p. 59). Essa demanda exige cuidados em relação à mistura de papéis, especialmente quando a atividade de pesquisa está circunscrita em um campo de disputa de forças. É necessário conciliar os papéis de ator e de pesquisador, buscando o equilíbrio entre a ação e a investigação, sem se deixar

⁵⁰ Para não dizer *norteadores*. Sobre o conceito ver Campos (1999).

levar pelo fascínio da ação que é grande, especialmente quando se pesquisa junto a uma realidade que demanda a urgência de resultados e resoluções (ANDRÉ, 2001).

O perigo do “pragmatismo imediatista” (GATTI, 2000 *apud* André, 2001) em relação à escolha dos problemas e à aplicabilidade direta dos resultados, podem limitar excessivamente a pesquisa em educação que necessita abranger, não somente uma visão técnica e administrativa, mas apresentar de forma mais ampla, problemas aparentemente sem solução prática e científica (WARDE, 1990 *apud* ANDRÉ, 2001).

A realização da pesquisa em educação comprometida com um projeto de sociedade justa e igualitária aponta para a coerência entre metodologia de trabalho e posicionamento político e utópico do pesquisador/a com os sujeitos participantes e a realidade que os circunscreve. Assim, a ação do/a pesquisador/a educador/a progressista do campo da Educação Popular deve se pautar na radical busca pela produção de conhecimentos elaborados a partir da concretude histórica dos sujeitos que são, nesse contexto, pesquisadores também. Suas percepções e elaborações sobre o mundo da vida são compartilhadas com as concepções da pessoa que media os processos da pesquisa, desvelando saberes que se voltam para a mesma realidade para transformá-la e essa práxis necessita ser permeada de confiança e esperança no futuro. Tendo em vista a complexidade intrínseca à realidade da rua, lancei mão dos dois pilares teórico metodológicos da Educação Popular, quais sejam a dialogicidade e o convívio que agem como princípios norteadores e como ferramentas metodológicas também.

O convívio é o cerne do diálogo, a chave que abre as possibilidades para sua concretização entre os sujeitos e os grupos. “Conviver é estar junto, olhar nos olhos, conversar frente a frente” (OLIVEIRA; STOTZ, 2004, p. 15). O diálogo como princípio da educação libertadora que fomenta processos de pesquisa social crítica, pressupõe que mulheres e homens mediatizados pelo mundo, interajam de forma horizontal, onde a força do argumento supera a relação pautada em lugares de poder que cada um e cada uma ocupam. Tanto o diálogo como o convívio são exigências existenciais, encontros em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado. Por isso, o diálogo não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas (FREIRE, 2005).

O diálogo se sustenta sobre três bases sólidas e referenciais a sua concretização: o amor pela humanidade, pela vida e pelo Planeta; a fé nos seres humanos e a humildade. As

três juntas, se somadas à confiança e à esperança, formam a essência da dialogicidade. O amor é o compromisso com os homens e mulheres, com sua causa e sua libertação. “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os seres humanos, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 2005, p. 92). Não se trata do amor romântico entre duas ou mais pessoas, mas do impulso que movimenta os homens e as mulheres a se solidarizarem uns com os outros, para que juntos/as lutem pela vida, pela dignidade e por direitos. A humildade é a capacidade de se colocar frente ao outro e de se ver no seu lugar. Tarefa árdua, porém necessária ao diálogo e à luta pela transformação. A capacidade de se enxergar no mesmo patamar do outro, de não se achar superior, mais sábio, mais iluminado, consolida uma postura humilde, sem a qual inviabiliza a possibilidade de uma relação dialógica.

A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. As pessoas que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão ser humano quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar. [...] Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há seres humanos que, em comunhão, buscam saber mais (FREIRE, 2005, p. 93).

O lugar de encontro não se refere somente a um espaço físico onde as pessoas travam conversas descomprometidas, mas diz respeito ao momento em que mulheres e homens estão preparados para a tarefa transformadora sobre a qual dialogam. Aprendemos a conviver e a dialogar agindo no mundo e com as pessoas, sob os prismas da simpatia, da confiança, da humildade, da sensibilidade, do respeito, da flexibilidade em relação ao tempo e da fé (OLIVEIRA; STOTZ, 2004). A fé nos seres humanos é a crença de que homens e mulheres são sujeitos capazes de transformação e não de adaptação. Não é possível haver convívio, nem diálogo “se não há uma intensa fé nos seres humanos. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito das pessoas” (FREIRE, 2005, p. 93). Assim, a necessária busca por *ser mais* que se apoia na dialogicidade e no convívio é propósito humano e não vantagem de uns em detrimento de outros, porque essa busca culmina na humanização a que todos temos o direito de alcançar.

A humanização é conceito nem sempre bem interpretado, pois, acredita-se que o ser humano nunca possa se desumanizar, deixando de ser *Homo sapiens* para se tornar outra espécie. Contudo, apoiando-me em teses ligadas às ciências ecológicas em torno dos

conceitos de humanização e desumanização, identifiquei uma explicação interessante, cujo destaque é dado à necessidade da instituição de uma sociedade mais ecológica que esteja voltada aos princípios da preservação da natureza e da própria espécie humana que é parte dela.

A nossa espécie é uma espécie dividida – dividida antagonisticamente por idade, caráter, classe, rendimento, etnia etc. – e não uma espécie unida. Falar de “humanidade” em termos zoológicos, como fazem atualmente tantos ecologistas – inclusive tratar as pessoas como espécie e não como seres sociais que vivem em complexas criações institucionais – é ingenuamente absurdo. [...] Enquanto não tivermos criado uma sociedade ecológica, a capacidade de nos matarmos uns aos outros e de devastar o planeta fará de nós – como efetivamente faz – uma espécie menos evoluída do que as outras. Não conseguir ver que atingir a humanidade plena é problema social que depende de mutações institucionais e culturais fundamentais é reduzir a ecologia radical à zoologia e tornar quimérica qualquer tentativa de realizar uma sociedade ecológica (BOOKCHIN, 2010, p. 27).

Essas reflexões articulam o dever da humanização ao âmbito social de nossa existência e não à dimensão biológica e zoológica que já está dada. Dessa forma, joga luz ao conceito freireano que argumenta que se humanizar é ontológico, vocação construída ao longo da história, não antes ou fora dela. “É historicamente que o ser humano veio virando o que vem sendo, não apenas um ser finito, inconcluso, inserido num permanente movimento de busca, mas um ser consciente de sua finitude”. O ser humano, “vacionado para *ser mais* pode, historicamente, porém, perder seu endereço e, distorcendo sua vocação, desumanizar-se. A desumanização, por isso mesmo, não é *vocação*, mas *distorção da vocação* para o *ser mais*” (FREIRE, 2007, p. 14).

A concretização de uma atitude dialógica demanda o convívio que, na pesquisa científica deve ser metodológico para que desencadeie vivências geradoras de conhecimentos. Porém, como são atos humanos poderão ultrapassar o puro ato racional científico. Por isso, essa relação é carregada de subjetividade e por mais que o pesquisador esteja cheio de intenções de manter objetividades no desenvolvimento de suas metodologias, a relação de produção de conhecimento que é travada estará repleta de subjetividades (BRANDÃO, 2007).

Quando uma pessoa fala com outra pessoa, no estabelecimento de uma relação interpessoal, laços de afetividade surgem. Há quem possa dizer que uma pesquisa científica pautada em relações interpessoais corra o risco de ser espontaneísta e de perder inteligibilidade científica (BRANDÃO, 2007). Entretanto, o pesquisador rigoroso que está

ciente de seus planejamentos que se fundam em escolhas políticas e metodológicas claras, transforma esses riscos em potencialidades.

A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar [...] em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Iniciar o trabalho de campo em local onde o pesquisador/a já convive com os sujeitos da pesquisa e com a realidade dos mesmos, passa pela definição e delimitação clara do que será observado, perguntado, analisado e “essa delimitação do que vai ser pesquisado é o que conduz o próprio olhar, o próprio ouvir, o próprio ver do pesquisador” (BRANDÃO, 2007, p. 13). Se todas as possibilidades apresentadas por uma dada realidade não forem minimamente pré-selecionadas, existirá grande chance do trabalho de campo se estender mais do que o necessário, não coletar as informações centradas no objetivo do estudo e, ainda, não produzir as reflexões necessárias que atinjam a questão de pesquisa. Por isso o convívio associado à abertura para uma relação dialógica entre pesquisador e sujeito de pesquisa pode garantir um grau elevado de confiabilidade aos dados coletados.

Conviver é mais do que visitar e não é algo que possa ser delegado, requer um envolvimento pessoal, observando, perguntando e conversando. Essa convivência pode trazer maior confiabilidade à pesquisa, pois é nela que os posicionamentos políticos se clarificarão e as pessoas poderão se colocar abertamente (OLIVEIRA; STOTZ, 2004, p. 15).

A não neutralidade não pode permitir que o pesquisador goze do direito deliberado de emitir juízos de valor sobre jeitos de estar sendo dos sujeitos de pesquisa. Ao contrário, deve-se colocar no convívio dialógico junto às mulheres e homens que estão sendo privados de participar dos processos dignos de reprodução e desenvolvimento da vida para, em comunhão, fundarem agendas de atuação política que emerjam de sua cotidianidade mundana e voltem para ela, constituindo assim práxis transformadora.

A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. [...] não sendo neutra, a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém. E é exatamente este imperativo que exige a eticidade do educador e sua necessária militância democrática a lhe exigir a vigilância permanente no

sentido da coerência entre o discurso e a prática. Não vale um discurso bem articulado, em que se defende o direito de ser diferente e uma prática negadora desse direito (FREIRE, 2007, p. 40-41).

Apresentadas as breves considerações em torno do campo científico em que a presente pesquisa se circunscreve bem como sua configuração como estudo exploratório, cuja base teórica metodológica é a Educação Popular que se funda nos pilares da dialogicidade e do convívio, passamos à apresentação das etapas metodológicas que foram desenvolvidas neste estudo, a fim de realizar mergulho na realidade da rua em São Carlos, a partir do olhar e das percepções dos sujeitos que nela vivem. A figura 4 ilustra o universo da pesquisa sob uma perspectiva científica ampla que se movimenta a especificidades metodológicas.

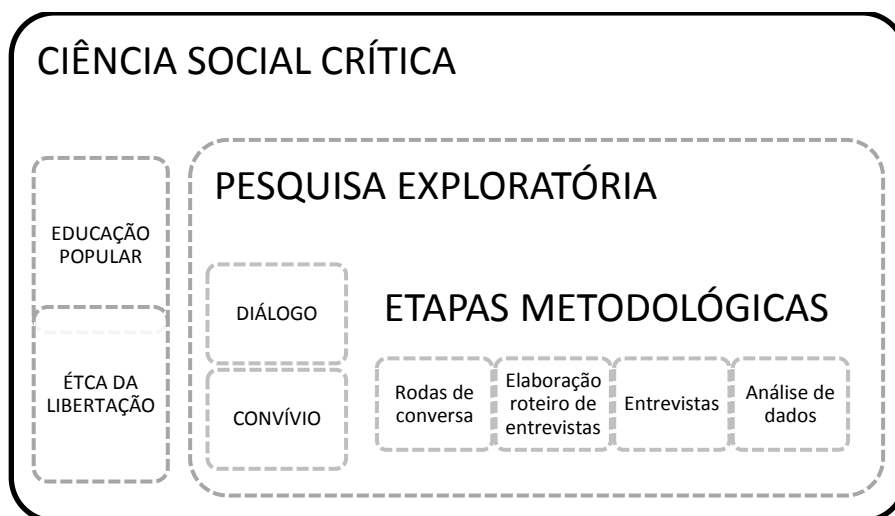


Figura 4. Esquema que ilustra a capilaridade entre os campos em que a pesquisa se situa.

2.3.1. Andarilhagem na praça: aproximação e delimitação do campo de pesquisa

Aproximar de um novo campo de pesquisa e (re) aproximar-me das pessoas com quem trabalhei no Centro POP, e que ainda vivem na rua em São Carlos, configurou-se como uma situação de descentramento e de grande experiência para mim. Experiência que não passou, mas perpassou e me transformou.

Durante a disciplina “Práticas Sociais e Processos Educativos I” oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCar, houve ocasião em que cada estudante precisou escolher um “local”⁵¹ para realizar um processo de inserção onde desenvolveria uma breve pesquisa em torno de uma prática social. A prática social, enquanto categoria teórica e analítica é para o Grupo de Pesquisa⁵², fruto de interações entre pessoas mediatizadas pelo ambiente e outros seres com quem vivem e convivem o cotidiano de suas existências. Tais práticas se desenrolam e se estendem num espaço/tempo de socializações familiares, comunitárias ou institucionais em que as pessoas que dela participam, espontaneamente ou compulsoriamente, desenvolvem culturas, utopias e ideologias.

No bojo dessas práticas, aprendem e ensinam a produzir, reproduzir e desenvolver suas vidas e de sua comunidade interativa, pautando-se em pressupostos éticos, morais, políticos e sociais circunscritos em complexas visões de mundo que, por vezes, podem gerar processos de marginalização ou criar condições de libertação das normatizações impostas pela sociedade mais ampla. Assim, criam e expressam movimentos de resistência e superação da ordem vigente ou reproduzem desigualdades e injustiças que vivenciam no contexto sócio histórico no qual estão inseridas.

No momento da escolha “do meu local” havia acabado de pedir demissão do cargo que ocupava na prefeitura como educadora social de rua⁵³, mas, mesmo assim, encontrava-me

⁵¹ Uso a palavra entre aspas porque não se restringe a um local físico apenas, mas a um espaço/tempo circunscrito por relações sociais, políticas, econômicas e educativas que podem ocorrer num espaço físico único ou em vários, dependendo dos sujeitos que as constituem. Ao longo do texto a conceituação de prática social ganhará contorno mais claro.

⁵² Cujo nome é o mesmo da disciplina mencionada “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

⁵³ A decisão pela demissão foi motivada por diversas questões, mas a principal foi a necessidade de me afastar da experiência, para buscar compreensão mais crítica em torno dela.

diante de opções diversas de campos de inserção, tais como: a assembleia geral do Centro POP⁵⁴; uma oficina educativa em que observaria as interações dos participantes entre si e com a educadora ou, ainda, a atividade filantrópica de um grupo espírita voltada aos moradores de rua numa praça central da cidade. Após debate com os colegas da disciplina e tendo em vista que conhecia a atividade dos espíritas apenas por meio de relatos dos seus frequentadores, optei por realizar a inserção na Praça Paulino Botelho, melhor conhecida como Praça da Catedral, onde acontece o “Posto de Rua “Eurípides Barsanulfo”⁵⁵.

Todo domingo no período da manhã (das 9 às 12 horas), uma das principais praças da cidade fica repleta de pessoas que vivem na rua, fato que em qualquer outro dia da semana, sem a coordenação de um grupo religioso respeitado na cidade, deixaria o Poder Público e a sociedade civil perplexa, gerando a repressão policial que dispersa *bancas* presentes em locais públicos ou privados visíveis.

A formação de *bancas* implica uma demarcação simbólica e espacial do território, chamado também de trecho pelos pardais que circunscrevem seus deslocamentos no limite de uma cidade. Para a demarcação do espaço, as bancas deixam algumas peças de roupas ou utensílios em bancos da praça, ou mesmo, pendurados em galhos de árvore para que outras bancas não tomem o lugar. A demarcação territorial dos trechos limita os locais de convivência dos sujeitos, delimitam os pontos de manguieiro e permite selecionar os integrantes da banca. As bancas são formadas tanto por sujeitos com trajetórias de rua mais longas quanto por aqueles com trajetórias mais recentes. (MARTINEZ, 2011, p. 51-52, grifo meu).

A experiência com a população de rua mostrou-me que as práticas religiosas e de outros grupos voluntários que se voltam ao atendimento de necessidades básicas de moradores de rua são legitimadas pela nossa sociedade, uma vez que ajudam a sanar as

⁵⁴ Não poderia deixar de mencionar como eram as assembleias no Centro Pop e que foi sucintamente descrita por Martinez (2011, p. 27) como momentos de discussão e deliberação “concebidas pela equipe profissional como um espaço reservado somente aos profissionais e usuários do CREAS”. As assembleias objetivavam duas frentes principais: 1) informar os frequentadores do Centro Pop sobre questões de uso e ocupação da unidade, no que tangia às regras e sanções que seriam aplicadas caso fossem descumpridas; 2) promover a participação ativa e democrática dos mesmos frequentadores no que dizia respeito a escolha de temas de oficinas, escolha de oficinas que gostariam de participar, sendo que a participação em pelo menos 2 era obrigatório e 3) promover espaços de reclamação e sugestão em relação ao serviço.

⁵⁵ Essa é uma iniciativa de Casas Espíritas, da doutrina kardecista. O grupo de voluntários teve o início de suas atividades no ano de 2002. As instalações do Posto de rua acontecem todos os domingos na praça central de São Carlos. No local são apresentadas palestras com temas que se relacionam com a situação de rua, tais como álcool, drogas, trabalho, família, saúde. Na instalação, acontece o “posto higiene” com corte de cabelo, barba e unhas; curativos e doações de kit higiene (sabonete, creme dental, escova de dente, papel higiênico, entre outros). (MARTINEZ, 2011, p. 17). Sobre o posto de rua também ver Granado (2010).

deficiências do Estado em lidar com essa questão social complexa. Durante o inverno, mais grupos e atividades surgem no cenário urbano como a campanha do agasalho, por exemplo, adensando a rede de assistência social na cidade. O debate específico dessa questão nos levaria a dissertar longamente sobre o tema nesse estudo, o que não é o propósito nesse momento. Contudo, gostaria de deixar destacados tais aspectos que se entrecruzam ao desenvolvimento da vida na rua, evidenciando o projeto vigente de sociedade normatizadora.

De acordo com Oliveira (2012, p. 14),

[...] o Estado produz suas margens como mecanismo necessário e fundamental ao seu funcionamento. É preciso construir e justificar diariamente, desde a perspectiva estatal, a vida na rua como o lugar exclusivo do abandono e do sofrimento, para que assim se elaborem práticas e aparelhos que têm em seus objetivos oficiais a “salvação” dessas vidas e sua “inclusão social”, de um lado, e de outro, também sua dimensão extraoficial: o interdito, o controle, a contenção, a violência física, e no limite, a eliminação.

No dia 6 de maio de 2012 fui à praça da Catedral e aquele momento foi a minha primeira exposição à experiência de entrar em contato, observar e estabelecer diálogo com os sujeitos que realizam e com aqueles que participam da atividade dos espíritas, a qual, nos tempos em que atuava como educadora social de rua no Centro POP, censurava ingênua e duramente.

Somos pessoas extremamente informadas e transbordantes de opiniões e estímulos e porque sempre estamos querendo algo, porque estamos sempre em atividade, sempre mobilizados, não paramos. “E, por não podermos parar, nada nos acontece” (LARROSA-BONDÍA, 2002, p. 24). Nas andarilhagens na praça, aproximando-me dos espíritas e me (re)aproximando dos moradores de rua, muitos dos quais eu já conhecia e tantos outros novos para mim, fizeram-me perceber que eu estava fechada à experiência que possibilita que algo realmente nos aconteça, nos toque e que requer atitudes de interrupção. Gestos quase impossíveis nos tempos que correm rapidamente e que não nos permite facilmente parar para pensar, para olhar, para ouvir. Pensar mais devagar e demorar-se nos detalhes, suspender a opinião e os preconceitos, os juízos, suspender o mecanicismo das ações e cultivar a delicadeza da atenção nos momentos que perpassam e que dão mais vida as nossas vidas (LARROSA-BONDÍA, 2002). Abrir os olhos e ouvidos e todos os demais sentidos para

conviver com as pessoas e com o mundo ao redor e se reencontrar nesse exercício de paciência e esperança.

Levei à comunidade de pesquisa do qual faço parte, as primeiras impressões carregadas de abstrações duras sobre a atividade na praça como espaço unicamente de disputas de poder e manutenção do *status quo* e a tempo pude ser “salva” da minha insensibilidade e arrogância. Meus colegas e professores ajudaram a compreender que as pessoas não vivem a mesma experiência da mesma maneira. Seus conhecimentos são igualmente importantes, porém, são essencialmente diferentes. Por isso, é imprescindível, primeiramente, ouvir o outro com amor, fé e humildade, deixando a experiência perpassar, para que se possa entender as falas e as alternativas de condução da vida no mundo em que estamos sendo (VALLA, 1996).

As instituições religiosas nas grandes e médias cidades brasileiras possuem importância crucial na andarilhagem das pessoas que vivem na rua pelos espaços urbanos em busca de sua sobrevivência material e simbólica (ESCOREL, 2006). Além de oferecerem alimentação, vestuário, além de outros elementos básicos à sobrevivência, as instituições religiosas desempenham papéis de cunho simbólico e intersubjetivo, na medida em que oferecem aconselhamentos, palavras confortadoras e a escuta atenta sobre os sofrimentos, as dificuldades - passadas e presentes -, e os motivos que levaram o sujeito a “cair na rua”. Da mesma forma que oferecem esses elementos tão relevantes à produção da vida de quem está na rua, também negociam contrapartidas, como o cumprimento de regras de conduta a partir de comportamentos normatizados para que as atividades possam ser mantidas e consolidadas no tecido urbano.

No caso específico da atividade aqui analisada, antes de iniciar as doações e o oferecimento das palavras e da escuta, o grupo espírita anuncia as “mensagens do coração” quando ditam as regras de *não brigar, não fumar, não beber e não usar drogas* no perímetro em que se desenrola a atividade. Como nunca cheguei a presenciar situações em que essas regras foram quebradas, as pessoas da rua com quem conversei relataram que quando acontece, são aplicadas sanções tais como: a interrupção da atividade do dia, a imediata retirada do grupo espírita do espaço e a consequente dispersão dos moradores de rua na malha urbana.

Como o respeito faz parte do rol de *orientações*⁵⁶ da vida na rua, raramente ocorrem conflitos que geram pelepas físicas ou outros tipos de comportamentos que são mal vistos pelos olhos de quem não vive na rua. Pelo contrário, decorridos mais de 10 anos de atividade do “Posto de Rua Eurípedes Barsanulfo”, concretizou-se aos domingos na Praça da Catedral, uma comunidade de convivas em que cada sujeito participante, com suas experiências e projetos de vida singulares, compartilha a vontade e a necessidade de criar sobrevida simbólica e histórica naquela prática religiosa.

No decorrer de minhas idas, conversas e observações com diversas pessoas que vivificam o tempo/espço da praça, venho-me entregando àquela comunidade, porém, não sem enfrentar os percalços que são próprios de quem andarilha pelo mundo da vida. Gradativamente fui me libertando das amarras oferecidas pelo Centro POP durante os 2 anos em que atuei como educadora social de rua, num exercício árduo de desinstitucionalização do meu olhar e das impressões que carregava sobre a vida na rua.

Nos primeiros dias de convívio, as pessoas que vivem na rua me buscavam para conversar sobre a resolução de problemas como emitir encaminhamentos para resgate de documentos civis ou para consultas médicas na rede pública. Nesses momentos eu me sentia segura como se o crachá da prefeitura ainda estivesse pendurado em meu pescoço ou como se o motorista da “perua do CREAS”⁵⁷ estivesse em algum canto da praça observando minha abordagem, “protegendo-me” do perigo iminente da rua. Um dia acordei no domingo de manhã e pensei que não queria ir à praça, sentia-me acovardada diante do fato de ainda querer andar à sombra da instituição, fosse ela a prefeitura ou a doutrina espírita⁵⁸. Porém, o *dever de me deslocar*, moveu-me, e ao chegar na praça sem procurar ou mesmo imaginar, uma jovem que vive na rua, ao me ver, correu na minha direção e estendeu a mão dizendo: “Vem querida que eu te levo”. Naquele momento percebi-me mais próxima daquele espço/tempo e entendi

⁵⁶ Falarei sobre as orientações que incluem o respeito como um dos princípios éticos para se viver na rua no capítulo 3. Sobre esse tema ver também Martinez (2011) e Oliveira (2012).

⁵⁷ Como as pessoas que vivem na rua chamam o veículo do Centro Pop que sai para a abordagem de rua e outras atividades da unidade.

⁵⁸ Nos primeiros dias de inserção alguns membros do grupo espírita convidaram-me para o trabalho da praça como voluntária. Eu cheguei a pensar na possibilidade, porém, após refletir um pouco sobre o real desejo de representar eu mesma na praça, frente à população de rua, bem como sobre o custoso processo de desinstitucionalização que estava enfrentando naquele momento, recusei o convite consolidando a figura da pesquisadora-educadora ao invés da Sara educadora do CREAS ou da Sara do grupo espírita.

que não era o crachá que ficava pendurado em meu pescoço, era eu que me pendurava no crachá.

Delimitado o campo de desenvolvimento da pesquisa, narro reflexão feita por um morador de rua no Rio de Janeiro que ao participar de uma atividade de distribuição de doações como as aqui realizadas pelo “Posto de Rua”, relatou à pesquisadora que ali desenvolvia seu trabalho de campo, que sempre era pronunciado na oração que precede as atividades, um agradecimento a Deus pela presença das mesmas pessoas no local. Ele questionou se não deveria ser o contrário, se a pessoa que faz a oração deveria agradecer por não ver as mesmas pessoas no local, expressando a crença do grupo religioso de que elas poderiam ter conseguido sair da rua. Alcançadas tais reflexões, passei a estar com o corpo e a alma junto daquele grupo de uma forma mais aberta e humilde, mas não menos crítica. Porém, críticas que vêm sendo formuladas após minuciosa observação, rigoroso convívio e muita, mas muita conversa, especialmente com o povo que vive na rua e que frequenta a praça da Catedral aos domingos.

2.3.2. Levantamento de temas geradores: processo de anunciar dimensões do mundo da rua

O diálogo, de acordo com Freire (2005), é exigência existencial em que se solidarizam o refletir e o agir entre os sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado. É ato que não se reduz em depósitos de ideias de um sujeito no outro, nem se torna simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes, sendo possibilitado pelo amor, pela fé, pela sensibilidade e pela humildade. Diálogo que “não é discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua” (FREIRE, 2005, p. 91). Diálogo que se movimenta com o convívio possibilitando encontro de alteridades, em que olhar no olho, ouvir e ser ouvido, respeitar e ser respeitado, é proporcionado pelo reconhecimento de que “eu sou porque nós somos”.

Dialogar ao conviver e conviver para dialogar, tendo em vista a plenitude destes conceitos que se fazem processo de ação reflexão, não é possível entre pessoas que não compartilham utopias. A perspectiva utópica de Paulo Freire diz respeito à utopia concreta.

Para ele o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, mas a dialetização dos atos de denunciar e anunciar. Ato de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante (FREITAS, 2010).

A utopia freireana está relacionada à concretização dos sonhos possíveis e decorre de sua compreensão da história como possibilidade, ou seja, a compreensão acerca de que a realidade não 'é', mas 'está sendo' e que, portanto, pode vir a ser transformada (FREITAS, 2010, p. 413).

O trabalho de campo foi feito em três momentos distintos, sendo que no primeiro realizei dois movimentos: 1a) aproximação e inserção em um novo campo de pesquisa e 1b) (re)aproximação da população de rua agora como pesquisadora-educadora e não mais educadora social de rua. O segundo momento do campo foi de cunho exploratório e culminou no levantamento de temas geradores e o terceiro se constituiu em um mergulho mais profundo na realidade da rua, a partir do aprofundamento dos temas geradores com os sujeitos de pesquisa (ver figura 5).

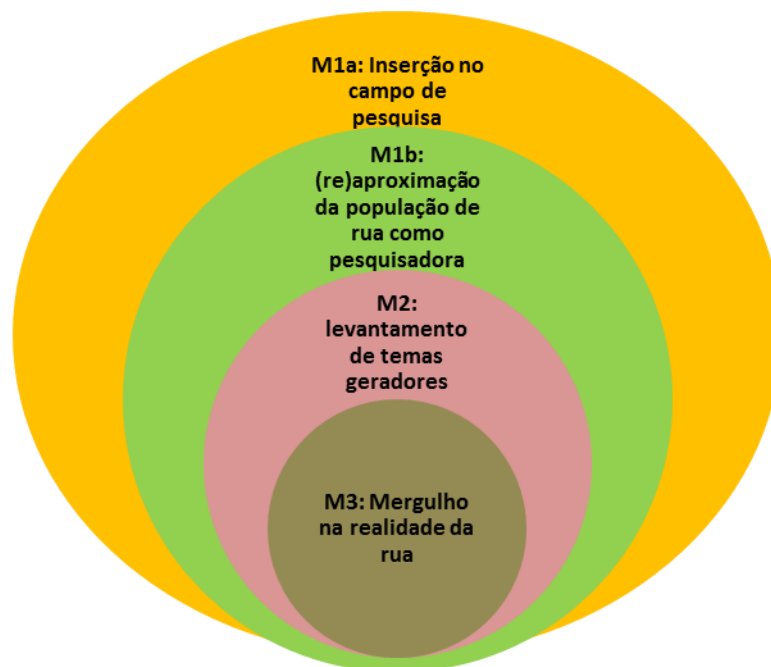


Figura 5. Diagrama ilustrativo dos momentos do trabalho de campo realizado na pesquisa, sendo que M1, M2 e M3 dizem respeito a "momento 1, 2 e 3".

Nesta pesquisa, em que vislumbramos obter compreensões mais profundas em torno das interpretações e sentidos atribuídos ao viver na rua, por meio do olhar de quem constitui essa cotidianidade mundana, os sujeitos de pesquisa não foram buscados unilateralmente. No decorrer do desenvolvimento do estudo, especialmente nos distintos momentos do trabalho de campo, em que o convívio e o diálogo foram se expandindo e se consolidando nas relações interpessoais pesquisadora-educadora / participantes, os sujeitos também buscaram participar ativamente da investigação. Nesse sentido, o trabalho de campo decorreu entre os dias 6 de maio de 2012 e 14 de julho de 2013, sendo que seus momentos (ver figura 5), foram distribuídos em ordem cronológica de acontecimentos, como mostra o quadro 1.

Quadro 1. Distribuição cronológica dos momentos do trabalho de campo, sendo que dos dias 30/06/13 ao dia 14/07/13 continuei indo na praça e fazendo registros no caderno de campo. A partir do dia 14/07 até hoje continuo frequentando a praça, mantendo os diálogos e convívio com os frequentadores da atividade espírita.

PERÍODO	MOMENTO DO TRABALHO DE CAMPO
06/05/12 a 03/06/12	M1a: Inserção no campo de pesquisa M1b: (Re)aproximação da população de rua como pesquisadora-educadora
21/10/12 a 10/03/13	M2: Levantamento de temas geradores e elaboração do roteiro de entrevista
17/03/13 a 07/04/13	M3: Mergulho na realidade da rua (realização das entrevistas)

Para Freire (2005) dizer a palavra é pronunciar o mundo e o ser humano se faz e se refaz não no silêncio, mas na palavra que transforma o mundo. “Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2005, p. 90). O levantamento de temas geradores circunscrito no campo da ciência social crítica que teve como aporte metodológico a Educação Popular, correspondeu aos meus anseios políticos e aos desígnios dos sujeitos de pesquisa que participaram ativamente da pesquisa.

Nos momentos 1 e 2 do trabalho de campo os sujeitos participaram livremente da investigação, sem ter havido uma pré-seleção dos mesmos. Na chegada de cada pessoa nova, eu me apresentava, falava sobre a pesquisa, seus objetivos e as rodas de conversa como meio para que desenvolvêssemos o processo investigativo. Nesse sentido, os sujeitos participantes foram divididos em três grupos de acordo com os diferentes momentos do trabalho de campo, como mostra o quadro 2.

Quadro 2. Distribuição dos sujeitos de pesquisa nos momentos de trabalho de campo.

MOMENTO DO TRABALHO DE CAMPO	SUJEITOS DE PESQUISA ⁵⁹
M1a e M1b	Renatinho (Zé); Nelson (Tabajara); Adolfo (Índio); Carlos; Renatinha; Samara; Wellington; José (Cabelo); Pirulito; Ribamar (Baianinho).
M2	Ribamar, Henrique, Bola, Murilo (Magrão da Maloca), Índio, Renatinho (Zé), Katiuscia, Robertão, Marquinho, Rabelo, Marcos Silva, Marco Alexandre, Cris, Ilzo, Angelina, Claudécir, Tiago, Paulinho, Ronaldo, Carlos, Éder, Samara, Paulo, Diego, Rafaela, Ângela, Paulo, Simone, Adriano (poeta), Marquinho Ferreira.
M3	Marcos Silva, Renatinho, Rafaela, Samara, Adriano.

As 6 rodas de conversa realizadas ocorrerem no espaço aberto da praça da Catedral, possibilitando a aproximação e participação livre das pessoas, na medida de suas disponibilidades, curiosidades e interesses pelo tema debatido.

De acordo com Freire (2005, p. 101),

É na realidade mediatizada, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de *universo temático* do povo ou conjunto de seus *temas geradores*.

⁵⁹ No M2, estão os nomes que os sujeitos utilizaram nos momentos que participaram da investigação, portanto, não sei quais são verdadeiros nem quais são pseudônimos. No M3 os nomes utilizados foram os verdadeiros, exceto a Rafaela que optou por esse pseudônimo.

Buscando seguir tais pressupostos que embasam as ações do educador popular, o levantamento dos temas geradores foi feito durante os processos de constituição do momento 2 do trabalho de campo em que busquei registrar em meus diários, todas as conversas que estabeleci com os sujeitos listados no quadro 2⁶⁰. As conversas foram realizadas em rodas de conversa, seguindo a sugestão de um dos participantes que disse que a pesquisa de campo poderia ser realizada em grupo e não individualmente, pois que cada pessoa pensa de uma forma, fruto de suas experiências que, mesmo sendo vivenciadas coletivamente, são apreendidas por cada sujeito, particularmente. Assim, a sugestão foi acatada, acreditando-se que na singularidade das experiências é possível mostrar a quem quer ver, o mundo.

Durante as rodas de conversa evitei ao máximo fazer anotações no caderno de campo, acreditando que essa era uma atitude respeitosa em relação às pessoas que comigo dialogavam. Quando tive receio de perder alguma ideia que julgava central ao alcance dos objetivos da pesquisa, pedi licença ao locutor/a para anotar palavras chave no caderno. Imediatamente após finalizar os diálogos, retornava para casa e fazia as anotações sobre o dia na praça com o maior nível de detalhamento que era possível, dada a minha memória que nem sempre corresponde ao meu desejo de lembrar.

Antes de cada dia na praça, realizava leitura e destaque de palavras chave no diário do campo anterior e essa prática possibilitou que eu esboçasse planejamentos para a atividade de campo subsequente. Primei por esboçar porque a ideia foi manter a flexibilidade dos planejamentos, ao passo que cada dia no campo havia pessoas diferentes, ânimos diferentes e, conseqüentemente, assuntos que variavam. Com isso, busquei respeitar o tempo dos sujeitos, bem como seus sentimentos e disponibilidade física e mental para comigo dialogar sobre suas vivências que, às vezes, só de lembrar gerava angústia e sofrimento. Ao chegar em casa e iniciar a escrita do diário de campo, muitas vezes, brotaram-me lágrimas pelo sofrimento dos meus interlocutores, ora por terem sentido frio ou fome, solidão ou tristeza pela morte de algum companheiro de rua.

Ao final do segundo momento do trabalho de campo, realizei leitura corrida de todo o diário, o que possibilitou o destaque de palavras e/ou frases que compõem o universo existencial dos sujeitos participantes. Esse procedimento corresponde ao que Freire (2005, p.

⁶⁰Além das pessoas listadas no momento 2 do trabalho de campo, outras que não consegui registrar os nomes também participaram dos diálogos. Isso se deveu ao fato das rodas de conversa terem sido realizadas abertamente, onde as pessoas iam se aproximando na medida de sua curiosidade, disponibilidade e interesse na conversa.

101) postula como princípio fundante do processo investigativo em que, o que se pretende “investigar, realmente, não são os seres humanos, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos seus ‘temas geradores’”. Dessa maneira, as palavras que chamo aqui de elementos temáticos que emergiram dos diálogos com os sujeitos a partir do momento 2 da pesquisa foram as seguintes (ver quadro 3).

Quadro 3. Distribuição cronológica dos elementos temáticos gerais captados nas rodas de conversa e sistematizados no diário de campo.

DATA DA RODA DE CONVERSA	ELEMENTOS TEMÁTICOS GERAIS
21/10/12	Caminhada de rua; Corre; Banca; O respeito é de lei; Manguear; Vivendo e aprendendo; A vida na rua é muito difícil.
04/11/12	Chacina; Moradores de rua; Diferença entre morador de rua e dependente químico; Igualdade; Solidariedade; Humildade; Cultura da rua; Tem que aprender a viver na rua; Adicção; Recaídas; Bebida; Cigarro; Drogas; Compartilhar.
20/01/13	A rua é um misto de tristezas e alegrias; Na rua tenho o que não tinha em casa (atenção, carinho, cuidado, amor); Muitas vezes quem está na rua busca culpar todo mundo e não reconhece os erros que cometeu; A rua é o último estágio daquele que não se encaixa na sociedade, na família, daquele que não quer ou não consegue ter ou assumir os compromissos que são colocados. É fuga; Quem não respeita não sobrevive; Amizade; Violência; Família; Liberdade é relativa; Ninguém quer ou gosta realmente de viver na rua;

	<p>Bancas se formam porque quem está na rua tem uma grande necessidade de compartilhar histórias de vida, memórias e sofrimentos;</p> <p>É raro ver pessoas solitárias;</p> <p>Há um rede de comunicação e solidariedade;</p> <p>Às vezes aprende pela violência, infelizmente;</p> <p>Morte;</p> <p>Praça é pública, não podem ser expulsos;</p> <p>São retirados das praças com frequência;</p> <p>Nas bancas tem mais que pinga e droga, têm palavras, sentimentos, memórias, trocas, alegrias, tristezas;</p> <p>Não se define uma banca pelos objetos, mas pelas pessoas e seus comportamentos.</p>
17/02/13	<p>É preciso ter jogo de cintura para conseguir sobreviver nessa situação e se jogar;</p> <p>Centro POP e albergue não deixa todos que vivem na rua entrar;</p> <p>Manguear;</p> <p>Fumar;</p> <p>Beber;</p> <p>Enfrentar o preconceito;</p> <p>Fumar pedra;</p> <p>Arremessar bituca;</p> <p>Corpo a corpo para conseguir coisas;</p> <p>Alimentação;</p> <p>Na rua passa fome quem quer.</p>
03/03/13	<p>Na rua cada um tem uma visão e experiência diferente;</p> <p>Não é fácil ser mulher e estar em situação de rua;</p> <p>Gostar de drogas e liberdade;</p> <p>“Rueiro”, não morador de rua;</p> <p>Aumento das pessoas vivendo na rua;</p> <p>São Carlos é cidade boa, tem muita assistência;</p> <p>Doação de comida (sopa);</p> <p>Doação de roupas;</p> <p>Atual prefeito (Paulo Altomani) não gosta de morador de rua;</p> <p>Evangélicos não são bons com moradores de rua.</p>

DATA DA RODA DE CONVERSA	ELEMENTOS TEMÁTICOS GERAIS
10/03/13	<p>Para conhecer a vida na rua não é preciso viver nela, mas é preciso se aproximar do ser humano;</p> <p>Quem vive na rua são pessoas, seres humanos que têm histórias, trajetórias;</p> <p>Ser humano se afastou do ser humano;</p> <p>Pessoas cuidam mais de cachorros que de seres humanos;</p> <p>Não se trata de conhecer o morador de rua, o andarilho, o mendigo, mas a pessoa, o ser humano que é;</p> <p>É possível conhecer e entender a vida na rua por meio das histórias;</p> <p>Morar ou viver na rua?;</p> <p>Motivos que levam pra rua (dependência química; rompimento com a família; desemprego);</p> <p>Poder público e instituições que trabalham com quem vive na rua faz tudo errado;</p> <p>Não existe interesse real em acabar com o problema na raiz;</p> <p>A história de cada um é muito rica;</p> <p>Necessidade de observar as pessoas, olhar nos olhos;</p> <p>Necessidade de buscar sentir o que as pessoas sentem na rua;</p> <p>Na rua se aprende que há pessoas boas e pessoas más;</p> <p>Maldade é o que mais se encontra na rua;</p> <p>Frequenta espaço como da praça para aprender;</p> <p>Não se pode esquecer as raízes na rua;</p> <p>Ninguém que está em situação de rua nasceu na rua;</p> <p>As vivências anteriores à rua, determinam a vida na rua;</p> <p>Na rua se aprende muitas coisas, mas educação vem de casa;</p> <p>Primeiras referências definem a pessoa;</p> <p>Tem que saber abordar o morador de rua, não adianta querer ser igual, tem que ser natural;</p> <p>Mulheres conseguem as coisas na rua mais facilmente (fazer programa, manguear);</p> <p>Na rua aprende-se a sofrer;</p> <p>Na rua aprende-se a controlar o sofrimento;</p> <p>Maiores aprendizados (sofrer, se relacionar e conviver);</p> <p>Aprendizado na rua é permanente;</p> <p>Pessoas têm maldades;</p> <p>É preciso se virar;</p> <p>Aprender a se alimentar por meio da observação e da conversa;</p> <p>Aprende-se com os mais velhos de rua.</p>

Os primeiros elementos temáticos gerais (quadro 3) que compõem o universo existencial mais amplo das pessoas que vivem na rua, apreendido pela pesquisa por meio das rodas de conversa, foram agrupados em elementos temáticos que, por sua vez, possibilitaram a emergência de temas geradores, como mostra esquematicamente o quadro 4.

Quadro 4. Esquema de movimentação que parte dos elementos temáticos aos temas geradores.

ELEMENTOS TEMÁTICOS AGRUPADOS	TEMAS GERADORES
Experiência vivida; Álcool e droga; Olhar da sociedade; Permanente / Passageira Valores da vida na rua (boa/ruim, fácil/difícil) Relações interpessoais Respeito, solidariedade, ajuda Regras, orientações, condutas, Motivações para sair Motivos que levam à rua Condições atuais na rua	<ol style="list-style-type: none"> 1) Histórias de vida na casa e na rua; 2) Morar / viver na rua: diferenças e particularidades; 3) Uma escola chamada rua; 4) A constância e a fugacidade da vida na rua; 5) O olhar de quem não vive na rua sobre a vida na rua; 6) Viver na rua.

O tema gerador *Histórias de vida na casa e na rua* emergiu das diferentes trajetórias de vida dos sujeitos que, em diálogo comigo sobre questões que perpassam a vida na rua, acabaram trazendo fragmentos de suas histórias de vida, antes, durante e depois de “cair no mundão” (Rafaela). Mesmo a captação de histórias de vida não tendo se configurado como procedimento central desta investigação, elas surgiram intensamente nas pronúncias dos meus interlocutores, uma vez que o acúmulo de experiências ao longo da vida também funciona como fator que condiciona seus modos de estar sendo no mundo da rua, e, os sentidos que vão sendo dados ao viver na rua guardam relação com os já desenvolvidos sobre o viver na casa.

O tema *Morar / viver na rua: diferenças e particularidades* surgiu de narrativas em que, ora reconhecem que vivem na rua, ora que moram na rua, mas foi especialmente no momento descrito no tópico “Andarilhagem na praça: aproximação e delimitação do campo de pesquisa” que ela emergiu e se colocou sob nosso foco de atenção. A categoria *Uma escola chamada rua* diz respeito diretamente ao objetivo da pesquisa que busca desvelar processos educativos desencadeados nas experiências de pessoas que vivem na rua e também apareceram em diversas falas dos sujeitos.

A constância e a fugacidade da vida na rua é tema que surgiu nas falas sobre se a vida na rua é passageira ou permanente e que expressam, em suas entrelinhas, a dialética esperança / desesperança de sair da rua que está diretamente condicionada ao tema gerador *O olhar de*

quem não vive na rua sobre a vida na rua, uma vez que o mundo da rua não está isolado, pelo contrário, situa-se dentro de uma totalidade que a cria e fortalece ao mesmo tempo em que a nega e busca ocultá-la. Por fim, o tema referente ao *Viver na rua* foi constantemente demandado pelos sujeitos de pesquisa em todas as rodas de conversa, quando foi evidenciada a demanda pela busca de ferramentas que potencializem mudanças sobre o olhar que é direcionado à realidade da rua.

A partir dos temas geradores foi elaborado o roteiro de entrevista semiestruturado (ver apêndice C) que permitiu o desdobramento dos temas por meio das 5 entrevistas individuais realizadas. Esse procedimento da pesquisa configurou-se como etapa de codificação e descodificação que, de acordo com Freire (2005) possibilita a exteriorização de visões de mundo, formas de pensá-lo, percepções fatalistas das situações limites, percepções estáticas ou dinâmicas da realidade. “Os temas, em verdade, existem nos seres humanos, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos. [...] Há, pois, uma relação entre o fato objetivo, a percepção que dele tenham os homens e mulheres e os temas geradores” (FREIRE, 2005, p. 115).

Válido destacar que antes de iniciadas as entrevistas individuais, foram novamente explicitadas as linhas gerais da pesquisa e lido em voz alta o termo de consentimento livre e esclarecido⁶¹ (ver apêndice D) que foi assinado pelos sujeitos, após sua concordância em responder as perguntas. As entrevistas foram gravadas para que não fosse perdido nenhum detalhe das reflexões travadas.

2.3.3. A busca pelos sujeitos que buscam...

Para apresentar os sujeitos da pesquisa que foram entrevistados individualmente entre os meses de março e abril do presente ano, parto da concepção freireana de sujeito social que, diferentemente dos animais que são seres fechados em si, são seres humanos transformadores e criadores “que em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também instituições sociais, suas ideias, suas concepções” (FREIRE, 2005, p. 106). É dessa maneira que, estando *no* e *com* o mundo,

⁶¹ Exigência do Comitê de Ética da UFSCar que autorizou a realização do trabalho de campo (ver anexo I).

tendo consciência de si e do mundo, enfrentando sua realidade, em que, historicamente, se dão as situações limites, buscam a superação dos obstáculos que só pode ser feita também historicamente (FREIRE, 2005).

Porque, ao contrário do animal, os seres humanos podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devenir (FREIRE, 2005, p. 107).

Marcos Silva⁶² foi o primeiro sujeito a ser entrevistado. Ele é um homem negro com 41 anos (à época da entrevista) e vive na rua há “uns 10 anos já, hein!” (Marcos). Conheço Marcos desde os tempos em que atuava como educadora social de rua no Centro POP e naquelas ocasiões conversávamos intensamente sobre questões mais diretamente ligadas aos motivos que o levaram a cair na rua, quando soube que foram desencadeados por desavenças familiares, em função de dependência química. Também falávamos sobre os processos de saída da rua que eram almejados *para* o Marcos. Retomar os contatos com ele na praça da Catedral foi processo rápido, já que nossa proximidade havia sido consolidada muito antes do início da investigação. Por meio de nosso convívio, conscientizei-me de que na busca pelos sujeitos de pesquisa, foram os sujeitos que me buscaram para comigo pesquisar. Vale mencionar que considerei a entrevista com Marcos uma entrevista piloto, na medida em que a partir dela foi possível verificar questões que necessitavam melhor elaboração e outras que precisaram ser incluídas na busca por respostas à questão de pesquisa.

Renatinho⁶³ é um jovem ativo e falante. Tem por volta de seus 30 anos e vive na rua desde os 12 anos de idade, em decorrência das intensas brigas familiares que o levaram a cair na rua. Com Renatinho o contato na praça da Catedral foi imediato porque, assim como com Marcos, mantive intenso convívio e diálogos nos meus tempos de Centro POP. A diferença entre os contatos estabelecidos no âmbito da atuação no Centro POP e durante a pesquisa na praça da Catedral foram as expectativas entre os convivas. No Centro POP, sempre que conversávamos, era para falar sobre questões ligadas ao atendimento técnico na unidade, o que quase sempre culminava no tema “necessidade de sair da rua”. Com isso, hoje percebo o quanto o convívio e os diálogos no Centro POP geravam expectativas, muitas vezes,

⁶² Ver apêndice E que contém transcrição da entrevista com Marcos.

⁶³ Ver apêndice F que contém transcrição da entrevista com Renatinho.

frustrantes, tanto nos técnicos como na população de rua atendida. Convivendo e dialogando com Renatinho sobre a pesquisa, sobre a vida ou sobre qualquer outro assunto corriqueiro, conscientizei-me de que a responsabilidade e compromisso com o outro prescinde de perspectivas falsas de transformação de realidades de sofrimento e opressão.

Conheci **Rafaela**⁶⁴ num momento de intensas intervenções do Centro POP, quando a Prefeitura determinou à equipe técnica a tarefa urgente de retirar pessoas que estavam morando em um barracão abandonado na Avenida Getúlio Vargas. A primeira ida ao barracão causou-me um estranhamento parecido ao suscitado quando vi a condição de vida da mulher do viaduto⁶⁵. Entretanto, no barracão viviam muitas pessoas e algumas famílias. Como o local estava em vias de ser demolido, nossa tarefa era cadastrar todos os seus moradores, a fim de encaminhá-las às unidades de atendimento específicas, a depender de suas necessidades e demandas individuais. Quem fosse “morador de rua” iria para o Centro POP; os dependentes químicos para o Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD); quem possuísse deficiência mental iria para o CAPS-Saúde Mental, enfim, o lema era “cada coisa em seu lugar”. A triagem foi feita e as pessoas dispersadas, porém, uma mulher e uma travesti permaneceram, dada a localização do barracão ser exatamente na avenida onde elas ofereciam serviços sexuais. No dia da demolição, o Centro POP foi acionado e o motorista e eu fomos retirá-las em meio aos escombros que começavam a se aglomerar por cima de seus corpos que ainda dormiam naquele horário da manhã. O barulho das máquinas era tão intenso que tivemos que acordá-las aos berros, puxando-as pelo braço para que não fossem atingidas fatalmente pelos blocos de concreto e barras de ferro que caíam da estrutura velha do prédio. Assim, a sobressaltos, elas despertaram, pegaram seus pertences que ainda não haviam sido soterrados e correram com a gente para o transporte do Centro POP. Assim, no caminho até a unidade conheci Rafaela que ficou alguns dias no atendimento no ano de 2010 e desapareceu da unidade dias depois. No dia 3 de março de 2013 nos reencontramos na praça da Catedral e quando Rafaela me avistou, gritou meu nome e veio correndo me abraçar. Fiquei surpresa por ela ainda se lembrar de mim, mas eu também me lembrei perfeitamente dela: mulher parda, alta e esguia, muito sorridente e disponível para conversar. Somente no dia da entrevista soube que ela tem 28 anos e que está na rua desde os 15 anos de idade, quando sua mãe a

⁶⁴ Ver apêndice G que contém transcrição da entrevista com Rafaela.

⁶⁵ Essa passagem está descrita na Introdução item “Síntese de uma experiência transformadora”.

colocou para fora de casa. Rafaela relatou alguns fatos de sua vida antes de “cair na rua” e sua narrativa me fez compreender que viver na rua pode se apresentar como alternativa à superação de condições objetivas e existenciais profundamente precárias e sofríveis.

Samara⁶⁶ é a mais jovem dentre os sujeitos entrevistados. Tem 25 anos, é mulher branca e, assumidamente, lésbica. Minha intenção em pontuar sua orientação sexual deu-se, não por querer impor rótulos às pessoas em decorrência de suas sexualidades, mas porque saber que Samara é homossexual ajudou-me a compreender suas andanças pelo mundo da vida. Conheci Samara na mesma época em que tive os primeiros contatos com a Rafaela. Ambas chegaram ao Centro POP por meio de encaminhamentos feitos sob os mandos da secretária de cidadania e assistência social mandatária no período de 2010 a 2012 e sua chegada foi conturbada, dado que, ao passar pelo atendimento técnico, foi atribuído a Samara o perfil⁶⁷ que não correspondia à política de atendimento do Centro POP. Não sendo natural de São Carlos e não possuindo vínculos familiares e/ou comunitários duradouros no município, a única alternativa para Samara era viajar. Assim, foi feito encaminhamento de passagem para sua cidade natal (Piracicaba) e no momento em que soube que retornaria, Samara entrou em evidente desespero, saindo da unidade e lá não voltando mais, pelo menos até o dia em que lá trabalhei. Vim reencontrar Samara pelo menos 2 anos depois dos acontecimentos descritos, momentos em que ela narrou fragmentos de sua história de vida marcada pelo preconceito e rejeição da família em decorrência do fato de ser lésbica, de sua coragem e desejo de se afirmar como tal desde a infância e das movimentações promovidas em sua vida pela dependência química, especialmente pelo uso de crack. Foi no encontro com Samara que senti a concretude do que Dussel fala a respeito da movimentação de horizontes que se dá quando há reconhecimento mútuo de alteridades. Foi ela que mediou meu acolhimento na Praça da Catedral quando disse, estendendo-me a mão: “Vem querida, que eu te levo”.

Entre 2010 e 2012 avistei **Adriano**⁶⁸ quando realizava abordagens de rua, mas nunca estabelecemos contatos verbais. Durante minha atuação no Centro POP ele não frequentou a unidade nenhuma vez. No dia 10 de março de 2013 foi a primeira vez que conversamos e

⁶⁶ Ver apêndice H que contém transcrição da entrevista com Samara.

⁶⁷ Sobre perfil de atendimento no Centro POP em São Carlos ver a dissertação de mestrado de Oliveira (2012).

⁶⁸ Ver apêndice I que contém transcrição da entrevista com Adriano.

provocamos o encontro de nossas alteridades. Adriano é homem negro, poeta. Sua trajetória de vida antes de cair na rua foi marcada pela militância no movimento negro da cidade. Porém, a dependência do álcool o levou a ter conflitos com a família que culminou na ida para a rua. Nesse primeiro dia de conversa, Adriano relatou que escreveu um livro “Vaga mundo” e que não guardou um exemplar para si. Contou que a cópia da Biblioteca Municipal foi retirada e não devolvida e que, portanto, seu livro estaria vagando perdido pelo mundo. Anotei o título e quando cheguei em casa busquei por ele no website da Biblioteca Comunitária da UFSCar⁶⁹. Para minha surpresa havia um exemplar que no dia seguinte fui retirar. Seu livro é composto por mais de 60 poesias, algumas autobiográficas e outras engajadas à luta das pessoas negras no país. No dia 17 de março retornei à praça da Catedral e mostrei o exemplar do livro para Adriano que ficou emocionado ao ver e tocar sua obra. Naquele momento, senti como se nosso vínculo de amizade e confiança houvesse se formado e passamos a dialogar mais assiduamente sobre o viver na rua. A partir desse acontecimento, Adriano se disponibilizou a me conceder entrevista gravada, o que havia negado na semana anterior e, ainda, compôs um poema em meu nome (Anexo II) que quis ler em voz alta, entonando na declamação a mesma emoção que relatou ter sentido ao retomar a escrita de suas poesias, desejo despertado a partir do reencontro com seu “Vaga mundo”. Fiz cópia do livro e lhe dei uma caneta para que voltasse a escrever poesias. Atualmente, soube que Adriano está “internado” voluntariamente em uma comunidade terapêutica, na busca por superar a dependência química do álcool.

⁶⁹ ELIAS, Adriano. **Vaga mundo**. São Carlos: s.n., s.d.. 79 p. O livro está disponível na biblioteca comunitária da UFSCar e pode ser encontrado da seguinte forma: <http://200.9.84.221/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>.

2.3.4. Análise e organização dos dados

As 6 rodas de conversa possibilitaram o levantamento dos primeiros elementos temáticos (quadro 3) que reagrupadas evidenciaram os 6 temas geradores utilizados para a elaboração do roteiro de entrevista semiestruturado (figura 6).

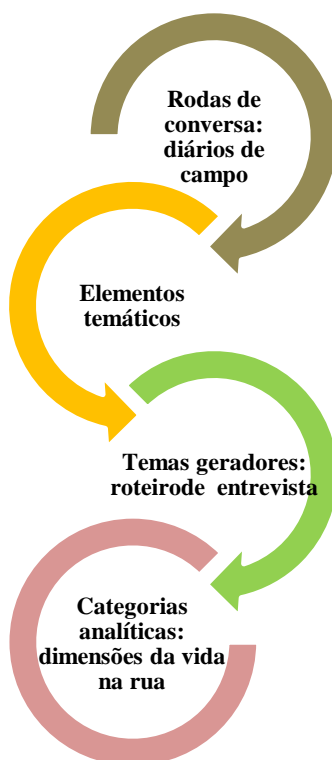


Figura 6. Processo desencadeado pelo desenvolvimento dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

A realização das entrevistas individuais possibilitaram etapas de codificação e descodificação de situações existenciais dos sujeitos que vivem na rua, sendo que a codificação é a representação dessas situações e a descodificação configura-se como uma etapa de análise crítica da situação codificada (FREIRE, 2005).

Sendo as mulheres e homens, seres em ‘situação’, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria *situacionalidade*, na

medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, algo mais que estar em situacionalidade, que é a posição fundamental. Os seres humanos são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão (FREIRE, 2005, p. 118).

Nesse sentido, feita a entrevista piloto com Marcos Silva, realizei a transcrição e pré-organização dos dados (ver quadro 5), o que possibilitou a melhoria do roteiro de entrevistas que utilizei com os demais sujeitos⁷⁰. Finalizadas as entrevistas, realizei transcrição e, ao lê-las diversas vezes, fiz destaques de palavras e/ou frases que foram organizadas dentro de 3 grandes temas (*A rua / Viver na rua* e *Processos educativos na rua*), cujas palavras evidenciaram as primeiras categorias analíticas (ver quadros 6, 7, 8 e 9).

⁷⁰ Adriano, Samara, Renatinho e Rafaela.

Quadro 5. Organização dos dados obtidos na entrevista piloto com Marcos Silva.

ENTREVISTADO	CATEGORIA	ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A CATEGORIA	
		Desenraizadores	Enraizadores
Marcos Silva	A RUA	Tristeza Dureza Abandono Solidão Desposuimento Dificuldades Insegurança Fuga	Alegria Companheirismo União Solidariedade Amigos/as Diversos contatos com diferentes pessoas A rua é um mundo que ensina
	OS PROCESSOS EDUCATIVOS (extrapolam as questões de sobrevivência biológica, instintivas)	Aprende na marra (se não aprende, apanha)	Conviver com a diversidade Respeitar as igualdades de diferenças Conversar Aprende a viver Superar o medo Conhecer onde está pisando Necessidade de saber se comunicar sem enganar ou iludir seu interlocutor Manter a higiene pessoal Que a vida na rua pode ser passageira e também permanente
			COMO SUPERÁ-LAS
	AS DIFICULDADES	A solidão A percepção da situação concreta de rua Acessar locais para conseguir coisas Tristeza pelo desprezo e humilhação que sofrem por parte de pessoas que não compreendem a vida na rua	Interação com as pessoas Manter uma postura decente Insuperável
	AS FACILIDADES	Alimentação Água potável	
	O QUE É BOM	Ser bem quisto pelas pessoas Ter harmonia onde quer que esteja Trazer alegria Ter pessoas que sabe entender quem vive na rua	
	O QUE É RUIM	O olhar de indiferença da sociedade, das pessoas A humilhação Não ser natural frente à pessoa que vive na rua	Não olhar com indiferença Buscar compreender que a pessoa na rua está precisando de ajuda Ser natural
	ASSUNTO PROPOSTO PARA QUE EU POSSA FALAR SOBRE A VIDA NA RUA	Você não olhar com indiferença. Entender que aquela pessoa que está ali está precisando de ajuda, que está em situação pior que você. Se for cabível de você ajudar, por que não? Você fazer alguma coisa pra ajudar o próximo, acho que é isso. Não agir com indiferença, seja natural.	

Quadro 6. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Renatinho.

TEMA	CATEGORIA	FALA
<p>A RUA / VIVER NA RUA</p>	<p>Tem lei Pessoas te desprezam Onde se passa muito perrengue Há preocupação com alimentação e outras coisas Tem gente ruim que não dá nada Tem amizade Respeito Facilidade de ter pinga e droga Dificuldade é procurar algo e não achar</p>	
	<p>Encharcar e não conseguir nada Necessário ajudar uns aos outros Há preocupações diferentes das que se tem em casa Não são regras, são coisas boas para todos (são orientações para se viver na rua) Pessoas têm que se orientar É boa e é ruim É passageira, mas tem gente que não quer sair Não pode ficar sem camisa na banca (orientação) Não pode dizer palavras feias quando tem mulher na banca (orientação) Se descumprir orientações é cobrado/a O desrespeito será cobrado Tem que saber por que tá apanhando Orientação faz o povo andar contente e de boa</p>	
<p>OS PROCESSOS EDUCATIVOS</p>	<p>Renatinho menciona que na rua aprendeu: Conversar Ter respeito Pedir Fazer os “corres” (trabalhar em prol do grupo) Ouvir os outros Ser menos malandro Se vestir decentemente Ter persistência</p>	<p>“Algumas pessoas não gostam de rima, essas coisas, então, vamos conversando normal. Igual minha mãe. Minha mãe fala hoje pra mim que eu mudei pra caramba! Minha mãe não me dava telefone, não me dava celular pra eu conversar com os outros, porque era “mano e daí” e hoje ela fala: ‘Você tá sossegadinho, você fala baixo, você não tá mais com negócio de mano’. É, você vai aprendendo que esse negócio de malandragem quem gosta de malandragem é polícia”.</p>

Quadro 7. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Rafaela

TEMA	CATEGORIA	FALA
<p>A RUA / VIVER NA RUA</p>	<p>A rua é um mundo Amizade Fica na rua em uma casa abandonada Não tem nada, não tem água, não tem luz A primeira experiência foi estranha, você não conhece ninguém, não sabe nada É um pouco céu aberto É ir sobrevivendo Droga e álcool não é tudo Falta de moralização Falta de estrutura familiar Manter / cuidar da saúde na rua é difícil É passageira É permanente Experiência sem fim Sociedade vê as pessoas que vivem na rua com malícia A existência de pessoas que vivem na rua não vai acabar A vida na rua é uma grande experiência</p>	<p>“Vida na rua é assim, é onde que você apanha, chora e ninguém vê. Por que? Você sofre. Pode estar frio, estar calor, você pode dormir com fome e não é sempre que você tem uma comida pra você comer. E é uma vida assim, difícil. Mas se você souber controlar, fica fácil”.</p> <p>“A droga e o álcool não é tudo, principalmente na vida de rua”</p> <p>“[...] a falta de moralização, falta de estrutura na família também, leva a pessoa pra rua e é aonde que a pessoa chega na rua e conhece a droga e o álcool que é os principais efeitos”.</p> <p>“Então, é aonde, na rua principalmente, mulher que mora na rua e faz programa, não tem esse negócio. Se sai por 20,00, não é porque o cara tem 100,00 que vai roubar os 100,00, porque amanhã o cara pode te ajudar por mais 10,00. Entendeu? Então eu acho que a vida na rua é assim mesmo”.</p> <p>“[...] tem gente que vive na rua que tem convulsão, tem ataque epilético, passa mal aqui, aqui mesmo melhora, entendeu? Por quê? Porque não é sempre que tem uma pessoa pra ajudar. Então é aonde você tem que se ajudar, você tem que se ajudar”.</p> <p>“Eu penso em ter uma vida melhor para mim, pro Renato. Quem sabe amanhã ou depois a gente vai ter uma casa pra gente, ter nossa família, viver nossa vida, melhor da que nós estamos vivendo [...] Pretendo sim sair desse mundão de rua, morar em uma casa com ele, viver uma vida diferente”.</p> <p>“[...] é uma experiência que nunca tem fim. É uma coisa que você aprende, aprende e vai levando”.</p> <p>“A pessoa que vê a gente na rua pensa que é só beber, usar droga, roubar. E não é!”</p> <p>“Difícilmente isso vai ser mudado, porque é uma vida que não tem saída. Que sai um hoje, amanhã entra dois, três, quatro”.</p>
<p>OS PROCESSOS EDUCATIVOS</p>	<p>Rafaela menciona que na rua aprendeu: A viver Fazer amizades Com quem deve conversar e com quem não conversar Para sobreviver</p>	<p>Colocar os eixos nos lugares é: “[...] saber viver uma vida digna, entendeu? Uma coisa que eu nunca aprendi a fazer na rua: foi roubar. Se prostituir sim, mas roubar não. Então é aonde você vai aprendendo as coisas”.</p> <p>“Você tem que aprender muito. É como diz o ditado, né, amar a Deus sobre todas as coisas, então começa por aí. Aí é saber levar essa vida. Eu aprendi a gostar mais de mim, aprendi a me</p>

	<p>Trabalhar (reciclagem, olhar carros, bordar um chinelo) Se controlar (evitar álcool, drogas, companhias inadequadas) Colocar os eixos nos lugares para gostar da vida na rua Dar valor em pequenas coisas Levar essa vida Gostar mais de si própria Se valorizar mais Se alimentar Preservar / cuidar da saúde Ajudar a si próprio e aos outros</p> <p>Ela fala que ensina: O que é bom e o que é ruim A evitar altos e baixos Pedir A não usar determinados tipos de drogas Dar valor à vida</p>	<p>dar mais valor, evitar as drogas e o álcool. Eu consegui bastante evitar isso aí”.</p> <p>“[...] No dia a dia você vai aprendendo, cada dia que passa você vai aprendendo, o que é uma alimentação, o que é uma vida, o que é uma saúde, aí você vai aprendendo”.</p> <p>“Que eu ensinei? Foi viver na unidade. É você, mais uns moradores de rua conviver com outros moradores de rua aonde junta tudo para ir comer, para beber, para dormir, para dividir uma coberta, entendeu? Então é aonde que você ensina bastante”.</p> <p>“[...] evitar, né, altos e baixos, porque na rua é o que mais tem, altos e baixos. Então, você tá numa casa com a pessoa que você gosta, então, vamos viver em luz e não na escuridão”.</p> <p>“Você sabendo pedir você sempre tem”.</p> <p>Rafaela aprendeu a pedir “vendo os outros na rua pedindo”.</p> <p>“Não vou ensinar você a injetar”.</p>
<p>PROPOSTAS</p>	<p>Enxergar e reconhecer o outro como outro e não como objeto.</p>	<p>“A pessoa tinha que enxergar melhor. [...] Que aquelas pessoas que estão na rua, não são os lixos que elas jogam fora”.</p> <p>“Quem tá dentro da casa pensa que na rua tá tudo dos avessos, mas não é. Vai ver, a pessoa tá naquela dificuldade. [...] as pessoas tem que enxergar as pessoas como elas são, não como elas querem que seja. É a única coisa”.</p>

Quadro 8. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Samara.

TEMA	CATEGORIA	FALA
<p style="text-align: center;">A RUA / VIVER NA RUA</p>	<p>Brincadeira que cansa A rua não é fácil Essa vida não é para ninguém Esperança de sair da rua Foi para rua devido ao preconceito da família e rejeição da mãe Pedra, pinga, dinheiro Sofrimento Consumo de álcool para aliviar a angústia, a mágoa Lembranças da família Muita briga Morte Medo de morrer em decorrência do enfraquecimento da saúde Friagem Pessoas que não doam nada nas casas Pessoas que dão tem dó Dormir no chão, no relento Possibilidade de ficar só, com os pensamentos, refletir mais sobre a vida Mulher na rua sofre mais que homem, sofre violência sexual Já gostou de ficar mais na rua que em casa É passageira Tem pardal e tem o viajante (trecheiro) Tomar banho é a maior dificuldade É difícil conseguir cigarro na rua Brigas por coisas banais (ex: cigarro, pouco dinheiro) A sociedade não sabe o que sofrem na rua Ficar na rua é doideira Preconceito Necessário ter paciência Na rua se vive para respeitar os outros O que não aprende em casa, aprende na rua</p>	<p>“A vida pra mim é tem um lugar pra ficar, um serviço, um lugar pra, sei lá, descansar, ir trabalhar, voltar. Aí é vida pra mim, mas essa vida aqui não é não. Porque essa vida não é pra ninguém. Experimenta ficar dois dias na rua pra você ver. Não é vida não!”</p> <p>“[...] vai melhorar, eu tenho fé em Deus que eu vou conseguir o que eu quero. Sair dessa vida, mas sozinha, mas não com a ajuda da minha família não. Pra ficar jogando na cara, porque minha mãe é gananciosa, minha mãe joga as coisas na cara dos outros, por isso que eu não fico em casa”.</p> <p>“As coisas boas da rua sou eu mesmo. Eu gosto de ficar na minha, eu ficar sozinha, eu não gosto de ficar em banca de ninguém não. Entendeu? Eu não sou de beber pinga, sabe? Pinga eu bebo de angústia mesmo, de mágoa no coração porque dói, mano. Dói ainda mais o sofrimento que a gente vive na rua não é fácil”.</p> <p>“Eu fui estuprada uma vez, só. Depois nunca mais porque eu durmo com uma faca desse tamanho do meu lado (mostra com gesto o tamanho da faca). Mas eu não tenho medo de dormir na rua não”.</p> <p>“Porque na rua não é fácil pra mulher, mas pro homem é fácil. Porque mulher já tem mais coisa de higiene pra fazer né? Homem não tem vergonha na cara não”.</p> <p>“Não aprende em casa, aprende na rua. Minha mãe não me ensinou nada, eu aprendi tudo na rua”.</p>
<p style="text-align: center;">OS PROCESSOS EDUCATIVOS</p>	<p>Samara menciona que na rua aprendeu: Viver mais Mais que na escola</p>	<p>“Nessa vida que eu to levando, se Deus quiser não vou mais, porque eu tenho muita fé em Deus que eu vou arrumar um serviço, você aprende mais em vários sentidos. Você aprende o que? Observar mais. Você vê as pessoas que tão conversando com você assim, de outro lugar, a pessoa vem,</p>

	<p>Muitas coisas Observar mais Fazer artesanato Ler mais e mais rápido Racionar o que está lendo Fazer pintura com o dedo Encharcar (pedir, manguear) Para não sofrer mais tarde Que é preciso ter vergonha na cara A respeitar Ela fala que também ensina: Os 12 passos, porque gosta de ajudar as pessoas</p>	<p>conversa, explica pra você assim: isso, e isso é desse jeito. Tem um cara lá em Jundiá. Ele me ensinou a fazer, trançar árvore de coco, trançar coqueiro? Eu sei fazer artesanato, eu aprendi. Você aprende mais do que na escola, assim, você aprende a ler mais, porque se acha, toda vez que, tipo essa que tá tendo aí, você acha que não vem um, te dá um papel pra ler, você não tem que raciocinar o que você está lendo? Tô mentindo?”</p>
--	---	---

Quadro 9. Distribuição dos dados obtidos na entrevista com Adriano.

TEMA	CATEGORIA	FALA
<p style="text-align: center;">A RUA / VIVER NA RUA</p>	<p>Uma grande experiência A bebida e a droga levam à rua Para alguns é passageira para outros é permanente Sociedade enxerga com nojo quem vive na rua Situação que gera grandes aprendizados Amizades boas e amizades ruins A força interior se mantém, mas o enfraquecimento da força física atrapalha os processos de saída da rua Processo de reflexão sobre onde se errou Não é fácil sair dessa vida Forte presença do medo O frio é a pior coisa da rua A melhor coisa da rua é não estar nela</p>	<p>“Muito tempo depois, eu passei por essa mesma praça, já morando na rua, e olhei para pessoas que também estavam lá e eu lembrei que alguns anos atrás eu havia passado e ignorado eles e aí eu peguei e falei assim comigo mesmo: Que eu havia me tornado um deles, sabe? Aí eu ganhei uma baita de uma experiência Sara. Porque na rua você andando na rua e vendo um morador de rua, na maioria são coitados, né? Mas aí se você pega e começa a conversar com cada um deles e cada um deles tem a sua história, tem a sua verdade”.</p> <p>“Alguns não querem sair dessa vida, mas tantos outros querem, tantos outros querem. E é aquilo que eu falei para você outro dia: não foi um morar na rua que levou as pessoas a usar droga, foi usando droga que acabaram morando na rua, perdeu-se a família, perderam tudo”.</p> <p>“[...] perdi a família, perdi depois emprego, amigos, e fui perdendo. Mas tem uma coisa que eu nunca admiti, eu não sou e nunca fui um morador de rua. Eu estive e às vezes estou em situação de rua, porque eu não posso pegar isso para mim e dizer “eu sou”. Eu conheço pessoas que falam que é morador de rua com orgulho, sabe? Como se morar na rua fosse a melhor coisa que existia. E não é”.</p> <p>“Às vezes as pessoas veem a gente na rua. Olham você de baixo para cima com nojo, sabe? O ser humano com nojo do ser humano. Aí às vezes eu vejo pessoas com cachorro, sabe? Cachorro no seu carro e cuidando melhor de um cachorro do que de um ser humano. Não que eu não goste dos animais, eu gosto, mas eu sempre pergunto assim para as pessoas quando eu vejo essa atração por animais: “Jesus morreu por quem? Morreu por um cachorro ou por você que é ser humano?” Morreu por mim que sou ser humano. Porque as pessoas acabam tratando melhor um cachorro, um animal do que o ser humano. Ela olha para o outro, Sara, com nojo, sabe? Com nojo e essas coisas doem”.</p> <p>“As pessoas, a sociedade em si. Elas veem você um lixo, um trapo, uma coisa qualquer. E de repente, que nem esse cara aí que era engenheiro, tinha a família dele, perdeu tudo. O que adiantou o diploma dele? O que adiantou o conhecimento dele, se a sociedade já havia assassinado ele, já havia matado ele em vida? Essa e tantas outras, Sara, tantas outras histórias que são verdades, sabe? Verdades eternas. O que leva uma pessoa a ficar na rua? Aí eu pergunto: “O que me levou a ficar na rua?” Eu tinha uma família, uma casa, um lar, tinha uma esposa. Em qual ponto foi que eu errei? Sabe? Em qual ponto foi que eu errei que me desencaminhou e me levou para um outro caminho? Eu não sei”.</p>

		<p>“[...] fica embriagado com a bebida com a droga e fisicamente você não tem força. Aí falta, embora tenha uma força interior, falta força física, por quê? Porque aí você bebendo, quem usa droga acabou usando droga e aí fisicamente não consegue. Mas existe, existe uma força”.</p> <p>“A pior? A pior? O frio. A melhor? Você perguntou a pior e a melhor? A melhor é não estar na rua. Essa é a melhor coisa, não estar na rua. Sabe?”</p>
OS PROCESSOS EDUCATIVOS	<p>Adriano fala que na rua aprendeu: Conhecer melhor o ser humano Perceber que nem todo mundo é bom e nem todo mundo é ruim Que tem dor, sofrimento, lágrimas e também tem malandragem Que tem muita maldade na rua A não se envolver como se envolvia, a ficar mais retraído, olhar de longe Por necessidade Habilidades para estar na rua Com as pessoas no dia a dia A superar o medo com amigos da rua Que não deve desistir do ser humano A reconhecer a humanidade dos outros que estão na mesma situação</p>	<p>“[...] na situação de rua eu aprendi muito. Experiências que eu jamais vou esquecer. Aprendi a conhecer um pouco melhor o ser humano. Aprendi a perceber que nem todo mundo é bom e ao mesmo tempo que nem todo mundo é ruim, [...] Eu aprendi também que tem dor, tem sofrimento, tem lágrima, mas também tem malandragem, sabe? Tem um monte de malandragem. Tem pessoas que está o outro dormindo assim, na mesma situação dele e às vezes até pior e ele tem coragem de roubar o outro que está dormindo. O outro não tem nada [...] aprendi isso, eu aprendo que tem muita maldade na rua [...]”.</p> <p>“Eu aprendi assim Sara que eu não devo desistir do ser humano. A rua me mostrou isso, apesar do que eu falei para você das pessoas ruins e tudo, mas todas elas, todas as formas delas me deu um aparato de aprender a gostar do ser humano, sabe? De você enxergar por detrás daquela pessoa um ser humano. E aí até me ajudou porque fez com que eu nunca me distanciasse, Sara dessa questão da rua. Porque apesar de tudo, tem pessoas boas. E por detrás de cada ser humano existe uma história, né? Uma história que às vezes Sara, ela é atropelada, ela é amordaçada, ela não se é falada, mas a rua eu conheci professor, advogado, tinha um, ele é engenheiro, ele já se foi, estava aí, oh! Perdido na rua, bebendo, tinha perdido a família dele, já conheci gente que foi gente”.</p> <p>“O ser humano ele tem uma capacidade muito grande de se adaptar. E foi por si mesmo. É lógico que eu acabei conhecendo outras pessoas e aí eu já não dormi mais sozinho, tinha mais um ou dois, mas eu nunca gostei de andar junto com, sabe? Em grupo. Sempre andei sozinho. Mas as pessoas que eu conheci nessa época, de alguma maneira me ajudou sim. Mas algumas já não existem mais. Tinha o Marcos, chamado marquinho preto, a turma chamava ele. Eu acho que você deve ter conhecido ele Sara. Tinha sempre um cachorrinho que andava com ele. Atrás dele. Cachorrinho chamava Sadan. Uma pessoa muito boa”.</p> <p>“Eu só estou aprendendo ainda. Não sou capaz de ensinar ninguém não. Não sou capaz”.</p>
PROPOSTAS	Olhar caderno de campo, ele disse sobre isso em outro dia	

A partir das primeiras categorias mostradas nos quadros 1,2,3 e 4, foi realizada nova análise que evidenciou as 5 categorias analíticas, quais sejam:

- 1) “As pessoas que estão na rua, não são os lixos que a sociedade joga fora” que traz a dimensão dos sujeitos sociais que vivificam a rua;
- 2) “Viver é saber viver. Morar é lavar, passar, cozinhar” é categoria que trata as particularidades acerca do viver e morar na rua, enquanto possibilidades constituídas por sujeitos;
- 3) “Viver na rua é muito difícil, mas é alegre também, sabia?” demonstra evidências de que a vida que desenrola na rua é dialética e não determinação;
- 4) “A rua é um mundo” traz reflexões sobre o horizonte existencial e a totalidade de sentidos constituídos na rua;
- 5) “Na rua eu aprendi muito, experiências que eu jamais vou esquecer” é categoria que desdobra processos educativos que se desenrolam quando os sujeitos vivem na rua.

Expostos os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer do trabalho de campo, passo ao capítulo 3 em que analiso categorias supracitadas. Nesta etapa busquei colocar em evidência os sentidos do viver na rua, pronunciados pelos sujeitos participantes da pesquisa que foram ganhando aprofundamento na medida em que a pesquisadora/educadora propôs mergulho na realidade estudada.

Tanto quanto a educação, a investigação que a ela serve tem que ser uma operação simpática, no sentido etimológico da expressão. Isto é, tem de constituir-se na comunicação, no sentir comum uma realidade que não pode ser vista mecanicistamente compartimentada, simplistamente bem-“comportada”, mas, na complexidade de seu permanente vir a ser (FREIRE, 2005, p. 117).

Para Freire (2005), a não ser ingenuamente, educadores/as populares progressistas não podem esperar resultados positivos de um programa, seja educativo ou político, se, desrespeitam a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo. Acreditamos que a identificação e a melhor compreensão dos saberes de rua, invisíveis a outros membros da sociedade em decorrência do preconceito existente, possa contribuir com a busca pela humanização e do ser mais dessa população, além de evidenciar aspectos que possam favorecer que educadores populares e outros profissionais conheçam tal realidade, a fim de subsidiar estratégias de acesso e garantia de direitos.

Capítulo III

Viver na rua em São Carlos

3.1. “As pessoas que estão na rua, não são os lixos que a sociedade joga fora”⁷¹: reflexões sobre o sujeito social que vive na rua

“A pessoa que vê a gente na rua pensa que é só beber, usar droga, roubar. E não é!” (Rafaela). A presente categoria emergiu dos diálogos com os participantes da pesquisa por meio das entrevistas individuais, quando as interpelei a respeito do que as pessoas que não vivem na rua pensam sobre viver na rua. No momento em que proferi a pergunta, percebi através dos olhos dos meus interlocutores, o profundo sentimento de indignação que antecipou suas respostas. Comecei a compreender que sentir na pele – cotidianamente – o preconceito, a negação de alteridades e a exclusão no seio da sociedade pode levá-los/as à percepção de que, além de não serem percebidos como partes integrantes da totalidade vigente, ainda são os culpados pela sua desgraça.

As pessoas, a sociedade em si, elas veem você um lixo, um trapo, uma coisa qualquer. De repente, que nem esse cara aí que era engenheiro, tinha a família dele e perdeu tudo, o que adiantou o diploma dele? O que adiantou o conhecimento dele se a sociedade já havia assassinado ele, já havia matado ele em vida? Essa e tantas outras, Sara, tantas outras histórias que são verdades, sabe? Verdades eternas. O que leva uma pessoa a ficar na rua? Aí eu pergunto: “O que me levou a ficar na rua?” Eu tinha uma família, uma casa, um lar, tinha uma esposa. Em qual ponto foi que eu errei? Em qual ponto foi que eu errei que me desencaminhou e me levou para um outro caminho? Eu não sei... (Adriano).

Na tentativa por abstrair-se da dura realidade da rua, alguns de meus interlocutores alegam fazer uso excessivo de álcool, drogas ilícitas e até mesmo de medicamentos psicoativos, geralmente receitados por psiquiatras e distribuídos entre os viventes de rua, na tentativa de fugir e/ou esquecer aspectos das trajetórias de suas vidas⁷².

Adriano explica que a vida na rua debilita o corpo e sua força física que, potencializada com o uso constante e excessivo de drogas lícitas e ilícitas, faz com que o

⁷¹ Frase dita por Rafaela em entrevista à autora no dia 24 de março de 2013 na Praça da Catedral.

⁷² “As más lembranças remetem à trajetória dos sujeitos antes de “cair na rua”, são lembranças sobre família, brigas, frustrações, perdas. A pinga age como um vetor de saúde quando tais lembranças não devem ser revividas e podem ser controladas ou manipuladas pela alteração da consciência” (MARTINEZ, 2011, p.104-105).

sujeito embriagado com a bebida e com a droga e fisicamente fraco, perca a potência de sua força interior.

Porque aí você bebendo, quem usa droga acabou usando droga e aí fisicamente não consegue. Mas existe, existe uma força. É aí que entra Sara, aí que entra, um exemplo, uma casa de recuperação, por exemplo, porque você fica lá um tempo, você vai desintoxicando, reformatando sua vida e aí aquela força interior que você tinha e que faltou a força física, aí numa casa de recuperação você acaba encontrando uma força física e a interior você já tem. E aí muitas vezes você consegue se safar, sair dessa, mas não é fácil não Sara (Adriano).

Adriano enfatiza que a existência das casas de recuperação voltadas aos dependentes químicos desempenha papel importante na reconstituição das forças físicas e psíquicas da população de rua. Os demais sujeitos interpelados atribuem processos de construção e consolidação da saída da rua ou do uso de drogas a uma conquista deles/as próprios/as, como acredita Samara que “vai melhorar, eu tenho fé em Deus que eu vou conseguir o que eu quero. Sair dessa vida, mas sozinha, mas não com a ajuda da minha família não”. Ela coloca que

[...] esse grande conhecimento tá sendo bom porque eu tô aprendendo bastante. [...] Eu aprendi na rua o que? Qual é a primeira coisa que eu aprendi na rua é a usar droga. Aprendi a usar droga na rua e vou aprender a desgostar de droga. Aprendi a usar e vou sair da droga na rua. Porque é assim que eu tô sendo agora. Eu não estou usando pedra mais direito. Não tô conseguindo. Não tô conseguindo beber. Bebi ontem e usei de raiva. Não adianta eu usar droga por causa dos outros, não compensa. Cansei. Não compensa usar droga por causa dos outros. Então é melhor eu ir na minha mente do que na mente dos outros. Eu indo na minha mente eu paro de usar (Samara).

Vivendo na rua, meus interlocutores afirmam que os processos de saída dela podem ser construídos a partir do controle do uso de álcool⁷³ e de drogas como o crack, conscientes de que essas substâncias, quando usadas de maneira excessiva e indiscriminada, atrapalham os processos conscientes de atuação no mundo, e, evidenciam com isso, a esperança que carregam de que, por si mesmos, consigam se controlar.

⁷³ “O uso da pinga, pontuado pelos seus benefícios e malefícios, é regulado por um cálculo que prevê a promoção de estados alterados segundo aquilo que o sujeito deseja experimentar, seja o estado de alerta ou a estabilização emocional. As motivações que envolvem o uso da pinga estão dispostas num conjunto de noções prévias sobre seus efeitos na alteração do estado psíquico, sendo que a partir destas noções o sujeito pode controlar o uso da pinga para promover os estados psíquicos desejados” (MARTINEZ, 2011, p.104-105).

O que eu vejo e enxergo da vida na rua? Ah, que ela é passageira, entendeu? Que eu consiga me aprumar e sair dessa situação. É isso que eu tô enxergando. Uma luz no fim do túnel. Pra isso, eu procuro é estar bem, sóbrio, saudável. Fazendo coisas legais, entendeu? E as pessoas me mostram isso quando eu sou, tipo assim, você sente que você causa uma alegria quando chega no ambiente. Isso é o melhor que tem. É isso (Marcos Silva).

Ao contrário do que o senso comum dissemina: de que na rua só tem bebida, só tem droga, só tem loucura, como refletiu Rafaela no início do tópico, as pessoas que nela vivem são sujeitos em processo de construção de autonomia e, quem sabe, de noções de que é possível viver de maneiras diferentes das hoje impostas pela lógica capitalista. Renatinho também nos provoca sobre essa possibilidade.

Oh Sara, eu vou dar risada porque tem gente que passa na rua e fala ‘Cara, eu não aguento mais trabalhar. Pô! Vocês comem, vocês bebem, não faz nada, tem dinheiro e tem mulher bonita, eu vou ficar pra rua também!’ Mas tem um colega que saiu pra rua pra ficar comigo, ficou 5 dias e não aguentou: ‘Esse negócio de ficar pedindo, isso não é pra mim’. Então, muitos reclamam que não aguenta aluguel, muitos reclamam que quer sair da rua, então, não dá pra entender o povo brasileiro. Quem tá lá trabalhando não aguenta mais trabalhar, quem tá pra rua quer trabalhar... (Renatinho).

Ele explica que viver na rua demanda o *corre*, ou seja, “viver na rua não é coisa de vagabundo” (Renatinho).

Tipo assim, nós falamos ‘*corre*’. O ‘*corre*’ nosso num é negócio de droga, pinga. É o seguinte: você quer comer você vai ter que fazer o ‘*corre*’, se você quer um cigarro, você vai ter que fazer um ‘*corre*’, você quer beber sua pinga, você vai ter que fazer um ‘*corre*’. Então é o ‘*corre*’ do dia a dia, independente, também tirando pinga, cigarro, essas coisas, pô, preciso de um dinheiro para fazer aquilo lá, então vai ter que fazer um ‘*corre*’. Então, a vida é tudo sobre um *corre*, sobre um dinheiro (Renatinho).

Quando Renatinho diz que a vida é tudo sobre um *corre*⁷⁴, sobre um dinheiro, ele usa a palavra “vida” sem adjetivá-la, passando uma noção genérica que pode dizer respeito tanto à vida na rua, como à vida fora dela, o que nos passa a impressão de que pode haver a busca por uma autonomia que pode não ser a autonomia do consumista, mas de ser vivente que

⁷⁴ Expressão que também pode ser compreendida como atividade de trabalho de quem vive na rua, uma vez que fazendo o *corre*, os sujeitos conseguem garantir o sustento diário individual e/ou coletivo. Sobre essa e outras expressões atreladas à busca e garantia de sobrevivência na rua, tais como a *intera* e o *magueio*, ver Martinez (2011) e Oliveira (2012).

necessita de recursos materiais como a alimentação ou mesmo substâncias psicoativas para existir. Renatinho conta que

Na rua eu não tenho preocupação com nada, mas tem vezes que eu tenho a preocupação de fazer uma alimentação ou coisas minhas. Fora isso, a rua não é ruim, mas eu não gosto da rua não. Tem muitas pessoas que desprezam você. ‘Você fica nessa vida por que?’; ‘Porque eu quero mesmo!’ (Renatinho).

Nas entrelinhas de sua narrativa, Renatinho evidencia a dialética da rua que priva os sujeitos de possibilidades melhores de vida, mas que também se apresenta para eles e elas como campo de novas possibilidades de *ser* e *estar* no mundo. Segundo Freire (2005, p. 104), ao contrário dos animais, os seres humanos são sujeitos sociais e históricos e em sua existência, “o *aqui* e o *agora* não é somente um espaço físico, mas também um espaço histórico”. Diante disso, os homens e as mulheres, “porque são consciência de si e, assim, consciência do mundo, porque são um ‘corpo consciente’, vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade” (FREIRE, 2005, p. 104).

Se eu quisesse arrumar um serviço já ia trabalhar, eu já falo assim. Eu sou assim mesmo, se eu quiser rapidinho eu arrumo um serviço e vou trabalhar, mas eu não vou trabalhar não, eu vou ficar dentro de casa, eu vou ficar aqui no mocó mesmo, entendeu? Então são coisas que a rua, não é bom, mas também não é ruim não. Se você souber levar ela hoje não tem nada ruim. O importante é que eu tenho pelo menos um teto pra eu poder deitar e dormir, tem meu cochãozinho que é melhor que dormir no chão duro, no frio. Então isso eu acho importante para mim, fora isso... É que se for pra eu dormir no chão eu vou trabalhar mesmo com força pra eu arrumar uma casa, mas eu tenho ali coberta que é o importante, então eu não preocupo muito. O problema é hora que destruir lá, e eu vou ter que voltar pra debaixo da praça, embaixo das barraquinhas pra dormir de novo, aí eu já vou pensar em sair dessa vida aqui, ficar dormindo no chão duro gelado, essas coisas, então eu vou mudar de vida correndo (Renatinho).

A percepção de Renatinho acerca dos limites e possibilidades de viver na rua merece investigação mais profunda sobre tal realidade que surgiu e vem se consolidando de forma progressiva dentro da sociedade capitalista e a qual eu não busco banalizar com esse estudo. O que buscamos demonstrar com a presente categoria que coloca o vivente de rua como sujeito social, histórico e político é que essas pessoas, mesmo mergulhadas em situações de extrema precariedade e privações, demonstram possuir condições de refletir criticamente

sobre sua realidade e de pensar alternativas não só para elas, mas à coletividade da qual fazem parte.

Vê as placas – ‘Não dê esmola para moradores de rua’ – o que que vai ajudar? Se estou pedindo é porque eu estou precisando. Não é? Eu acho assim, se eu não estou precisando de uma moeda, uma ajuda, então eu não vou pedir para você. Se eu tô pedindo é porque eu estou precisando de uma ajuda, independente qual que for o caso. Se não tiver um caso pra pedir dinheiro pra você, pra que que eu vou pedir? (Renatinho).

Ao refletirem comigo sobre temas que poderiam ser tratados nesse estudo, contribuindo com compreensões mais amplas sobre viver na rua, criando, quiçá, uma agenda de atuação junto às pessoas que não vivem na rua e que a enxergam de maneira deturpada, Marcos Silva afirma que uma questão seria a sociedade “não olhar com indiferença” a realidade da rua. Para ele, “muitos têm uma visão bem clara e compreendedora. Têm a compreensão de ver aquele rapaz que tá passando por momentos, tipo que não queria estar passando. E tem muitos que já vê um pouco mais isolado, que é ignorante, que ignora” (Marcos Silva).

Eu aprendi assim Sara, que eu não devo desistir do ser humano. A rua me mostrou isso, apesar do que eu falei para você das pessoas ruins e tudo, mas todas elas, todas as formas delas me deu um aparato de aprender a gostar do ser humano, sabe? De você enxergar por detrás daquela pessoa um ser humano. E aí até me ajudou porque fez com que eu nunca me distanciasse, Sara, dessa questão da rua. Porque apesar de tudo, tem pessoas boas. E por detrás de cada ser humano existe uma história. Uma história que, às vezes Sara, ela é atropelada, ela é amordaçada, ela não se é falada [...] (Adriano).

Para Samara “eles não sabem o que a gente sofre na rua”, referindo-se aos outros que não vivem na rua. Marcos Silva destaca “que aquela pessoa que está ali está precisando de ajuda [...] está em situação pior que você. Se for cabível de você ajudar, porque não? Você fazer alguma coisa pra ajudar ao próximo... Não agir com indiferença, ser natural”, pois, como afirma Rafaela: “Aqueles pessoas que estão na rua, não são os lixos que elas jogam fora”, por isso, a questão é “enxergar as pessoas, como elas são, não como elas querem que seja”.

Para finalizar a análise da presente categoria, transcrevo um trecho da narrativa de Miranda (2013) que vai ao encontro das reflexões que buscamos suscitar aqui, ajudando-nos a compreender a dimensão de sujeito das pessoas que vivificam a rua.

Quem vive na rua não é rei, quem vive na rua não é réu. Quem vive na rua não é rei, quem vive na rua não é réu. É isso a rua para mim. Nós não somos nem rei, nem réu. Nós somos toda a injustiça cega de uma sociedade que não compartilha compaixão, paixão, solidariedade. De uma sociedade que vive dentro do seu quadrado. Se ela sair do seu quadrado ela morre e quem está na rua não. Se ela sair do seu espaço ela sobrevive muito mais porque ela não pertence a ela, a rua pertence a todos. Então a rua é tudo isso para mim. A rua não tem rei que manda e não tem réu que se oprime. Nela tem seres humanos, pessoas que aprendem a conviver, a compartilhar, a serem solidárias. Às vezes a ser injusto, porque ele é injusto, porque a sociedade foi injusta com ela e ele se torna injusto com a sociedade. Ele se torna um sistema que a sociedade não quer para ela e joga na rua e é por isso que eu digo que quem vive na rua não é rei e quem vive na rua não é réu. Quem vive na rua são homens, mulheres, jovens, adultos, idosos de altas experiências a compartilhar com quem quer ser compartilhado, a viver um sarau de culturas de realidades que muitas vezes as pessoas não querem olhar e colocam uma venda, a venda da injustiça, a venda da cegueira. É isso a rua! (MIRANDA, 2013).

3.2. “Viver é saber viver. Morar é lavar, passar, cozinhar”⁷⁵: reflexões sobre viver e morar na rua

A primeira pergunta feita aos 5 sujeitos de pesquisa, após narrarem um pouco de suas histórias de vida, referia-se à percepção dos entrevistados sobre viver e morar na rua, a partir da concretude de suas experiências. A questão foi elaborada a partir da roda de conversa em que ficou definido que o objeto da pesquisa seria o *viver na rua*. Ao questionar Rafaela sobre a diferença entre morar e viver na rua, ela respondeu que “A diferença é que viver, é você saber viver. Tem que saber viver, no sentido da amizade, das pessoas que você conversa ou deixa de conversar. Agora, morar na rua é pior porque é aonde você lava, passa e cozinha” (Rafaela).

Viver é travar relações *no* e *com* o mundo numa ordem complexa de significações que se formam e se transformam nas dimensões objetivas e subjetivas mediatizadas pela totalidade que nos rodeia. Para Dussel (1977b) estamos em um mundo que é a *totalidade* dentro da qual tudo que nos acontece, nos move, e, é a partir dessa totalidade e de um horizonte existencial que nos condiciona que as coisas vão ganhando sentidos e significados

⁷⁵ Frase dita por Rafaela em entrevista à autora no dia 24 de março de 2013 na praça da Catedral.

que passam de uma ordem mais simples e cotidiana, a um nível mais crítico e complexo, na medida de nossa historicidade.

De acordo com Rafaela, viver na rua adquire significação de estar sendo *no* e *com* o mundo num permanente movimento de busca por *ser mais*. Ela reconhece que “para viver é preciso saber viver” e sua fala reforça que para *saber* há necessidade de *aprender*. No decorrer de nosso diálogo, Rafaela atribui ao *viver na rua* o sentido de uma prática social que demanda permanente processo de aprendizado em que adquire autoconhecimento e amor próprio.

Você tem que aprender muito. É como diz o ditado, né, amar a Deus sobre todas as coisas, então começa por aí. Aí é saber levar essa vida. Eu aprendi a gostar mais de mim, aprendi a me dar mais valor, evitar as drogas e o álcool. Eu consegui bastante evitar isso aí (Rafaela).

A consciência do inacabamento do ser humano guarda as raízes da educação que é processo permanente em razão de nossa inconclusão e do devenir da realidade que, assim como o ser humano, é histórica (FREIRE, 2005). “Para *ser* tem que *estar sendo*” (FREIRE, 2005, p. 84) e os sentidos sobre viver na rua expressados por Rafaela demonstram que estar sendo nessa condição demanda movimentação e não fixismo. Renatinho confirma essa máxima quando diz “[...] estou na rua há muito tempo, mas eu não nasci na rua, eu estou vivendo na rua”, imprimindo a esse modo de vida noção de movimento.

Viver na rua também envolve, de acordo com as experiências dos entrevistados, a reprodução de espaços semelhantes a uma moradia ou habitação convencional. Marcos Silva relata que “tem sempre uns lugares pra gente ir. Casa abandonada, ali pega mais uns dois, três, quatro e faz tipo uma família. Então fica ali muitas vezes escondido. Para nós é uma casa, entendeu?”. Renatinho, por sua vez, conta que dorme em uma casa abandonada, “[...] sem água, sem luz. Mas tem todos os privilégios: tem filtro, tem colchão, tem sofá, tudo que nós precisamos pra não passar muito perrengue. Sempre passa um pouco...” (Renatinho).

Quando ele significa o filtro, o colchão e o sofá como privilégios e Rafaela explica que morar é lavar, passar, cozinhar, compreendo que ambos relacionam a moradia as suas funcionalidades. Segundo Kasper (2006, p. 23), “na esteira do movimento moderno, acostumou-se a pensar a moradia em termos de funções”. Tendo como base essa concepção, “o ser humano seria, antes de tudo, portador de necessidades corporais, tais como o sono, a alimentação, a preservação de sua temperatura corporal”. Para o autor,

As necessidades, asseveradas com atributos objetivos do corpo humano, seriam as mesmas para todos, o que conduz naturalmente à ideia de soluções universais, universalidade que encontra sua realização concreta na produção industrial de moradias e equipamentos domésticos, e sua expressão no chamado ‘estilo internacional’. [...] O problema com o funcionalismo é que carrega uma visão normativa do habitar (KASPER, 2006, p. 23-24).

Rafaela finaliza a reflexão sobre as singularidades de morar na rua exclamando que “morar na rua é pior” e sua fala indica, assim como coloca Kasper (2006), que a moradia deve atender, primordialmente, as necessidades objetivas do ser humano, sendo que essas demandas são referenciadas num estilo de vida “de um certo grupo social (que se convencionou chamar de burguesia)” e que são “naturalizadas em atributos humanos universais. Sob essas bases, é claro que as formas de habitar” (ou de morar), “que escapam desta racionalidade particular serão vistas como deficientes, nunca passando de tentativas...” (KASPER, 2006, p. 24).

Outro aspecto que poderíamos levar em consideração são as relações de gênero implicados no cuidado à moradia, em que lavar, passar, cozinhar, segundo Rafaela, é tarefa reservada à mulher que, na sociedade machista, desempenha tais funções mesmo vivendo na rua, o que torna a ação de morar, como um aspecto da vida, pior. Dialogando com homens que vivem na rua sobre as relações de gênero que se estabelecem na rua, eles confirmaram que são baseadas no machismo⁷⁶.

Viver na rua não exclui a possibilidade de nela morar. Morar também não suprime a concretude do viver. A questão que se busca evidenciar é que, nas mediações da rua, a vida e a moradia são produzidas, reproduzidas e desenvolvidas para além de suas objetividades

⁷⁶ Oliveira (2012, p. 135) também destaca essa questão em seu trabalho sobre as bancas de moradores de rua em São Carlos. Ele afirma que “Na banca, formada em sua maioria por homens, é pequena a presença de mulheres moradoras de rua ou trecheiras. Quando estas participam de uma banca, normalmente estão acompanhadas por algum membro. Ao chegarem a uma banca, tornam-se motivos de disputa entre os homens que buscam por uma companheira, pois, segundo Alex, “uma mulher sozinha na banca não é respeitada”. Por isso que ao chegarem à banca buscam por companheiros para garantirem a proteção em relação aos possíveis ataques. Para os homens, ter uma mulher na rua como companheira é um diferencial no posicionamento na banca. Classificadas por serem boas mangedoras, dificilmente retornam de mãos vazias. Um exemplo interessante ocorreu em 2010, quando Pedro tinha Cláudia como companheira. Ao ficarem na banca, ele exigia que ela manguessasse todos os dias devido a facilidade em obter sucesso no manguerio. Sua posição na banca enquanto considerado estava atrelada aos recursos conseguidos por Cláudia e à divisão com os outros membros da banca. Como ressaltou Pedro: *Antigamente eu dominava um pouco. A Cláudia saía para pedir. Se ela não pedisse, levava uns croque. Ela não sabia fazer arroz e nem fritar um ovo. Falava pra ela lavar a louça e nada. Então mandava ela para trabalhar na rua. Aí voltava com carne, arroz, macarrão e dinheiro e eu fazia a comida pra banca. Quando queria fumar saía para fazer meus corres, ela ia junto, mas não fumava*” [Pedro].

porque, como coloca Valla (1996, p. 186), a música dos Titãs que diz “a gente não quer só comida, a gente quer prazer para aliviar a dor”, ilustra que a construção de aparências que pode ser entendida como a construção de sonhos, não deve ser vista como uma forma apenas de “escapar da realidade”, mas pode estar indicando uma concepção mais ampla de vida. Nesse sentido, [...] “prazer para aliviar a dor” pode tomar vários sentidos para a população distintos dos sentidos que têm para as classes sociais mais abastadas.

3.3. “Viver na rua é muito difícil, mas é alegre também, sabia?”⁷⁷: reflexões sobre a negação e a afirmação da vida na rua

Todas as questões debatidas com os sujeitos entrevistados possibilitaram reflexões expressivas sobre a constante busca por afirmar a vida que se desenrola sobre condições adversas. Logo após atribuírem à vida na rua, uma série de aspectos duros que marcam profundamente suas histórias, transformando-os enquanto pessoas, os sujeitos da pesquisa firmam que, apesar de tudo, viver na rua também é bom, é alegre. Samara, sem titubear, diz que “a rua não é fácil não” e que a vida para ela,

[...] é ter um lugar pra ficar, um serviço, um lugar pra, sei lá, descansar, ir trabalhar, voltar. Aí é vida pra mim, mas essa vida aqui não é não. Porque essa vida não é pra ninguém. Experimenta ficar dois dias na rua pra você ver. Não é vida não! [...] A vida na rua é ruim pra caramba, não é boa não (Samara).

Para Rafaela a “[...] vida na rua é assim: é onde você apanha, chora e ninguém vê. Por quê? Você sofre. Pode estar frio pode estar calor. Você pode dormir com fome e não é sempre que você tem uma comida pra comer, entendeu? E é uma vida assim, difícil. Mas se você souber controlar, fica fácil”. O controle, segundo ela, “é evitar álcool, droga, companhias inadequadas” e esse controle é aprendido por meio das vivências na rua.

Você aprende assim, você pega, vive na rua, comendo o que os outros dão, bebendo o que os outros dão, vestindo o que os outros dão, certo? Você usa uma droga, você usa um álcool. Se você for no embalo assim, de tudo que você vai ter você vai vender pra comprar droga e álcool, você acaba se

⁷⁷ Frase dita por Marcos Silva em entrevista a autora no dia 17 de março de 2013 na praça da Catedral.

perdendo. Então você tem que saber se controlar, entendeu? Porque a droga e o álcool não é tudo, principalmente na vida de rua (Rafaela).

Adriano nos conta que nunca se conformou em viver na rua e essa situação, só de lembrar, gera profundo sentimento de raiva.

[...] eu não me conformo com a situação que eu estive. Às vezes eu fico com raiva Sara. Eu fico com raiva, muitas vezes de lembrar, principalmente depois que você trouxe para mim o livro, eu fico com raiva de lembrar que em 1997, eu saí daqui do sindicato dos ferroviários, 23:30 da noite, tinha acabado de ser o lançamento do meu livro[...]. Eu subi essa avenida São Carlos aqui e uma amiga que estava no lançamento pegou e falou para mim naquela noite: “Tá feliz Adriano?” Eu falei assim para ela: “Se eu morresse hoje eu morreria feliz” (Adriano).

Ao mesmo tempo, reconhece que ter vivido, ainda que na rua, proporcionou momentos e oportunidades que lhe trouxeram alegria, o que nos leva a concordar com Valla (1996, p. 186) quando diz que “a vida vale a pena viver, mesmo dentro de uma perspectiva de que não se pode vislumbrar uma saída no futuro para o sofrimento e a pobreza que se atura diariamente”.

[...] hoje eu percebo que não é assim. Se eu tivesse morrido naquela noite, se o homem lá em cima tivesse me ouvido, eu teria tido o desprazer de não viver. E ao mesmo tempo ele teria tirado de mim a alegria de ter vivido tantas outras coisas, inclusive a oportunidade de eu ter tido de conhecer você. Se eu tivesse morrido em 97 eu não teria conhecido você. Que presente que Deus me deu! Ainda bem que ele não ouviu as minhas arrogâncias (Adriano).

Marcos Silva explica que viver na rua “[...] é muito difícil, mas é alegre também” e que “tem alegria mesmo com o sofrimento”. As dificuldades, de acordo com ele, estão atreladas ao não pertencimento e às privações que são ocasionadas pelo fato de viverem na rua – sem família, sem casa, sem emprego, sem se adequarem ao mundo que está dado e que circunscreve padrões estéticos, comportamentais, de consumo, de vida, impostos por uma ordem dominante que totaliza e mediatiza pessoas como objetos e não como entes *sui generis* (DUSSEL, 1977b). Adriano confirma o que Marcos afirma.

Às vezes as pessoas veem a gente na rua. Olham você de baixo para cima com nojo, sabe? O ser humano com nojo do ser humano. Aí às vezes eu vejo pessoas com cachorro, sabe? Cachorro no seu carro e cuidando melhor de um cachorro do que de um ser humano. Não que eu não goste dos animais, eu gosto, mas eu sempre pergunto assim para as pessoas quando eu vejo essa

atração por animais: ‘Jesus morreu por quem? Morreu por um cachorro ou por você que é ser humano?’ Morreu por mim que sou ser humano. Porque as pessoas acabam tratando melhor um cachorro, um animal do que o ser humano. Ela olha para o outro, Sara, com nojo. Com nojo e essas coisas doem (Adriano).

Marcos, por sua vez, ressalta que uma parte da sociedade olha a população de rua com uma indiferença que fere e esse aspecto, que está presente ao se viver na rua, torna a situação ainda mais difícil. Para ele “a sociedade vê a vida na rua de uma forma muito negativa e não enxerga toda a complexidade das relações que acontecem nela” (Marcos Silva). É como se as pessoas refletidas nesse olhar, que não é natural, fossem objetos descartáveis que não têm valor para o projeto de sociedade que se vislumbra construir.

[...] muitas vezes você está sendo visto e está vendo também, quer dizer, eu vejo nas pessoas. Eu, por ser morador, eu vejo como as pessoas veem. A gente entende, né? Tipo assim, você aprende a ver o que a pessoa, como a pessoa está te vendo. O que me alegra é que nem todos me colocam tão pra baixo, entendeu? Quer dizer, muitos te criticam, mas muitos sabem te entender. Muita gente sente que a falta é de respeito, entendeu? É a falta de respeito que faz a pessoa se sentir mal. Quando eu vejo que a pessoa olha e acha que é porque tá na rua, pode te humilhar, te expulsar dali, são coisas assim que deixam a gente triste. No mais a gente supera tudo, agora é nesse sentido que não tem como superar, entendeu? (Marcos Silva).

A noção do projeto de sociedade que é totalizante e que busca conservar ideias de vida baseados em modelos dominantes ajuda-nos a compreender o aprofundamento da percepção de quem vive na rua, a respeito do não pertencimento à sociedade ou à falta de tudo, como se tudo fosse apenas o que diz respeito à materialidade da vida humana em que é necessário, essencialmente, *ter* para *ser*. Outro elemento que contribui com as interpretações sobre viver na rua desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, é a noção referencial de instância familiar que, de acordo com Martinez (2011, p. 38), “[...] é a lógica pela qual o Estado pensa os sujeitos”. Para a autora, essa lógica gera “implicações na delimitação de uma população excluída desta gramática” o que traz “poucas contribuições para a compreensão deste perfil populacional”.

Quando os referenciais são aqueles calcados nas relações que foram previamente rompidas no âmbito privado, o perfil da população de rua inevitavelmente é postulado em sua negação, porque o que se apresenta é a falta de referenciais. A população de rua é, então, composta por um perfil de sujeitos que estão basicamente excluídos de gramáticas relacionais

familiares: o trabalho, o domicílio e a comunidade. Excluídos e marginalizados por seus desligamentos familiares, este referencial pouco contribui para a compreensão dos vínculos produzidos nas ruas, extremamente importantes para se pensar a vida nas ruas (MARTINEZ, 2011, p. 39).

Nesse sentido, é possível compreender a fala de Marcos Silva quando relata que viver na rua é difícil por ser “uma situação em que você se encontra, de abandono, no meio da rua, nada tem. Muitas vezes você vê as pessoas com uma família, com os filhos abraçados, você não tá. As pessoas indo para casa dormir, você não vai. Esse é o lado triste”.

[...] eu acho que a maior dificuldade mesmo é quando você vê todo mundo indo embora pra um canto pra outro e você se dá conta de que você está na rua, sem ninguém. Pra mim a maior dificuldade é esse momento. Quando eu vejo todo mundo assim, as praças cheias, todo mundo alegre, eu acho contente. Agora quando eu vejo tudo deserto, aí dá aquela tristeza: ‘Poxa, e agora?’ Aí você vê o quanto, realmente, a sua situação é rua! Quando você abre os olhos, aí você vê a sua realidade. É isso que a gente procura esquecer no nosso dia a dia (Marcos Silva).

Contudo, ele expressa que “também tem o lado alegre, quando você nessa situação encontra muitas pessoas também, no mesmo sofrimento que você e se une, se junta... Então você cria um pouco de alegria nisso aí. Conhece pessoas boas...” (Marcos Silva).

Ressaltar os processos de negação da vida que perpassam as vivências na rua e que são desencadeados dentro de suas mediações é tarefa urgente e indispensável àqueles que buscam compreendê-la e expressá-la sem idealismos ociosos. Aqueles que, junto da população de rua, visam denunciar as injustiças do sistema que submete pessoas a condições cada vez mais precárias de vida. No entanto, paralela a essa demanda, dados coletados nessa pesquisa demonstram que os primeiros impulsos das pessoas, ao “caírem na rua”, são de afirmação da vida em que aprendem a enfrentar o medo e a sobreviver material e simbolicamente, preservando sua existência humana. Perguntei ao Marcos se ele havia sentido medo ao cair na rua e ele respondeu que “num momento assim, não”. Que “num momento de raiva eu não tive medo”.

Movido pela raiva, pelo impulso eu fui. Depois que eu cheguei, peguei ônibus aqui, fui de a pé, fui em posto peguei carona e fui parar em São Paulo que eu cheguei lá é que bateu aquele medo. Eu falei: “Poxa e agora meu Deus, o que eu tô fazendo?” Eu vi aquele monte de gente pra lá e pra cá, mas nada, né? “Eu nada conheço, nada tenho, como é que eu vou dormir, o que vou fazer?” Então aí deu aquele medo sim, aquele princípio de medo, sabe,

mas a gente aprendeu. [...] Eu fui fazer o que eu tô fazendo aqui com você agora. Achei uma praça, sentei, fiquei, pensando, olhando, analisando e querendo achar força... porque ali era tudo novidade, difícil! (Marcos Silva).

A vida na rua se desenrola sobre impulsos afirmativos, motivados por sentimentos diversos que, perpassados pela esperança de sobreviver e melhorar, movimentam as pessoas a dar continuidade as suas caminhadas pela vida. Por vezes, a esperança é tombada por processos negativos vivenciados pela violência, pelo desprezo, pela solidão, pela indiferença, pelas privações materiais, pela dependência química. Porém, ao contrário de ideias fixistas disseminadas pelo senso comum de que na rua, quando há aprendizado, aprendem-se somente coisas ruins e erradas, meus interlocutores relatam a dialeticidade dos processos educativos que frutificam múltiplos saberes que carregam para toda a vida, dentro ou fora da mediação da rua.

Nesse sentido, Adriano narra que na situação de rua aprende muito...

[...] Experiências que eu jamais vou esquecer-las. Aprendi a conhecer um pouco melhor o ser humano. Aprendi a perceber que nem todo mundo é bom e ao mesmo tempo que nem todo mundo é ruim. Eu aprendi também que tem dor, tem sofrimento, tem lágrima, mas também tem malandragem, sabe? Tem um monte de malandragem. Tem pessoa que está do lado do outro dormindo, na mesma situação dele ou às vezes até pior e que tem a coragem de roubar o outro que está dormindo. O outro não tem nada! Eu aprendo que tem muita maldade na rua e se você deixar Sara, as pessoas que moram na rua manipulam, enganam. Então você não deve acreditar em tudo que as pessoas falam, sempre fica com o pé atrás, sabe?

3.4. “A rua é um mundo”⁷⁸: reflexões sobre o horizonte existencial e a totalidade de sentidos na rua

A dialética da negação e afirmação da vida na rua culmina na categoria aqui analisada denominada “A rua é um mundo”. O alcance da compreensão teórica de suas múltiplas dimensões foi possibilitada pela apreensão de algumas das categorias filosóficas teorizadas por Dussel (1977a, 1977b, 1995) como: a totalidade vigente, o horizonte existencial, o mundo e a totalidade de sentidos. De acordo com o autor, o ser humano “cada um de nós, é um ser em seu mundo. É dizer, vivemos em um mundo; o mundo de uma cidade, o mundo de nosso bairro, ou o mundo de uma classe social” (DUSSEL, 1977b, p. 14, tradução minha).

Quando Rafaela se refere à rua como um mundo, interpreta essa mediação espaço-temporal, como cotidianidade mundana constituída por mulheres e homens que nela produzem, reproduzem e desenvolvem suas vidas. Esse mundo cotidiano é delimitado por um horizonte, sem o qual, segundo Dussel (1977b, p. 14), “nada se nos avanzaría y estaríamos en la oscuridad o en la confusión de imágenes; sería como estar en la profundidad de una mina, de una caverna”.

Marcos Silva, ao reconhecer que sua realidade hoje é a rua, imediatamente expressa a consciência de que há interposição de condicionamentos nesse horizonte existencial, sem cair, necessariamente, em uma visão ou atitude fatalista diante desse seu mundo, mas evidenciando um certo pragmatismo realista sobre sua condição existencial.

Não é que eu goste. Gostar eu não gosto, mas é a minha realidade hoje é isto, o que eu vou dizer pra você? Mas gostar a gente nunca gosta, né? Mas se a gente tá aqui, cáimos aqui, fazer o que? Porque se não for a rua agora, vai fazer o que? Vai pra onde? Então tem que aprender, mas gostar eu não gosto não! A gente vive! (Marcos Silva).

A fala do Marcos dá vazão a duas interpretações possíveis: a primeira poderia atribuir a sua percepção sobre viver na rua, conformismo, falta de iniciativa e/ou apatia, tendência interpretativa muitas vezes expressada por quem, não vivenciando a realidade da rua, julga precipitadamente a visão que as pessoas que vivem nela têm sobre ela (VALLA, 1996); a segunda poderia considerar que Marcos enxerga alternativas de condução de vida, para as

⁷⁸ Frase dita por Rafaela em entrevista à autora no dia 24 de março de 2013 na praça da Catedral.

quais apontaria a necessidade da educação como meio, tecendo nessa interpretação sobre a vida na rua “avaliação (conjuntural e material) rigorosa dos limites da sua melhoria” (VALLA, 1996, p. 181).

Ao interpelar Rafaela sobre suas primeiras vivências na rua, ela narrou que “foi meio estranho” porque conheceu uma moça chamada Damaris que “injetava cocaína com gasolina e com ela conheci o crack” (Rafaela). Em relação aos primeiros sentimentos, sensações, emoções gerados quando “caiu na rua”, contou-nos que foi “meio estranho porque você não conhece ninguém, você não sabe de nada. Você tem que estar aprendendo pra sobreviver” (Rafaela). As primeiras experiências de Rafaela no mundo da rua causaram-lhe estranhamento, fruto de quem adentra num mundo novo onde a totalidade de sentidos ainda não estaria formulada em contraste à trajetória anterior na casa de sua mãe.

[...] eu comecei a beber tinha 5 anos, comecei a fumar com 5 anos com meu pai. Com 9 anos minha mãe queria que eu conhecesse o meio da prostituição que era pedir o dinheiro pros homens que ela saía. Até com 12 eu não fui, ela pagou 10 reais pra um moleque me estuprar. Com 13 eu fugi de casa, 14 tive meu filho. Com 15 anos ela tirou meu filho de mim, hoje meu filho está no orfanato porque ela queria dinheiro pra ficar com o moleque, então, eu prefiro mais ficar na rua do que ficar do lado dela que é um meio assim, só de sofrimento (Rafaela).

Por meio desse relato, Rafaela expressa que a totalidade da casa possibilitou experiências e sentidos que a levaram a cair na rua, na busca por romper com vivências de sofrimento e opressão. “Porque Sara, você vê assim, você vai comer, vai beber, você escuta humilhação. Na rua não, na rua você bate na cara de alguém, pega sua comida e tchau! Agora lá não, minha mãe me humilhava, minha irmã, meu pai... Então, pra mim tão eles lá e eu cá” (Rafaela).

Segundo meus interlocutores, ao “cair na rua” é preciso começar a aprender para sobreviver e (re)começar projetos de vida diferentes dos anteriormente planejados, espontaneamente ou compulsoriamente, como ocorreu com Rafaela em relação ao que sua mãe almejou em torno da prática da prostituição. Segundo ela, aprende-se na rua “[...] no dia a dia. No dia a dia você vai aprendendo. Cada dia que passa você vai aprendendo o que é uma alimentação, o que é uma vida, o que é uma saúde, aí você vai aprendendo” (Rafaela). E os saberes aprendidos vão sendo guardados para que se desenrole a vida na rua ou fora dela.

“Ah, a gente guarda, né? A gente guarda porque é uma experiência que nunca tem fim. É uma coisa que você aprende, aprende e vai levando” (Rafaela).

3.5. “Na rua eu aprendi muito. Experiências que eu jamais vou esquecer”⁷⁹: uma escola chamada rua

As categorias teóricas que dizem respeito às dimensões empíricas do viver na rua demonstram que essas experiências são produzidas, reproduzidas e desenvolvidas a partir de processos educativos dinâmicos que contribuem para que mulheres e homens vivam material e simbolicamente, mediatizados pelo mundo da rua. Marcos Silva afirma que na rua aprende-se “pra ser um pouquinho menor o baque”. Aprende-se para “cuidar de si, pelo menos, manter um pouco da autoestima, da higiene” porque “tem certas coisas que são essenciais, não tem como você ficar sem, mesmo morando na rua”. Os processos educativos são passados, geralmente, dos mais experientes de rua (mais velhos de rua), para os mais novos e inexperientes.

[...] você quer aprender, vai com pessoas mais vividas porque eles vão ter bem mais pra ensinar. Conhecem melhor os trâmites, são ricos em informação. É diferente você pegar um cara que está há 20, 30 anos na rua e pegar um que está há 2 anos, 1 ano na rua, entendeu? De certa forma ele vai precisar de muita informação, tem que ter alguém, se juntar a um grupo pra aprender a andar pra lá, pra cá (Marcos Silva).

Renatinho relata que quando passou três dias com fome, até “na hora que a barriga fez ‘rooom’, o que? Eu saí e bati na primeira casa que eu vi e falei: ‘minha senhora, tô com fome’. Aí eu vi que era fácil”.

Para quem tem boca para pedir, conversar, não é tão ruim. Mas para quem não sabe pedir, não sabe conversar, passa perrengue. Porque aí não saber pedir, não vai saber pedir para comer nem para nada. Se bebe e fuma não vai saber pedir. Sabendo pedir não é tão ruim, mas não é todo mundo que ajuda. De vez em quando o povo esculacha você nas palavras. Mas no mais, você sabendo conversar não é tão ruim, você tem tudo o que você quer. Não todo dia e direto e sempre, né? Mas o dia que o povo está disponível a ajudar... (Renatinho).

⁷⁹ Frase dita por Adriano em entrevista à autora no dia 7 de abril de 2013 na praça da Catedral.

No mundo da rua aprende-se junto, em comunhão, por meio do permanente desenvolvimento da linguagem que possui características próprias que variam de acordo com a territorialidade. Marcos Silva afirma que “é verdade que há um vocabulário próprio” [...] que “você tem que aprender, porque é a comunicação. Você tem que interagir, é essencial”. Renatinho também traz informações acerca da linguagem desenvolvida na rua.

[...] nós aqui das ruas é ‘*salve*’, ‘*boa boa*’. As pessoas perguntam ‘que isso *boa boa* neguinho? Nunca ouvi esse *boa boa*’. É ‘*bom dia*’, ‘*boa tarde*’ e ‘*boa noite*’. Aí outros falam: *salve*’ que é ‘*oi*’. Entendeu? Tipo assim, tem umas linguagens que nós que somos da rua, se uma pessoa chegar em mim e falar ‘*cajibrina*’ eu já sei o que é e se você falar ‘*cajibrina*’ pra outra pessoa, ninguém sabe o que é. Então tem umas palavras que nós temos um rito. A pessoa fala: ‘Oh, vai lá ‘*cajibrina*’... pras pessoas não saberem que é uma pinga... ou o tal da maconha: o ‘*tchai*’ (Renatinho).

Reitera que “somos pessoas que já nos conhecemos, conhecemos a mesma linguagem, então não precisa falar o português correto. Nós falamos entre nós porque nós já sabemos o que que é” (Renatinho). Samara relata que a primeira coisa que aprendeu na rua foi a “*encharcar*” que “aqui é “*manguear*”. Aprender a *pedir*”. Ela me ensina que a linguagem pode variar de lugar para lugar, mas que em relação ao *manguear* ou ao *encharcar*, na “língua original da rua é *pedir*”, e quem a ensinou a *encharcar* foi uma ex-mulher dela, com quem ficou casada durante 8 anos.

Para Maturana (2009), o peculiar do humano não está na manipulação – que é atividade que pode ser desempenhada com perfeição por animais como o macaco ou pelo gato ao brincar com uma bola –, mas na linguagem e no seu entrelaçamento com o emocionar. Assim, ele defende que a história do cérebro humano está relacionada principalmente com a linguagem.

Todo ato humano ocorre na linguagem. Todo ato na linguagem produz o mundo que se cria com outros no ato de convivência que dá origem ao humano: por isso, todo ato humano tem sentido ético. Esse vínculo do humano com o humano é, em última análise, o fundamento de toda ética como reflexão sobre a legitimidade da presença do outro (MATURANA; VARELA, 1995, p. 263).

Para Marcos Silva quem aprende na rua também ensina e tais processos educativos estão atrelados ao desenvolvimento e reprodução da vida quando são elaborados

conhecimentos considerados bons à sua afirmação. Para ele, é isso que torna possível sua legitimação, feita a partir da transmissão dos saberes entre os viventes de rua.

Com certeza, com toda certeza, se você aprendeu, você já aprendeu coisas boas, quer dizer, então você vai passar. Uma hora ou outra você vai encontrar alguém de mesma situação ou um pouco pior que você que vai morar na rua, você vê que lhe falta informação, lhe falta rumo, então você vai indicar: ‘oh, ali tem tal lugar’; ‘oh, vai ali tal horário que a pessoa vai lá cortar cabelo’, quer dizer, você vai estar ensinando as pessoas (Marcos Silva).

No processo de transmissão de conhecimentos, as pessoas vão compartilhando saberes advindos de suas experiências de vida e, juntas, vão se conscientizando acerca da realidade que as cercam.

Um chega às vezes todo eufórico, acabou saindo uma briga, você senta, conversa, pega um pouco de Leonardo da Vinci, um pouco de Fernando Pessoa, junta tudo e fala pro cara. Quer dizer, você faz o cara cair em si. Então quer dizer, acho que você ensina também, né? ‘Olha, é assim, assim, mas calma’. ‘Olha, não se meta não senão você vai acabar apanhando’. Quer dizer, tem tudo isso. Então muitas vezes você chega na pessoa, troca ideia, conversa, porque isso aconteceu com a gente também, né? Você vai passar a frente sim (Marcos Silva).

A respeito dos motivos que levam as pessoas a consolidarem processos educativos na rua, Samara diz que é “pra não sofrer mais tarde” porque “[...] não saber encharcar, não saber pedir, manguear”, segundo ela, torna tudo mais difícil. “Eu vejo muita gente aí oh, que depende disso daqui⁸⁰ e da marmita, só. Não tem mais nada, além disso. Nem pra ir numa casa, num restaurante, mas não. Por isso que passa fome, porque não sabe manguear” (Samara). Na fala da Samara está implícita a essência libertadora da educação enquanto processo permanente de busca por autonomia e humanização.

“A luta por libertação de situações sociais e políticas opressivas é uma condição fundamental para a realização da liberdade” (SUNG, 2010, p. 242) “[...] que não se opõe à liberdade alheia, nem termina onde começa a liberdade do outro, mas ela se realiza quando se encontra com outras pessoas na luta pela sua liberdade e pela das outras” (SUNG, 2010, p. 242). Freire (2005) afirma que desde o começo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que os oprimidos se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que se aceitam, a sua responsabilidade total.

⁸⁰ Samara se refere à atividade na praça desenvolvida pelo grupo espírita.

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que [...] não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte. Os oprimidos que se “formam” no amor à morte, que caracteriza o clima da opressão, devem encontrar, na sua luta, o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que o implique também e dele não possa prescindir (FREIRE, 2005, p. 62).

Meus interlocutores me explicam que há processos educativos que se consolidam em atos de violência moral e/ou física, praticados horizontalmente entre as próprias pessoas que vivem na rua ou interpostas pela polícia ou pelas instituições assistenciais que atendem essa população. A violência horizontal é praticada contra as pessoas que vivem na rua e que descumprem as *orientações*⁸¹ da rua.

[...] começando até pelo cigarro, pela pinga, pelas palavras, pelo gesto, tudo, se não souber mesmo a lei desse pessoal, do povo brasileiro da rua, é cobrado mesmo, viu? Hoje tem muita briguinha por causa de cigarro e essas coisas, mas tem lei, pô! Um paga pinga dez vezes pra nós e aí: ‘Oh, dá uma moeda aí também, vai dar uma ajuda’. Não é a lei, mas uma forma das pessoas se orientarem sim. Então, todo mundo bebe, mas também tem que se levantar para ajudar. Então a regra é assim, tem 30, bebe os 30, mas tem que fazer o “*corre*” (Renatinho).

Essas orientações que Renatinho me diz que não são chamadas de regras porque são coisas básicas, uma vez descumpridas, evidenciam que o processo educativo baseado na conversa, não foi eficiente e quem não respeita apanha.

Quem procura acha. É isso daí. Porque vai falar uma vez, vai falar duas, então você não tá aprendendo, então você vai apanhar. Ou também vai apanhar porque: ‘Pô, você não tá vendo cara, um monte de mulher e vai fazer isso daí?’ ‘Você é louco, você é cego, surdo?’ ‘Você não tá vendo?’ ‘Ah, mas eu não sabia que era mulher de fulano’. ‘Mas não precisa saber se é mulher de alguém, você precisa respeitar porque tá na banca’ (Renatinho).

Renatinho me corrige dizendo que eu falo de regra, mas não é regra.

[...] a regra que nós temos num é regra, é uma coisa boa para todos. Não é regra, porque regra não podemos colocar em ninguém que não tem jeito. É

⁸¹ Sobre o respeito às regras das bancas, seus códigos morais e/ou regras, ver Oliveira (2012) e Martinez (2011). Há interessante estudo desenvolvido por Marques (2009) em que o autor analisa diferentes compreensões sobre o proceder aliado ao convívio-seguro entre presos, a partir da pergunta nativa “o que é o certo?”.

mais assim, como eu falei, tem mulher na banca, pode ir, nós estamos lá e tem muito homem lá. Se as mulheres chegarem lá, todo mundo sabe quem é mulher de quem. Então o importante, o que que é? Ter amizade, normal. Mas respeito. Tipo: sem camisa na banca, palavras feias na banca quando tem mulher essas coisas. Num é regra, é uma coisa que as pessoas tem que se orientar, né? (Renatinho).

Segundo ele “tem que ter respeito. Se você chegar ali e sentar, o povo vai respeitar você normal. Não vai falar palavra feia, tirar a camisa. Então, não é regra, são coisas que as pessoas vão aprender” e se não aprender “vai ser cobrado” (Renatinho).

Se não é um que fala, todos que falam. E se não dá tempo de falar ele vai apanhar. Então são coisas que, sempre sai umas abobrinha de palavra de homem, mas ninguém mexe porque já sabe que aquelas mulheres que tão aqui e os homens que tão lá são todos casados. Mas, se tiver desrespeito vai ser cobrado. A pessoa falou uma vez, duas vezes, talvez não nem tempo de falar, já tá apanhando, mas tá apanhando por que? Tem que saber por quê. Então, não é regra, nem lei, é uma coisa pra pessoa se orientar. Acho que o povo brasileiro também não é tão burro, né Sara? Saber quais são as regras do povo brasileiro e do morador de rua, então para mim, não tem assim regras. É mais se orientar. A orientação faz o povo ficar contente e andar de boa, né? (Renatinho).

A presente categoria que diz respeito à dimensão educativa consolidada pelas experiências de quem vive na rua evidencia que nessa totalidade existencial, as pessoas se educam com o propósito de transmitir saberes, valores, táticas, jeitos de ser e de estar no e com o mundo, tendo em vista a afirmação e preservação da vida. Vida esta que se reproduz e se desenvolve dentro de uma totalidade que a nega, porém, que contraditoriamente a produz e fortalece progressivamente.

Oh, minha mãe falou que a rua me educou. Minha mãe e meu irmão que me conhecem mais. Hoje eu tô mais calmo, Sara, não tô tão malandrão como eu era antigamente. Então eu aprendi na rua, aprendi bastante. Malandragem não leva a nada. Então, eu tenho que ser mais eu mesmo, na cautela, conversando alguma coisa. Fora isso... Eu só falo malandragem com as pessoas que vem aí falando que é malandrão, mas quem gosta de malandro é polícia, vai lá (risos)! (Renatinho).

“Na rua aprendo a viver mais, tipo assim, você aprende mais. Sabia que você aprende mais na rua do que na escola?” (Samara).

CAPÍTULO IV

O horizonte da pesquisa em movimento

4.1. Viver na rua: “*Uma prática social a ser desvelada*”

*Se procurar bem, você acaba encontrando
Não a explicação (duvidosa) da vida,
Mas a poesia (inexplicável) da vida.*

(Carlos Drummond de Andrade)

Em uma de minhas idas ao campo na Praça da Catedral, conversei longamente com Adriano - o Poeta - que me explicou que o poeta vê, e escreve o que vê, de maneira a tornar a dureza da vida mais leve, mais suave. Nesse dia ele me alertou para a necessidade de olhar nos olhos, buscar sentir o que o outro sente e sobre a facilidade que o poeta tem de fazer isso. Perguntei se um pesquisador poderia ser também um poeta e ele respondeu que um escritor detém a técnica da escrita, o pesquisador tem um olhar crítico e o poeta vê o mundo e o transforma em palavras bonitas (Diário de campo, 10/03/13).

Como pesquisadora/educadora popular desenvolvi a presente pesquisa sobre viver no mundo da rua buscando, para além de um olhar crítico sobre essa condição existencial, a sensibilidade que o Poeta tem e que expressa por meio de suas palavras que se convertem em ferramenta de luta e resistência frente às injustiças sofridas. Nesse sentido, tanto o rigor acadêmico como o compromisso social articulados nessa pesquisa, não teriam sido possibilitados sem o estudo do referencial teórico advindo da ciência social crítica, muito menos sem a intervenção intelectual das mulheres e dos homens que vivem seus cotidianos na rua em São Carlos e que comigo refletiram sobre o *viver na rua*, evidenciando os saberes advindos das experiências concretas de quem está condicionado a não ser e que resiste, na esperança por dias melhores.

Minha trajetória de vida pessoal e profissional, cuja caminhada culminou no contato com essa população em São Carlos, somada aos estudos ligados à compreensão das relações sociais sob o modo de produção capitalista e à educação crítica, ajudou-me a formular duas convicções que sulearam as escolhas como pesquisadora/educadora popular no desenvolvimento do mestrado e que permanecerão como diretrizes no doutorado. A primeira diz respeito à imposição do sistema vigente em negar vida plena àqueles/as que, despossuídos dos meios determinantes para se situarem no centro da totalidade, são jogados as suas margens, constituindo vidas errantes. A segunda, de que é possível posicionar-se e agir na

contramão dessa lógica, a partir de uma práxis política libertadora, cuja educação como prática de liberdade é uma das ferramentas.

Esse fazer político-pedagógico, inerente ao projeto alternativo, significa transcender a “racionalidade” de nossa sociedade “irracional”. Esse é o motivo pelo qual, no projeto, precisamos nos preocupar muito mais com os fins do que com os meios. Antes do como, devemos definir o porquê e o para quê. Em outras palavras, devemos principiar definindo o tipo de ser humano que nos interessa educar e o tipo de sociedade que devemos promover (GUTIÉRREZ, 1988, p. 49).

A fim de constituir os primeiros pilares conceituais que contribuíssem com as compreensões em torno da realidade de quem vive na rua, optamos por refletir sobre a “vida humana”, categoria que não se limita a um conceito ou a uma ideia e nem a um horizonte puramente abstrato, mas ao modo de realidade de seres humanos práticos e concretos e também condição absoluta de uma ética que a afirma como o bem supremo, contrapondo-se a uma ideologia que a coloca abaixo dos valores gerados pelo capital e que presume a produção da vida na expectativa da morte. Tal concepção possibilitou-nos olhar e compreender a vida na rua de forma dialética, partindo de sua afirmação, ao contrário de estudos que encontramos na revisão bibliográfica e políticas públicas aqui discutidas que partem de sua negação e nela permanecem, muitas vezes deixando de lado o fato de que a existência de pessoas que vivem seus cotidianos e todas as dimensões privadas da vida humana – na rua – é elemento estruturante da totalidade vigente.

A fim de complexificar o referencial teórico, analisamos detidamente as nomeações que são utilizadas para designar aqueles/as que vivem na rua, desde a década de 1970 até hoje, e que buscam, por meio de suas elaboradas definições, identificá-los/as como contingente populacional gerador de um problema social passível de resolução. Fizemos apontamentos sobre a existência e estrutura do Movimento Social da População de Rua que, na luta por reconhecimento político e pela garantia dos direitos humanos fundamentais que se voltem a essa população em todo o país, busca autenticidade popular e autonomia política no embate com as contradições advindas da totalidade mais ampla que o engloba. Por fim, desenvolvemos reflexões breves sobre o marco jurídico institucional articulado com algumas de minhas experiências como educadora social de rua no Centro POP de São Carlos. Com isso, acreditamos ter atingido duas intenções do estudo: a primeira foi a de evidenciar fragilidades, especialmente das políticas públicas voltadas ao atendimento à população de rua

que ainda insistem em adequar comportamentos, impor normas, calar vozes. Também suas potencialidades, uma vez que se trata de ferramenta imprescindível ao alcance da garantia dos direitos voltados da população em questão. A segunda foi contribuir com o debate voltado ao reconhecimento da importância da existência do Movimento Nacional da População de Rua como mediação à luta e garantia de direitos dessas pessoas na arena política.

Meus posicionamentos político-pedagógicos, em comunhão com os sujeitos da pesquisa, tomaram contornos mais claros a partir das opções teórico-metodológicas que buscaram um diálogo profundo com a vivência concreta dos sujeitos que vivificam a rua. As escolhas pelos procedimentos metodológicos se diversificaram, na medida em que as pessoas iam se posicionando frente à pesquisa ou dela se afastavam, mostrando-me que há diferentes motivações pessoais e/ou coletivas demandadas pela própria vida na rua que precisam ser respeitadas por quem dela se aproxima.

A realização das rodas de conversa na Praça da Catedral, aos domingos, desvelou-se como um procedimento adequado de pesquisar a realidade da população de rua, ou como me disse Ribamar, um “jeito” melhor de fazer pesquisa com quem mora na rua. “A praça é pública, é de todos. É de onde não podem ser expulsos, embora sejam retirados com frequência. Mas é um lugar agradável, bonito, onde as pessoas se encontram, confraternizam [...] e pesquisar coletivamente é melhor porque valoriza a diversidade de palavras e experiências que cada um carrega” (Marcos Silva, diário de campo, 21/10/12). No decorrer do trabalho de campo, entretanto, percebemos que as rodas de conversa não seriam suficientes para o aprofundamento de certas questões chave ligadas ao viver na rua.

Dessa maneira, optamos por realizar cinco entrevistas individuais que possibilitaram mergulho na realidade da rua com a ajuda dos meus interlocutores que, pacientemente, mostraram-me e me explicaram diferentes dimensões desse modo de *ser* e *estar* em um mundo dentro de outro mundo. Com as entrevistas também foi possível preservar a privacidade sobre certas experiências pessoais dos sujeitos participantes. Acreditamos que na singularidade das experiências é possível mostrar – para quem quer ver – o mundo! E essas experiências podem ser examinadas na busca por melhor compreensão do viver na rua na cidade de São Carlos, clarificando essa problemática e trazendo elementos essenciais ao planejamento e efetivação de políticas públicas mais eficazes e ao fortalecimento dos movimentos organizados em torno dessa população.

O acúmulo de conhecimentos gerados pelas pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, bem como o referencial teórico metodológico adotado nesse estudo, proporcionam o desvelamento do viver na rua como uma prática social produzida por sujeitos históricos que, objetivando (re) significar suas vidas, frequentemente marcadas por sofrimentos e perdas causadas por condicionantes socioeconômicos e políticos, espontaneamente e/ou compulsoriamente, vão vivenciar seus cotidianos e as dimensões privadas da vida na mediação espaço-temporal da rua. Ao se inserirem nessa prática, para a qual geralmente atribuem o sentido de “cair na rua”, mulheres e homens desenvolvem permanentemente processos educativos, cuja lógica mobilizadora é a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana. Assim, buscam afirmá-la em meio à privação material e à violência física e moral interposta pelo preconceito e discriminação que emerge no seio da sociedade mais ampla, bem como em meio aos mecanismos de gestão de suas vidas, elaborados e praticados por órgãos governamentais e filantrópicos.

Para a produção da vida na rua, os processos educativos desenvolvidos estão ligados ao enfrentamento dos primeiros medos e desafios interpostos ao “caírem na rua”. Nesse momento, desencadeiam-se processos de aceitação e compreensão da nova realidade, seguida da atribuição de sentidos que vão formatando um novo mundo. Para isso, depreendem observação atenta do entorno, seguido de contato com os mais experientes de rua, inaugurando processos de aprendizado, muitas vezes permeados de violência e crueldade, a fim de darem os próximos passos rumo à vivência no mundo da rua que se inicia.

Os processos educativos voltados à reprodução da vida estão geralmente ligados à manutenção da sobrevivência material e simbólica. Para isso, desenvolvem práxis ligada aos cuidados com o corpo e com a mente. Aprendem e ensinam por meio do convívio e do diálogo com os/as companheiros/as de rua, a manterem a higiene pessoal, a garantirem alimentação diária e a satisfação de vícios como o da bebida, do cigarro e de drogas ilícitas como o crack, bem como o controle sobre o uso dos mesmos que, em excesso, podem prejudicar a preservação da vida. Muitas vezes, reúnem-se em grupos ou em *bancas de rua* para habitarem *mocós*, onde reproduzem espaços de moradia convencional garantindo, assim, uma infraestrutura que consideram mais adequada e digna para viverem no mundo da rua. A partir desses lócus, percebe-se a presença marcante de estratificações hierárquicas no seio dos grupos e bancas, de onde emergem orientações que guiam a cotidianidade da e na rua. Quando tais orientações não são cumpridas, interpõem-se diversos tipos de violência que

consideramos fazer parte do desenvolvimento dos processos educativos desencadeados na prática social do viver na rua que mereceriam a continuação de suas análises, mais especificamente.

Em relação ao desenvolvimento da vida na rua, indicamos que os processos educativos desvelados são aqueles direcionados à constituição e consolidação de um mundo dentro de outro mundo que implica a constituição do que meus interlocutores chamam de cultura de rua.

Na medida em que se relacionam, [...] procuram ler as experiências vivenciadas no seio desta prática, atribuem significados as suas vivências e assim produzem cultura. A cultura é entendida, [...] como um acrescentamento que o ser humano faz ao mundo em que está e com quem está, é sua aquisição sistemática da experiência humana. Essa aquisição se dá gradativamente, a partir da incorporação de saberes, valores, atitudes e conhecimentos desenvolvidos pelos seres humanos por meio de suas relações estabelecidas *no mundo e com o mundo* (SOUSA, 2007, p. 102).

Em idas ao campo na praça, Índio e Magrão me falaram sobre os aprendizados que se obtêm na rua. Eles falaram que são muitos e Magrão destacou o respeito em primeiro lugar, a humildade, igualdade, solidariedade. Ele está na rua desde os 7 anos de idade e nela foi criado. Mencionou que é uma cultura que tem suas regras, normas, que não é de qualquer jeito. Tem que aprender a viver na rua. É uma família. Mesmo hoje, não estando em situação de rua (ele mora no local onde trabalha), ele frequenta os espaços da rua, as *bancas*, porque considera sua família (Diário de campo, 04/11/12).

No campo da antropologia e da sociologia, sabemos que há movimentos críticos à teoria de Oscar Lewis que propôs um conjunto de características demográficas e econômicas que, junto aos traços comportamentais específicos tidos como habituais entre famílias e comunidades pobres latino-americanas, levou-o a elaborar o que teorizou como “cultura da pobreza”, entretanto, deixando de lado que as comunidades pobres são parte de uma totalidade mais ampla que condiciona suas formas de ser e estar no mundo (DIOGO, s/a).

La falla fundamental de Oscar Lewis proviene del énfasis que pone en el sistema de normas y valores, y en los medios de sobrevivencia de los pobres, que representan sólo una manifestación fenomenológica de la base económica y de la organización social (AGUIRE, s/a).

Nosso intuito aqui, não foi fomentar tal teoria, nem afirmar que há uma cultura de rua demarcada por comportamentos específicos que a definem. De acordo com Carrillo (2004), as

problemáticas predominantes investigadas no campo social e educativo de “borda”, preocupam-se com práticas sociais emergentes, tais como a pedagogia social, a educação popular ou a cidade e suas políticas urbanas que voltam suas preocupações à cultura, à identidade da vida cotidiana de certas populações marginais, como as pessoas que vivem na rua, por exemplo, às estratégias de resistência cultural dos setores populares, à violência política e social, exclusão e pobreza, etc. Nesse sentido, o autor afirma que uma questão comum é a incorporação do cultural, das identidades e das subjetividades coletivas e em relação aos aspectos culturais, mais que um tema a ser abordado, é como

[...] un lugar desde el cual abordar las relaciones, las prácticas y los fenómenos sociales. Mas allá de las concepciones ilustrada, determinista y antropológica de la cultura que la ven respectivamente como saber de elite, reflejo de la infraestructura social y como sistema de símbolos que dan identidad a un grupo social, lo cultural es visto como producción de sentido, como mediador y vehículo del conflicto social y político (CARRILLO, 2004, p. 68).

Com o presente estudo que adotou natureza exploratória em decorrência da escassez de pesquisas no campo da educação que tratam o universo existencial constituído por quem vive na rua em idade adulta, foi possível apreender a multiplicidade de sentidos que os sujeitos imprimem ao mundo ao viverem nessa condição existencial, quando estão em permanente movimento por *serem mais*. Para além desses sentidos, como vão desdobrando saberes complexos sobre sua realidade. Acreditamos que, partindo de compreensões mais focais sobre os sentidos atribuídos no e para o mundo da rua, poderemos alcançar compreensões mais complexas em torno da totalidade mais ampla que engloba tal mundo, a partir das elaboradas reflexões das mulheres e dos homens que vivem na rua.

Compreendemos que ao “caírem na rua”, fato que acontece na maior parte das vezes, em função de situações difíceis vivenciadas quando estão “na casa”, iniciam intensas movimentações objetivas e subjetivas, a fim de (re)construírem seus cotidianos sob nova lógica de significação. Geralmente, reúnem-se em grupos pequenos ou nas *bancas* de rua, buscando sobrevivência material e simbólica. Outras vezes, permanecem grande parte do tempo sozinhos, buscando evitar situações de exposição e risco. Entretanto, temos plena convicção de que mesmo permanecendo uma parte do tempo a sós, as pessoas que vivificam a rua estabelecem alto grau de dependência em relação ao outro, no âmbito das três dimensões

evidenciadas sobre o viver na rua, quais sejam: a produção, reprodução e o desenvolvimento da vida humana.

Para a produção da vida na rua recorrem primordialmente aos companheiros com maior experiência, observando, conversando, brigando, enfim, travando relações sociais sem as quais, certamente, não conseguiriam sobreviver nessa situação. Para a produção e reprodução da vida na rua, dependem tanto dos companheiros de rua, como das políticas de atendimento locais na figura de seus técnicos e equipamentos como o Centro POP e o albergue noturno ou das organizações filantrópicas que doam alimentos, vestuários, palavras de conforto e que, com isso, contribuem com a manutenção dessa condição de ser e estar no mundo. Diante disso, faz-se importante destacar a permeabilidade que há entre os mundos da rua e o mundo que não é o da rua, mas que o engloba, cujas fronteiras não são estanques, contudo, demarcam claramente mundos de pertencimentos distintos, que ora dialogam, ora guerreiam.

Para o desenvolvimento da vida na rua, agem em busca da constituição e consolidação de um mundo dentro de outro mundo, embora muitos e muitas tenham vistas à saída dessa dura realidade marcada por violência e perdas constantes. Entretanto, estando nele, buscam viver e sobreviver às situações adversas com que deparam. Incorporam saberes, valores, atitudes e conhecimentos; praticam o respeito, a humildade, a igualdade, a solidariedade, as regras, normas de rua e seus códigos éticos, tendo sempre em vista os perigos que a falta desses valores e princípios podem gerar. Nesse sentido, ficou claro para nós que tais elementos possuem diferentes significados se comparados à realidade de quem não vive na rua. Não se trata de julgar se a solidariedade que praticam é mais ou menos nobre que a solidariedade que recebem, por exemplo, das instituições filantrópicas, do Poder Público ou da sociedade civil, mas demarcar que a totalidade da rua possui seus meios de resistir e se manter em face àqueles que pretendem exterminá-la.

Finalmente, ao desenvolverem a vida humana nessa condição existencial, trabalham para a constituição de uma família, de uma comunidade, enfim, criam uma cultura de rua. Freire (1981), tecendo reflexões sobre a prática da alfabetização de adultos, explica que os educandos vão compreendendo suas relações com o mundo e com os outros e, conseqüentemente, vão se assumindo como seres do quefazer, da práxis, já que, são seres que, transformando o mundo com seu trabalho, criam o seu mundo. “Este mundo, criado pela

transformação do mundo que não criaram e que constitui seu domínio, é o mundo da cultura que se alonga no mundo da história” (FREIRE, 1981, p. 20). Embora não estejamos tratando o mesmo tema – a prática de alfabetização de adultos – compreendemos que antes e durante o processo da pesquisa, meus interlocutores encontram-se em processo de perceberem o significado criador e recriador da prática social que desenvolvem, descobrindo sentidos novos em sua ação. De descoberta em descoberta, caminham no sentido do alcance do fundamental: “[...] que os freios a seu direito de “dizer sua palavra” estão em relação direta com a não-apropriação por eles dos produtos de seu trabalho”. Que o fato de trabalhar lhes proporciona um certo conhecimento, não importa em que condições. “Que, finalmente, entre os seres humanos não há absolutização da ignorância nem do saber. Ninguém sabe tudo; ninguém ignora tudo” (FREIRE, 1981, p. 21).

Com essa pesquisa, acreditamos ter alcançado compreensões mais críticas acerca do *viver na rua* que possam contribuir com o aprofundamento de um debate político institucional que não empobreça essa realidade complexa e multifacetada a pré-concepções equivocadas que a reduzem ou a simplificam, sem possibilitar a entrada no campo das ações políticas/educativas que se pautem no entendimento das causas de sua existência. Acreditamos ter alcançado resposta cabível à questão de pesquisa sobre quais processos educativos estão implicados na prática social do *viver na rua*, ressaltando que os recortes da pesquisa possibilitaram minha entrada no doutorado, a qual proporcionará mergulho ainda mais profundo na realidade de quem vive na rua e nela produz conhecimentos elaborados sobre sua existência.

Acreditamos que o estudo traz inovações para o campo da educação, na medida em que comprova que, ao viverem na rua, os sujeitos consolidam uma prática social que perdura no tempo, objetivando constituir vida plena, resistindo ao caos cotidiano. Traz também contribuições para a educação escolar, na medida em que aponta outras possibilidades de ensino aprendizagem advindas da cultura popular que poderiam ser inseridas no currículo escolar. Referimo-nos, por exemplo, aos processos aqui desvelados referentes à partilha, à solidariedade, à união, enquanto princípios de resistência à ordem vigente e de convivência para a sobrevivência. Esse grupo popular mostra que no cotidiano, por meio da convivência por vezes respeitosa ou conflituosa, é possível aprender valores importantes à construção de uma vida que não seja pautada pela lógica do capital, necessariamente. A escola pode buscar

em tais processos, formas de ensino e aprendizagem que colaborem para o alcance de um currículo voltado à construção de uma sociedade mais equânime.

Com isso, finalizamos o presente tópico indicando a importância e necessidade da continuidade de investigações sobre as dimensões educativas do viver na rua que sejam pautadas em referencial teórico metodológico que valorize as expressões de quem vivifica a rua, em primeiro lugar.

4.2. “*Cotidianidade mundana ou exterioridade bárbara?*”: meu olhar sobre *viver na rua*

Hoje conversei com muitas pessoas e fiz algumas perguntas, como: O que é a rua para vocês? O que acham de serem chamados de população em situação de rua? Como se formam as bancas? Porque a praça é o lugar mais frequentado por vocês? O que é comum na população de rua? Como se aprende e se ensina o respeito na rua? Marcos comentou que também gostaria de saber de mim, o que era a rua na minha percepção e adiantou que a rua é um misto de alegrias e tristezas. Tem festa, tem o grupo, solidariedade. Cris falou que na rua tem o que não tinha em casa com a família: atenção, carinho, cuidado, amor. Alexandre concordou com ela e Marco disse muitas vezes quem está na rua busca culpar todo o mundo e não reconhece os erros que cometeu, especialmente com os familiares. Alexandre concordou e contou partes de sua história com os irmãos que hoje não confiam nele. Cris concordou de certa maneira, mas disse que é feliz na rua. Marco falou que a rua é o último estágio daquele que não se encaixa na sociedade, na família, daquele que não quer ou não consegue ter, assumir os compromissos que são colocados. É fuga. Todos concordaram que na rua existem questões chave como: Amizade; Respeito; Solidariedade; Comunidade; Família; Violência. Marcos falou que “Quem não respeita não sobrevive!”. Há muitas preocupações e a liberdade é relativa. Não se é mais livre na rua do que em casa. É parecido. Eles me perguntaram o que eu acho da rua. Achei interessante, pois me senti em uma situação de igualdade, mesmo não estando na mesma situação que eles/as. Então disse que ao tomar os primeiros contatos com a rua e com as pessoas que nela vivem, achava tudo muito negativo, achava que era só tristeza. Ao conhecer melhor, interagir mais com as pessoas, percebo que há coisas bonitas, sentimentos bons, positividade. Eles confirmaram. Disse que isso não me leva a pensar que as pessoas possam continuar vivendo na rua, porque moradia é direito básico, assim como educação, trabalho, transporte e eles e ela concordaram. Alexandre disse que ninguém quer ou gosta de realmente estar, viver na rua (Diário de campo, 20/01/13).

Nos processos de construção da pesquisa que primou pela escuta cuidadosa dos temas geradores das pessoas que vivem na rua e que comigo conviveram e dialogaram, não foi sempre que soube que seria primordial expressar minhas próprias visões e interpretações sobre o viver na rua. A partir das disciplinas do mestrado, dos textos estudados, dos debates

empreendidos com os colegas na universidade, mas, essencialmente, por meio das trocas de saberes com meus interlocutores, fui conscientizando-me de que não poderia evadir da responsabilidade e compromisso em colocar em movimento minhas percepções sobre a realidade da rua.

De acordo com Dussel (1977a), a consciência ética significa ouvir o protesto do outro, para além do sistema vigente e colocar em questionamento o critério absoluto de que o outro é outro na justiça. Para ouvir o outro é necessário, primeiro, descobrir o fetichismo do sistema, em segundo lugar é preciso respeitar o outro em sua liberdade. É também respeitar sua sintaxe estigmatizada e vista como anormal. É aí que surge a responsabilidade pelo outro que é a valentia suprema, fortaleza incorruptível, sabedoria. A responsabilidade somada à pulsão de alteridade ou amor à ordem nova, onde o pobre e oprimido poderá habitar na justiça, faz surgir o princípio ativo da destruição da ordem antiga e surgir o processo de libertação que é movimento metafísico transontológico pelo qual se transcende o horizonte do mundo, abrindo brecha que perfura o muro e que adentra na exterioridade futura, nova e faz cair as máscaras dos alienados que se tornam livres.

Foi permitindo o fluxo desse movimento que Dussel chama de transontológico em que é possível ultrapassar o muro da totalidade vigente para vislumbrar a exterioridade futura é que consegui enxergar a rua e a vida que nela se movimenta de forma dialética e não determinística. Antes via pessoas oprimidas, vitimizadas, incapazes de tomarem suas vidas em suas próprias mãos. Ao ouvi-las, vê-las, conviver rigorosamente com eles e elas, compreendi que viver na rua é desdobrar um horizonte existencial carregado de múltiplos sentidos que não deve ser visto e interpretado de maneira simplificada. A essência de tal realidade é carregada de novas possibilidades, diferentes das anteriormente vivenciadas em experiências domésticas e familiares tradicionais e carregam em seu bojo potencialidades de formação de uma consciência crítica em torno da realidade mais ampla que a engloba. Nem por isso, deixei de pensar e expressar aos meus interlocutores e a quem queira ouvir, que o fato de existir quem viva na rua é fruto da injustiça cega do capitalismo que proporciona a riqueza de poucos em detrimento da miséria material e moral de muitos.

Diante de tudo isso, afirmo e reforço a urgência de que, em relação ao mundo da rua – que é gestado e coexiste com a totalidade vigente sendo, cotidianamente, (re) significado por sujeitos sócio históricos – haja olhar crítico que trace uma trajetória que se desloque da

aparência à essência, possibilitando práxis política e educacional radical em relação à resolução de suas contradições, bem como políticas que emergem dos temas geradores dessa população que deverá participar dos processos de sua elaboração. Assim como defende Freire (2005), ressaltamos a urgência de que no bojo das ações voltadas à população de rua, haja o amor pela humanidade, pela vida e pelo Planeta; a fé nos seres humanos e a humildade, tríade que articulada, culmina na confiança e na esperança, essências da dialogicidade e da luta política dos grupos populares junto a seus colaboradores. O mesmo direcionamento aponto para o sistema educativo que ignora os sujeitos que estão fora das salas de aula, bem como os conhecimentos que são gerados do outro lado de seus muros.

Como dizia Che Guevara (em texto dirigido a Carlos Quijano, 1965) “deixe-me dizer, com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico sem esta qualidade”. Segundo ele, deve-se ter grande dose de humanidade, grande dose de sentimentos de justiça e de verdade para não resvalarmos em extremos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. “Todos os dias deve-se lutar para que este amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplos, de mobilização”.

Enfim, como nos ensina Dussel (1977a), a práxis da libertação é o ato pelo qual se transcende, ultrapassa o horizonte do sistema e alcança a exterioridade, na construção de uma nova ordem, uma nova formação social mais justa. Dessa maneira, o ato de libertação ou de solidariedade, está mais além do interesse intrasistemático, é e não pode não ser ilegal, ser contra as leis vigentes que por ser assim, são injustas. É a inevitável posição da libertação da ilegalidade subversiva. Quando o trabalho alienado se liberta do capital, quando cria a comunidade de seres humanos livres, cara-a-cara, a vida humana objetivada nos produtos pode ser subjetivada na justiça. “A festa é possível, o gozo, a satisfação, o canto...” (DUSSEL, 1977a, p. 85, tradução minha). Por fim, inscrevemos aqui nosso sonho utópico concreto que compartilhamos com as pessoas que vivem na rua e que conosco dialogaram sobre a crença em dias melhores, ressaltando que essa utopia ancora-se na esperança crítica conceituada no capítulo 1 dessa dissertação e na história como possibilidade, pois a realidade não *é, está sendo*⁸².

⁸² Para Paulo Freire, “o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (FREIRE, 1979, p. 27).

Referências

AGUIRRE, Jesus María. **Características de la “cultura de la pobreza” segun Oscar Lewis.** Disponível em: http://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM197712_88-93.pdf. Acesso em: mar. 2014.

ALMEIDA, Sara Ferreira. **O conhecimento ambiental de alunos de 5ª a 7ª séries na visita ao CEPA-Alcoa, Poços de Caldas-MG.** 2005. 91 f. Monografia (Graduação em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

ALMEIDA, Sara Ferreira. **O retorno da população em situação de rua à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades.** 2011. 182 f. Monografia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos) – Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCAR). Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Poesia Errante:** derrames líricos (e outros nem tanto, ou nada). 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa.** Porto Alegre, n. 113, p. 51-64. Julho/2001.

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>>. Acesso em: mai. 2013.

BLOCH, Ernst Bloch. **O Princípio Esperança.** 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1 v.

BOOKCHIN, M. **Ecologia social e outros ensaios.** 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura: Revista de Ciências Sociais.** Goiânia, v. 10, n. 001, p. 11-27, jan./jun. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Andarilhagem. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 41-42.

BRASIL. **Decreto Lei n. 3.688**, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Brasília, DF, Senado, 1998. Fonte: Vade Mecum, Saraiva, 2011, p. 643-648.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Fonte: Vade Mecum, Saraiva, 2011, p. 9-13.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: Relatório**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Controle da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. **Decreto Lei n. 7.053**, de 23 de dezembro de 2009a. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: mar. de 2012.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Texto da resolução n.º. 109, de 11 de novembro de 2009b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>. Acesso em: mar. de 2012.

BRASÍLIA. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://projettorua.gempe.com.br/wp-content/uploads/2013/06/Pol%C3%ADtica-nacional-para-inclus%C3%A3o-social-da-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf>. Acesso em: mar. de 2012.

BRASÍLIA. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004**. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2010.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. Brasília, 2011. 116 p.

CAMPOS, Márcio D'Olne. **SULear vs NORTEar: Representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia** ", Documenta, VI, No 8, Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social & (EICOS)/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. pp. 41-70.

CARRILLO, Alfonso Torres. Por una investigación desde el margen In: **La práctica investigativa en ciencias sociales**. Bogotá: UPN, Universidad Pedagógica Nacional, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/Colombia/dcs-upn/20121130051523/investigacion.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

CASTELVECCHI, G. (Nenuca). **Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!** São Paulo: Paulinas, 1985. 148 p.

COSTA, Daniel de Lucca. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP, 2007.

DIOGO, Fernando Jorge Afonso. Cultura da pobreza: **uma abordagem crítica da teoria**. Disponível em: http://www.fdiogo.uac.pt/pdf/Cultura_da_Pobreza_Uma_Abordagem_Critica_da_Teorica.pdf. Acesso em: mar. 2014.

DI FLORA, Marilene. **Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis, Vozes, 1987.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de la Liberación**. 1. ed. México: EDICOL, 1977a. 234 p. Disponível em: < <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: abr. 2012.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana**. 1. ed. México: Extemporaneos, 1977b. 149 p. Disponível em: < <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: abr. 2012.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Colômbia: Ed Nueva América, 1995, p. 84-139. Disponível em: < <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: abr. 2012.

DUSSEL, Enrique. El programa científico de investigación de Karl Marx (Ciencia funcional y crítica). In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Ed Desclée de Brouwer, 2001, p. 1 - 24. Disponível em: < <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: abr. 2012.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 671 p.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**: trajetórias de exclusão social. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 276 p.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Desafíos de la participación social**: alcances y límites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil. 2011. 221p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Sociologia) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica Argentina, Buenos Aires, 2011.

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS. 11 (1), p. 3-10, jan/jun. 1986.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8. ed. Indaiatuba-SP: Villa das Letras, 2007. (Coleção Dizer a Palavra).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Utopia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 412-413.

G1 SÃO CARLOS E ARARAQUARA. **Trajetória do morador de rua define tratamento adequado em São Carlos**. Jornal G1, São Carlos e Araraquara, 02 nov. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/11/trajetoria-do-morador-de-rua-define-tratamento-adequado-em-sao-carlos.html>. Acesso em: nov. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GIROUX, Henry A. Esperança da memória: à sombra da presença de Paulo Freire (Prefácio). In: FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira (Orgs). **Pedagogia da Solidariedade**. 1. ed. Indaiatuba-SP: Villa das Letras (Coleção Dizer a Palavra), 2009.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social de Rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005.

GRANADO, Karina. **População em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos**: a água nas interações do cotidiano. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

GUEVARA, Ernesto “Che”. **O socialismo e o homem em Cuba**. Texto dirigido a Carlos Quijano, publicado em: Semanário Marcha, Montevideo. Março de 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm>. Acesso em: fev. 2009.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

KASPER, Christian. **Habitar as ruas**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARROSA BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, 2002, p.20-28.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. 119 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –

departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINEZ, Mariana Medina. **Andando e parando pelos trechos**: uma etnografia das trajetórias de rua. 2011. 166 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MARX, Karl. Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, 16 (2): 47-58; maio/ago. 2004.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Tradutor Jonas Pereira dos Santos Campinas-SP: Editorail Psy II, 1995. 278 p.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 98 p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradutora Isa Tavares. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005. 77 p.

MIRANDA, Anderson Lopes. [2 de abril, 2013]. São Paulo. **Entrevista concedida a Sara Ferreira de Almeida** (no prelo).

MOURA, R. M. **Epidemia nacional, crack já está em 98 de cada 100 cidades brasileiras**. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. C1, 14 dez. 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Comentário. In: ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Org). **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 34-38.

NEVES, Delma Pessanha. **Dossiê: - Categorizações Deformantes**: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). Rer antropolítica, Niterói, n. 29, p. 9-35, set. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/36/pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoliceno; DIAS, Alder Sousa. Ética da libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1798>. Acesso em: mai. 2013.

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de. **Circulação e Fixação**: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. 2012. 147p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; STOTZ, Eduardo Navarro. **Perspectivas de diálogo no encontro entre organizações não governamentais e instituição acadêmica**: o convívio metodológico. In: Reunião da ANPED "Sociedade, Democracia e Educação: qual Universidade?" GT - Educação Popular, 27ª., 2004, Caxambu-MG. Anais... Em CD ROM. P. 1-16.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B.; GONÇALVES JUNIOR, Luiz; GARCIA MONTRONE, Aida Victoria; JOLY, Ilza Zenker. **Processos educativos em práticas sociais**: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. Anais da 32ª. Reunião da ANPED. GT Educação Popular. (CD – ROM), 2009).

PEREIRA, Luiz Fernando de Paula. **No labirinto da gestão**: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social. 2013. 107p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2013.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória**: procedimentos metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>. Acesso em: jun. 2013.

REIS, Mariana Sato dos. **O Movimento Nacional da População de Rua em São Paulo**: um diálogo com as políticas sociais públicas. 2011. 97p. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Socais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, São Paulo, 2011.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org). **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995. 240 p.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua, destinos de muitos**. Pesquisa em jornais e revistas sobre temas relativos a população de rua na cidade de São Paulo: 1970-1998. São Paulo: IEE/PUC-SP, 1999. (CD-Rom).

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec / Associação Rede Rua, 2005. 292 p.

SÃO CARLOS (Município). Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. **Projeto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social** - Unidade de Atendimento à População em Situação de Rua. São Carlos, 2011. 31 p. no prelo.

SILVA, José Roberval Freire da. **A igreja dos excluídos: vida e morte do povo que mora na rua**. São Paulo: FTD, 1988. 102 p.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília/DF, 2006.

SILVA, Reginaldo de Souza. **O processo educativo de crianças trabalhadoras na rua**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Metodologia de Ensino, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos/SP, 1997.

SILVA, Rosemeire Barboza. **O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades da participação social**. In: Seminário Nacional Pop. lação em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas, 2008. São Carlos. Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua. São Carlos/SP: UFSCar, 2008.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Saberes da vida na noite: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes**. 2007. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2007.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 295 p.

STRECK, Danilo R. **Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre a Educação Popular e os movimentos sociais**. Anais da 32ª. Reunião da ANPED. Painel Educação Popular

e movimentos sociais: tensões e desafios na América Latina. 2009. p. 1-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a07.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

SUNG, Jung Mo. Liberdade. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 241-243.

TUTU, Desmond. Ubuntu: sobre a natureza da comunidade humana. In: _____. **Deus não é cristão e outras provocações**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012. p. 41-44. Tradução: Lilian Jenkino.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação e Realidade**. 21(2), p. 177-190, 1996.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (orgs.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: 1992.

ZITKOSKI, Jaime José. Ser Mais. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 369-371.

Apêndices

Apêndice A. Roteiro para reflexões com Anderson

ROTEIRO DE PROBLEMATIZAÇÃO

TEMAS GERADORES	O FOCO	QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS
<p>AS EXPERIÊNCIAS DE RUA (A VIDA NA RUA)</p> <p>MORAR / VIVER NA RUA</p> <p>VIVER NA RUA COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>Da experiência à conceituação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Conte-me sobre sua trajetória de rua 2) Quem está em situação de rua, mora ou vive na rua? 3) Você vê diferença entre essas duas situações: morar e viver? Por quê? Quais? 4) De acordo com o que tenho vivenciado, dialogado, estudado sobre a rua por meio de teorias e das pessoas que estão na situação, acredito que VIVER NA RUA seja uma PRÁTICA SOCIAL. Queria saber o que você pensa sobre isso. 5) O que é a rua para você? 6) Quando estava em situação de rua, encontrou elementos que o ajudassem a sair dela? Quais? Como encontrou? Em que momento da experiência?
<p>AS NOMENCLATURAS UTILIZADAS: MORADORES DE RUA, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, OUTRAS?</p>	<p>Há questões de fundo por trás da nomenclatura?</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Houve modificação na nomenclatura que passou de mendigo, andarilho, povo de rua, população de rua para população em situação de rua. Queria que você me contasse como foi o processo de construção, de transição e consolidação dessa nomenclatura. 2) Qual é o significado político dela? 3) Ela compreende a totalidade do que é morar/viver na rua?
<p>EDUCAÇÃO NA RUA</p>	<p>A vida na rua e a dialética de seus processos educativos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Acreditamos que práticas sociais compreendem processos educativos. Sendo assim, há processos educativos na rua? 2) Quais processos são indispensáveis para que se possa viver / morar na rua?

		<p>3) Como esses processos são transmitidos, reproduzidos, ensinados? De quem para quem? Quando? Onde? Por quê?</p> <p>4) Quem aprende na rua também ensina?</p> <p>5) De acordo com as formas como essa educação se desenrola na rua, penso que ela pode ser libertadora / emancipatória ou pode reproduzir situações de marginalização, preconceito, exclusão. Gostaria que você analisasse essa questão.</p>
<p>ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO DE RUA</p>	<p>Dimensões e possibilidades de uma organização política da população de rua</p>	<p>1) Quais são as questões que mobilizam a população em situação de rua hoje?</p> <p>2) Quem são os atores envolvidos?</p> <p>3) Elas são as mesmas desde o momento em que se deu essa organização?</p> <p>4) Você acredita ser possível organizar politicamente mesmo fora de um movimento social amplo como o que você tem aqui?</p>

Apêndice B. Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
Data: Horário: Entrevistado/a: Idade:	
QUESTÕES	PROBLEMATIZAR
Quem é _____? Conte sua história.	História de vida do entrevistado/a.
Você vive ou você mora na rua? Por quê? Há diferença? Explique melhor.	Extrair a essência da realidade da rua que ultrapassa a questão material da moradia. Em conversas anteriores, percebi que a vida na rua é muito complexa e se dá por diversos motivos e fatores, muito além da ausência de moradia. Observar se falam sobre motivos que levaram à rua, tais como: DQ; conflitos familiares; desemprego etc.
Há quanto tempo você vive / mora na rua? Como foi sua chegada nela?	Ao chegar na rua, sem experiências, a pessoa encontra meios de aprender a viver nessa condição. Observar os aprendizados.
Como é a vida na rua? Você gosta de viver na rua? Por quê? O que tem na rua que você acha bom, o que tem que acha ruim? O que é a vida para você?	Extrair detalhes da vida na rua, suas dimensões objetivas e subjetivas.
Você aprende vivendo /morando na rua? O que? Esses aprendizados são específicos da rua?	Já ouvi em conversas exploratórias que aprendem a: Manguear, Respeitar, Pensar estrategicamente, Roubar, Fumar pedra, Se proteger, Enfrentar o preconceito etc.
Conta como você aprende cada uma dessas ações. Quando, onde, intenção de aprender, porque aprender essas coisas é importante?	Explorar todo o processo de aprendizado: Como aprende? Com quem aprende? Por que aprende? Você gosta de desenvolver essa prática?
Quem aprende na rua também ensina? O que? Como?	Explorar todo processo de ensinar na rua: O que ensina? Como aprendeu a ensinar? Por que ensina? Gosta de ensinar essa prática?
Para você, a vida na rua é passageira ou permanente? Por quê?	Saber se a pessoa pensa em sair da rua, se ela pensa em maneiras de fazer isso, se alguém a ajuda ou ajudará nesse processo.
Qual é a maior dificuldade da vida na rua? O que você faz para lidar com essa dificuldade?	
Qual é a maior facilidade da vida na rua?	
Como você acha que a partir da vida na rua, das facilidades e dificuldades comentadas anteriormente, você pode retirar as forças, estímulos ou outro elemento para sair dessa situação?	Aqui observar questões como os aprendizados obtidos na vida na rua; As relações interpessoais; Os aspectos objetivos, subjetivos e estruturais levantados na monografia.
Como as pessoas que não vivem na rua a enxergam ou pensam sobre a vida na rua? O que você pensa sobre a vida na rua?	Pedir para a pessoa responder essa pergunta a partir da sua experiência na rua.
Quais assuntos você acha importantes colocarmos em um trabalho sobre a vida na rua?	Para que as pessoas conheçam toda a sua complexidade.

Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ estou sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada **“Educação que vem da rua: processos educativos da população em situação de rua na cidade de São Carlos-SP”** que tem como objetivos identificar e analisar as práticas sociais e os processos educativos presentes nas vivências de pessoas em situação de rua no município de São Carlos/SP.

Serão realizadas conversas em grupo e entrevistas individuais e os depoimentos serão gravados mediante minha autorização. Os dados obtidos serão empregados exclusivamente com intuito de responder aos questionamentos da pesquisa. O estudo será desenvolvido de modo a preservar minha identidade e para isso será adotado nome fictício, mantendo o sigilo de minha participação.

Corro o risco de que alguma pergunta gere constrangimentos ou outro sentimento negativo. Dessa maneira, a pesquisadora se compromete a agir com ética e respeito, mantendo todas as informações em sigilo e como minha participação é voluntária, poderei interromper a conversa e desistir de participar da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa não acarretará em nenhuma despesa financeira e após a leitura desse termo pude conversar com a pesquisadora Sara e tirar dúvidas sobre as entrevistas e sobre a pesquisa.

São Carlos, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do/a participante: _____

Pesquisadora responsável: _____

Fone: (16) 8837-6888 e-mail: sarafalmeida@yahoo.com.br

Anexos

ANEXO I. Matéria do Jornal Primeira Página

Pedintes atrapalham vendas, afirmam comerciantes

Written by Adriel Francisco | Qua, 23 de Novembro de 2011 06:38 | font size | Print | Email | Be the first to

comment!

Rate this item

(0 votes)



80% de pedintes e moradores de rua são homens Foto Adriel Francisco

0

Curtir

Enviar

Moradores de rua e pedintes são cada vez mais frequentes pelas ruas de São Carlos. Um cenário triste de descaso e abandono acompanha essas pessoas que não encontram outra opção senão as ruas da cidade. Segundo Sara Ferreira de Almeida, Educadora Social de Rua da Divisão de Políticas e Atendimento à População em Situação de Rua, a população em situação de rua, não é necessariamente, pedinte. "Os pedintes são pessoas que, independente de terem moradia, utilizam as ruas como espaço de sobrevivência".

Pedintes que têm causado transtornos. Para o comerciante Elton Alexandre da Silva, dono de uma lanchonete no Mercado Municipal, os pedintes atrapalham. "Eles vêm aqui e pedem comida, dinheiro. É bem frequente, pelo menos umas 3x por dia", relata.

"Atrapalha muito mais aos clientes do que a mim, porque as pessoas olham o cara todo sujo, barbudo, alguns fedem, isso inibe a pessoa", concluiu.

Em São Carlos, existe o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Unidade de Atendimento à População em Situação de Rua de São Carlos/SP (CREAS POP), uma divisão da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Nele são atendidas, em média, 45 pessoas diariamente, que chegam ao serviço de diversas formas, como: demanda espontânea, abordagem de rua, encaminhadas pela rede intersetorial e/ou pela comunidade são-carlense.

De acordo com a educadora, O CREAS POP atende somente a população adulta. "Crianças são responsabilidade do Conselho Tutelar e eventualmente, encaminhadas para o albergue infantil", informou Sara.

Carlitos Santini de 37 anos é morador de rua há três anos Colombiano naturalizado brasileiro ele conta

que há 11 anos não vê sua filha que deixou na Colômbia.

Tapaceiro dos bons, ele diz com orgulho que tem um emprego, porém não uma renda fixa, pois há épocas do ano em que ele fica praticamente sem serviço e renda. E a saída encontrada foi se juntar a essa população de moradores de rua, que segundo ele, se trata como uma família. "Há muita discriminação, muitas pessoas passam e não querem nem saber, nem ligam, essa é uma sociedade que se preocupa muito mais pelo que você tem do que pelo que você é", afirmou.

Anderson Barreiros, de 32 anos, também é morador de rua, mas há menos tempo que seu amigo Carlitos, apenas 6 meses. Ele faz artesanato e vende pelas ruas, uma atividade que aprendeu há muito tempo. "Essa não é uma situação que a gente gostaria de estar. As pessoas têm que entender isso", disse.

O CREAS POP, até agora, cadastrou 193 pessoas. A instituição realiza diversas atividades, e oferece três refeições diárias; cuidados pessoais; encaminhamentos para a rede de saúde; regularização de documentação civil e trabalho e emprego.

Edição Jeferson Vieira

80% dos pedintes e moradores de rua são homens

Written by Redação | Qua, 23 de Novembro de 2011 06:41 | font size | Print | Email | Be the first to comment!

Rate this item

(0 votes)



0

Curtir

Enviar

No ano de 2010 a equipe técnica do CREAS POP realizou uma pesquisa sobre o perfil dessa população que é atendida pelo serviço. Ao todo foram realizadas 40 entrevistas que não contemplaram a população itinerante. Dessa forma, a análise dos dados obteve os seguintes resultados:

- Que a maioria da população (80%) é do sexo masculino;
- Dentre as 5 faixas etárias identificadas, a predominante (27,55%) foi de 41 a 50 anos;
- A maioria (47,5%) se declarou de cor parda, seguida de 40% pertencente à cor branca;
- A maioria da população (60%) declarou estado civil solteiro;
- A maioria (83%) possui ensino fundamental incompleto;
- Somente a minoria (7,5%) não possui documentação civil (Certidão de nascimento, Certidão de casamento, RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Reservista);
- A maioria (70%) não possui fonte de renda regular;
- A maioria (42,5%) é natural do Estado de São Paulo, seguido de 40% que é natural de São Carlos/SP;
- A maioria (73%) tem familiares em São Carlos/SP.

Published in Cidades

Tagged under morador de rua, pedintes, comércio, incomodo

Related items

- Pedintes atrapalham vendas, afirmam comerciantes
- Futebol boêmio movimentava as madrugadas
- Na véspera do feriado, Prefeitura e Câmara de São Carlos estão fechados

ANEXO II. Parecer do Comitê de Ética da UFSCar

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Saberes consolidados na rua: da marginalidade à busca por ser mais

Pesquisador: Sara Ferreira de Almeida

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 06299112.0.0000.5504

Instituição Proponente:

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 174.936

Data da Relatoria: 12/02/2013

Apresentação do Projeto:

Análise de pendência.

Objetivo da Pesquisa:

Análise de pendência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Análise de pendência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Análise de pendência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Análise de pendência.

Recomendações:

Análise de pendência.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pesquisadora atendeu às pendências de forma satisfatória.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (18)3351-0883

E-mail: cephumanos@ufscar.br